



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Mario Will

**Transformações socioespaciais na região metropolitana de Florianópolis: o caso do
município de Palhoça - SC**

Florianópolis
2020

Mario Will

**Transformações socioespaciais na região metropolitana de Florianópolis: o caso do
município de Palhoça - SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de mestre em Geografia
Orientador: Prof. José Messias Bastos, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Will, Mario

Transformações socioespaciais na região metropolitana de Florianópolis : o caso do município de Palhoça - SC / Mario Will ; orientador, José Messias Bastos, 2020.
113 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Transformações. 3. Urbanização. 4. Crescimento. I. Bastos, José Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Mario Will

**Transformações socioespaciais na região metropolitana de Florianópolis: o caso
do município de Palhoça - SC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Carvalho Leme, Dr.

UNIOESTE

Giselli Ventura de Jesus, Dra.

UFSC

Prof. Ivo Raulino, Dr.

UNIVALI

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. José Messias Bastos, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2020.

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais e aos meus colegas de classe e professores

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me ajudaram a fazer essa pesquisa, direta e indiretamente.

Sou grato a minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ao meu orientador professor José Messias Bastos por me apoiar e conduzir nesta pesquisa, dando valiosas contribuições durante todo o processo.

Aos membros da banca pelas sugestões para o aprimoramento da obra.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou realizar essa pesquisa.

Também quero agradecer a UFSC pela ótima estrutura que dispõe e pelo seu ótimo quadro de funcionários.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia pelo seu corpo docente que sempre demonstrou comprometimento com a qualidade no ensino.

Pode-se dizer que nos dois últimos decênios, o espaço nacional conheceu transformações extensas e profundas. A modernização é o principal elemento motor dessas mudanças, acarretando distorções e reorganizações, variáveis segundo os lugares, mas interessando a todo o território (SANTOS, 1996).

RESUMO

A presente pesquisa vai mostrar como foram as transformações socioespaciais que ocorreram na cidade de Palhoça ao longo de diversas décadas. Para isso o trabalho se apoia em diversos fatores como contexto histórico, ações governamentais e ciclos econômicos que promoveram o desenvolvimento de Palhoça. A pesquisa mostra que o crescimento da cidade de Palhoça foi impulsionado pelo espraiamento da capital em direção a região continental, fato que resultou na inserção de Palhoça na região conurbada de Florianópolis. O surgimento de Palhoça como uma cidade de destaque no cenário catarinense tem raízes no fenômeno da urbanização que iniciou nos anos 60 e desencadeou um processo de conurbação e metropolização da capital com o seu entorno. Essa urbanização foi impulsionada por um conjunto de políticas públicas, planos econômicos e aspectos sociais. O crescimento esteve atrelado a uma associação de diversos fatores, dentre eles o Plano de Metas, que resultou na construção da BR-101, atuando em conjunto com o PLAMEG, em nível estadual, que contribuiu para o surgimento da UFSC, Eletrosul e TELESC, importantes empresas que forneceram a infraestrutura necessária para a região retomasse o crescimento. A pesquisa ainda trata de como as ações governamentais em diferentes escalas alteraram as dinâmicas da região, como exemplo a aprovação do distrito industrial em Palhoça e do plano diretor da capital, que promoveu a transferência das indústrias da região insular para o continente. Esses fatores atuando em conjunto com aspectos sociais e geográficos como o êxodo rural dos municípios próximos, intensos fluxos migratórios, a formação de zonas de pobreza e a expansão da especulação imobiliária relacionada ao turismo, que juntos alteraram a fisionomia da região. Esses processos se aprofundam no contexto das recentes transformações do capitalismo brasileiro que implica na descentralização das economias das metrópoles e o conseqüente fortalecimento econômico das cidades médias como Palhoça. Nessa nova conjuntura Palhoça começa a se desenvolver de forma acelerada entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000 passando a ter relevância no contexto da economia regional.

Palavras-chave: Crescimento 1. Transformações 2. Expansão 3.

ABSTRACT

This research will show how were the socio-spatial transformations that occurred in the city of Palhoça over several decades. For this, the work is supported by several factors such as historical context, government actions and economic cycles that promoted the development of Palhoça. The research shows that the growth of the city of Palhoça was driven by the spread of the capital towards the continental region, a fact that resulted in the insertion of Palhoça in the conurbated region of Florianópolis. The emergence of Palhoça as a prominent city in the Santa Catarina scene has its roots in the phenomenon of urbanization that began in the 1960s and triggered a process of conurbation and metropolization of the capital with its surroundings. This urbanization was driven by a set of public policies, economic plans and social aspects. Growth was linked to an association of several factors, among them the Goal Plan, which resulted in the construction of BR-101, working together with PLAMEG, at the state level, which contributed to the emergence of UFSC, Eletrosul and TELESC, important companies that provided the necessary infrastructure for the region to resume growth. The research also deals with how governmental actions at different scales changed the dynamics of the region, such as the approval of the industrial district in Palhoça and the master plan of the capital, which promoted the transfer of industries from the island region to the continent. These factors acting in conjunction with social and geographical aspects such as the rural exodus from nearby municipalities, intense migratory flows, the formation of poverty zones and the expansion of property speculation related to tourism, which together altered the region's physiognomy. These processes deepen in the context of the recent transformations of Brazilian capitalism, which implies the decentralization of the economies of the metropolises and the consequent economic strengthening of medium-sized cities such as Palhoça. In this new conjuncture, Palhoça begins to develop at an accelerated rate between the end of the 90s and the beginning of the 2000s and it has relevance in the context of the regional economy.

Keywords: Growth 1. Transformations 2. Expansion 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização	15
Figura 2 - Localização do Porto dos Patos	21
Figura 3 - Casa de pau-a-pique.....	24
Figura 4 - Meio de transporte utilizado pelos colonos	26
Figura 5 - Antiga sede da Prefeitura Municipal	31
Figura 6 - Praça central de Palhoça em 1960	35
Figura 7 - Arquitetura colonial na Enseada de Brito.....	50
Figura 8 - Igreja Matriz Bom Jesus de Nazaré.....	62
Figura 9 - Início da verticalização no entorno da praça central	69
Figura 10 - Evolução urbana da região conurbada de Florianópolis.....	71
Figura 11 - Portal no bairro Ponte do Imaruim	76
Figura 12 - PIB de Palhoça.....	78
Figura 13 - Renda familiar na área conurbada de Florianópolis	80
Figura 14 - Evolução da população de Palhoça entre 2000-2017	83
Figura 15 - Deslocamentos entre os municípios e concentração de empregos	86
Figura 16 - Evolução na produção de mexilhões em Palhoça.....	91
Figura 17 - Evolução na produção de ostras em Palhoça.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indústrias que mais empregam em Palhoça em 2015	96
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PEA, segundo o setor de atividade (%) em Santa Catarina	40
Tabela 2 - PEA, segundo o setor de atividade (%) em Palhoça	40
Tabela 3 – Desenvolvimento das atividades industriais em Palhoça	41
Tabela 4 - População urbana e rural em 1960	46
Tabela 5 - População não natural na área conurbada	54
Tabela 6 - Número de financiamentos habitacionais no Brasil.....	58
Tabela 7 - Pessoal ocupado no comércio e crescimento em porcentagem.....	60
Tabela 8 - População da região conurbada entre 1970 e 1991	62
Tabela 9 - Pessoal ocupado na indústria e crescimento em porcentagem.....	67
Tabela 10 - Produção de mexilhões em Palhoça de 1991-2000.....	72
Tabela 11 - Municípios mais dinâmicos do Brasil - 2008.....	76
Tabela 12 - Empregados e estabelecimentos em Palhoça: 2000 e 2016	77
Tabela 13 - Geração de empregos em Palhoça: 2004 a 2017.....	78
Tabela 14 - IDH e seus componentes em Palhoça	79
Tabela 15 - Homicídios em SC em cidades com mais de 100 mil hab em 2017	79
Tabela 16 - Municípios mais populosos de SC - 2000 e 2017	83
Tabela 17 - Municípios com maiores fluxos pendulares intra-estaduais em 2000	84
Tabela 18 - Municípios com maiores taxas de atração e repulsão em 2000	85
Tabela 19 - Frota de veículos nos municípios da área conurbada.....	88
Tabela 20 - Maiores produtores estaduais de moluscos em 2016	92
Tabela 21 - Extração mineral em Palhoça.....	94
Tabela 22 - Número de ARTs e áreas a construir	94
Tabela 23 - Número de lotes por município entre 2000-2017	95
Tabela 24 - Empregados e estabelecimentos no setor do comércio em Palhoça	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACATE – Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
AMAQ – Associação Municipal de Aquicultura
AMARIS – Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
BRT – Bus Rapid Transit
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CELTA – Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas
CERTI – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CODISC – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina
COHAB – Companhia de Habitação Popular
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAMASC – Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina
FATMA – Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FJP – Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC – Indústria Carbonífera Catarinense
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INAITEC – Instituto de Apoio à Inovação, Incubação e Tecnologia
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LMM – Laboratório de Moluscos Marinhos
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs – Organizações Não Governamentais
PA – Plano de Ação
PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PDAMF – Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis
PEA – População Economicamente Ativa
PFL – Partido da Frente Liberal
PG – Plano de Governo
PIB – Produto Interno Bruto
PLAMEG – Plano de Metas do Governo
PLAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDe – Programa Nacional de Desestatização
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCAPE – Programa de Apoio à Capitalização de Empresas
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIM – Plano Saúde, Instrução e Moradia
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

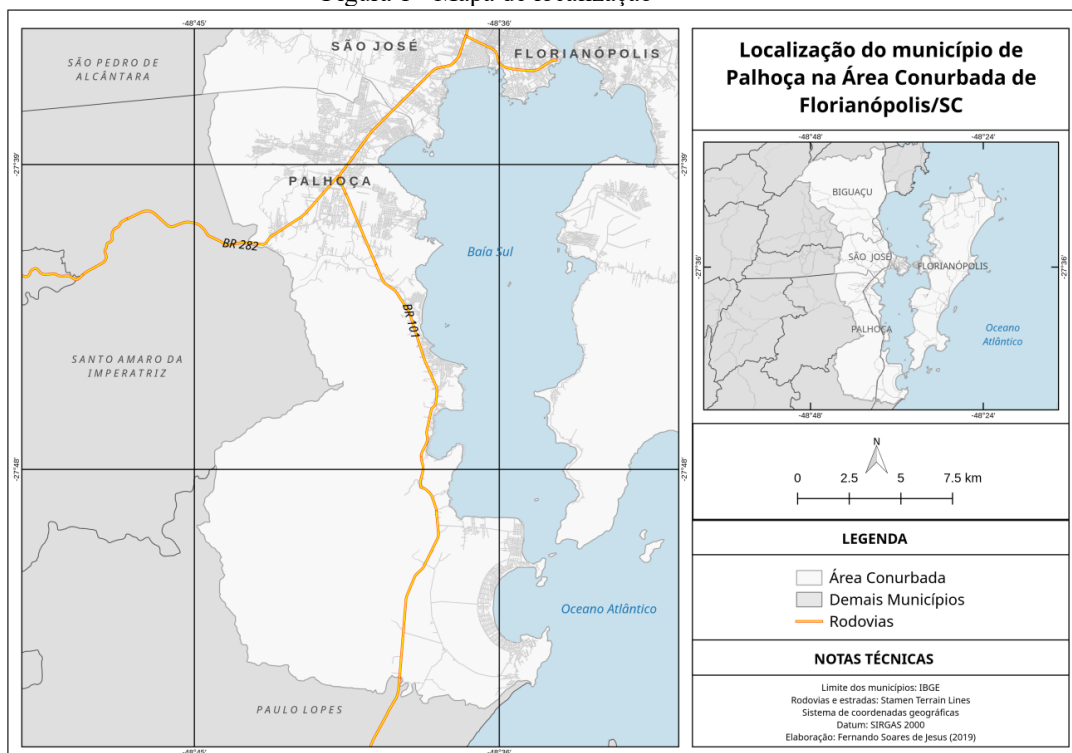
1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE PALHOÇA.....	20
2.1	Ocupação do território chamado Palhoça	20
2.2	Emancipação e evolução dos limites territoriais	29
3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENTRE 1930-1980.....	33
3.1	Investimentos públicos e seus reflexos sobre Palhoça	33
3.2	Inserção de Palhoça na região conurbada de Florianópolis.....	42
4	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENTRE 1980-2000.....	56
4.1	Crise econômica brasileira e seus reflexos sobre Palhoça.....	56
4.2	Reestruturação econômico produtiva pós 1990.....	63
5	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PÓS 2000	74
5.1	Boom econômico	74
5.2	Crescimento populacional e mobilidade urbana.....	81
5.3	Crescimento setorial do município da Palhoça.....	90
5.3.1	Queda da participação da agricultura e crescimento da maricultura.....	90
5.3.2	A atividade Industrial	92
5.3.3	O dinamismo do setor de comércio e serviços.....	97
6	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar as transformações socioespaciais ocorridas na região conurbada de Florianópolis que tiveram impacto sobre Palhoça. Especificamente destaca-se analisar aspectos históricos, econômicos e demográficos, analisar a influência da inserção da cidade na Região Metropolitana de Florianópolis, o papel do Estado e da conjuntura econômica sobre o desenvolvimento da cidade.

A cidade de Palhoça (Figura 1) está inserida dentro da região conurbada de Florianópolis, que compreende os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. A cidade de Palhoça conta com uma grande extensão territorial no sentido norte-sul, mas apenas os distritos centrais apresentam uma urbanização consolidada. A região sul do município é marcada pela presença do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e de balneários como Pinheira, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio e Guarda do Embaú, onde o processo de conurbação com a capital ainda não se completou.

Figura 1 - Mapa de localização



Fonte: De Jesus, F. (2019)

A pesquisa sobre a cidade de Palhoça partiu do meu interesse pessoal pela história do município que surgiu a partir das observações que pude fazer ao longo dos anos como morador

da cidade. Acompanhei a transformação de uma cidade pacata de pouco menos de 100 mil habitantes, composta por uma forte cultura de base açoriana, em uma das cidades que mais crescem em Santa Catarina, tanto economicamente quanto em população.

Uma das grandes perguntas que sempre fazia a mim mesmo era se o crescimento veiculado pela mídia, a partir da propaganda da prefeitura municipal de slogan “Palhoça: a cidade que mais cresce em Santa Catarina” tinha algum fundamento científico e passei a estudar mais a fundo a história e a economia do município.

O produto deste interesse pela cidade foi tema do meu TCC, intitulado “A dinâmica geoeconômica do município de Palhoça: 2000-2014” com o qual concluí minha graduação e do qual retirei alguns elementos, que estão presentes nesta obra em versão atualizada. Além do TCC, produzi um artigo científico sobre a cidade intitulado “A dinâmica industrial da cidade de Palhoça: 2000-2016” onde pude me debruçar sobre a indústria de Palhoça no contexto das recentes transformações do setor.

Para a realização desta obra foi necessária uma revisão bibliográfica que se apoiou em autores que já estudaram a cidade de Palhoça. Dentre eles foram fundamentais os trabalhos de Geraldo Aldair Souza que procurou analisar os diversos fatores, internos e externos que vem intensificando a inserção de Palhoça numa dinâmica socioespacial polarizada por Florianópolis, o de Edson Telê Campos que analisou a expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis a partir da dinâmica da indústria da construção civil e o de Israel Montesuma Oliveira, que fez uma análise da Região Metropolitana de Florianópolis a partir da dinâmica das áreas de pobreza, estudando o caso da comunidade Frei Damião.

Além destes trabalhos podemos citar como fundamental o livro de Maria Inês Sugai: “Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)”, onde a autora mostra que os investimentos públicos privilegiaram certas áreas enquanto negligenciaram outras, gerando uma diferenciação socioeconômica que resultou em zonas classe média alta e de pobreza na Grande Florianópolis. Além do trabalho de Margaux Hildebrandt Vera, intitulado: “As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis”, que estudou o papel que construtoras, incorporadoras e o Estado desempenharam como agentes das transformações socioespaciais no espaço urbano da região conurbada.

A pesquisa utilizou-se do referencial teórico proposto por Cholley (1964), que entende a realidade concreta como resultante de múltiplas combinações, onde as mais complexas resultam da interferência conjunta de elementos físicos, biológicos e humanos. Bem como a

categoria de formação socioespacial (1982), de Milton Santos, que auxiliou no entendimento de Palhoça como um espaço concreto resultante de uma complexa teia de relações composta por homem, natureza e sociedade ao longo do seu processo histórico.

Além destes se utilizou Ignácio Rangel (ciclos longos e médios) para compreender os períodos ascendentes e recessivos da economia mundial e brasileira que tiveram impactos na região conurbada de Florianópolis e em Palhoça. Isso possibilitou entender a realidade da cidade não de maneira isolada, mas como um produto de acontecimentos que surgem em diversas escalas e que se entrelaçam afetando a economia da cidade.

O modo de investigação escolhido foi o estudo de caso, que segundo Bruyne (1982), trata-se de um estudo em profundidade de casos particulares, isto é, uma análise intensiva do objeto de pesquisa. Operacionalmente, realizou-se uma revisão bibliográfica e uma coleta de dados em diversas fontes como IBGE, CREA, Epagri, RAIS e Fiesc, dentre outros. A partir dos dados coletados foram elaborados gráficos e tabelas que auxiliaram na análise das transformações ocorridas em Palhoça nas últimas décadas.

Diante do exposto, a presente dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo mostra como foi o processo de ocupação desde os primeiros habitantes nativos, passando aos açorianos numa primeira fase de ocupação, e aos alemães e italianos numa segunda fase de ocupação.

Esse capítulo mostra que o município da Palhoça foi ocupado efetivamente a partir do século XVIII, após a chegada dos imigrantes açorianos, quando passou a desenvolver uma pequena produção mercantil complementar a de Florianópolis. A localidade surge como um ponto de parada no caminho de tropas que levavam mercadorias da serra ao litoral, por onde haviam “palhoças”, casas de pau-pique onde eram armazenados mantimentos. Esse tipo de habitação acabou dando origem ao nome da futura cidade de Palhoça.

Cerca de um século depois, com a vinda dos imigrantes italianos e alemães no século XIX, a cidade passou a desenvolver além da pequena produção mercantil um sistema de colônia-venda que abastecia os centros urbanos das cidades próximas. A produção de gêneros alimentícios partia dos antigos distritos do interior em direção à capital através de pequenos portos.

A pesquisa mostra que a pequena produção mercantil açoriana e o sistema colônia-venda, trouxeram dinamismo para município a partir da transformação da cidade em um entreposto comercial bastante próspero. No entanto, essas atividades econômicas começam a

entrar em decadência após a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, quando o comércio feito por via marítima passa a ser realizado por terra.

Em seguida, no segundo tópico, acompanhamos a evolução político-administrativa da cidade que culmina com sua emancipação em 1894. No início Palhoça era uma localidade atrelada a Desterro. Em 1833, São José se emancipa de Desterro e herda consigo a vila de Palhoça. Em 1894, Palhoça se emancipa de São José e tem início um período marcado por diversos desmembramentos que dão origem as cidades de Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes.

O segundo capítulo mostra como foi possível a retomada do crescimento após a decadência da pequena produção mercantil e do sistema colônia-venda. A retomada foi possível devido a uma série de investimentos públicos como Plano de Metas (nacional) e PLAMEG (estadual), que através da construção de projetos como BR-101, UFSC, Eletrosul, TELESC, fizeram com que Florianópolis retomasse o crescimento e se expandisse nas décadas seguintes, dinamizando o entorno.

Com a expansão periférica de Florianópolis em direção ao continente ocorre a inserção de Palhoça na região conurbada. Neste momento os fluxos econômicos passam a ser direcionados para os municípios do entorno da capital, São José, Palhoça e Biguaçu. Essa expansão altera a fisionomia da cidade, Palhoça começa a receber migrantes de outros estados e regiões, fazendo multiplicar o número loteamentos.

Palhoça, até então pouco povoada, começa a receber um contingente populacional de baixa renda, que adquire moradias por intermédio do BNH. A cidade começa a apresentar características de uma cidade-dormitório empobrecida, com poucas oportunidades de trabalho e onde a maioria dos habitantes tinham de se deslocar para as cidades próximas em busca de trabalho.

O terceiro capítulo mostra os impactos da crise dos anos 80 sobre o governo catarinense e seu reflexo sobre a região e o município e a reestruturação econômica que se seguiu nos anos 90 como forma de superação da crise. Nos anos 80 o número de financiamentos pelo BNH tem queda acentuada, tornando o acesso a moradia mais difícil. Ao mesmo tempo, em decorrência do Plano Diretor da capital aprovado em 1976, Florianópolis abdica de sua característica industrial e passa a se especializar no setor de comércio e serviços, abrindo caminho para transferência das indústrias da capital para São José e Palhoça às margens da BR-101.

Em 1989, com a inauguração do distrito industrial, Palhoça passa a abrigar unidades industriais de pequeno porte, principalmente dos ramos de cerâmica, olaria, serraria, e esquadrias de alumínio. Esse processo de desenvolvimento começa a ganhar força em meados da década de 90 a partir de grandes investimentos de caráter privado, na construção civil e na área educacional.

A década de 90 marca o período de ajustes macroeconômicos em nível nacional, que refletem em escala local com o reaquecimento do mercado imobiliário a partir da inauguração dos loteamentos Pedra Branca e Pagani, às margens da BR-101, e de investimentos no setor da educação com o Campus Universitário da Unisul, construído no bairro Pedra Branca.

O quarto capítulo, sobre a dinâmica econômica recente, mostra o verdadeiro boom de crescimento que acelerou as dinâmicas geoeconômicas em meados dos anos 2000, quando a cidade ganha notoriedade nacional ao ser considerada umas das cidades mais dinâmicas do Brasil.

A partir dos anos 2000, há o crescimento de um conjunto de fatores: população, PIB, perspectiva de consumo das famílias, investimentos do setor da construção civil, indústria e comércio. Esses fatores levaram a modificação do espaço geográfico palhocense a partir da multiplicação de loteamentos, da verticalização, da atração indústrias, em um ritmo bem superior ao que vinha ocorrendo anteriormente, inaugurando um novo ciclo de prosperidade na economia palhocense.

O quarto capítulo é constituído por uma primeira etapa de aspectos gerais, que se aprofunda no período do boom econômico mostrando as consequências do crescimento acelerado sobre a cidade. Na sequência, numa segunda parte, passa a mostrar as dinâmicas e as transformações socioespaciais em cada setor da economia, primário, secundário e terciário, mostrando a o crescimento da maricultura, o crescimento do setor da indústria e os investimentos recentes no comércio varejista e atacadista.

2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE PALHOÇA

2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO PALHOÇA

A primeira fase de ocupação do território dar-se-á pela fusão de várias etnias que foram se estabelecendo na região do município ao longo da história. Desde tempos remotos a região foi ocupada por grupos de diferentes origens, culturas e modos de vida. Primeiramente a região foi habitada por povos indígenas primitivos que remontam há 2000 anos. Conhecidos como homens do Sambaqui, esses índios primitivos deixaram grande legado arqueológico e cultural, por meio de estruturas conhecidas como sambaquis¹. Por volta do ano 1000 DC, o homem do sambaqui foi substituído paulatinamente pelos índios do tronco linguístico Tupi-Guarani, grupo indígena originário da região central do Brasil (FARIAS, D. 2010).

Contudo, foi com a chegada dos portugueses, no século XV, que teve o início o sistema conhecido como de plantations². Embora muito difundido em grande parte do Brasil, Santa Catarina ficou durante muito tempo a margem deste sistema, renegada a uma província praticamente desabitada e suscetível à invasão de outros povos, notadamente navegadores espanhóis, franceses e ingleses.

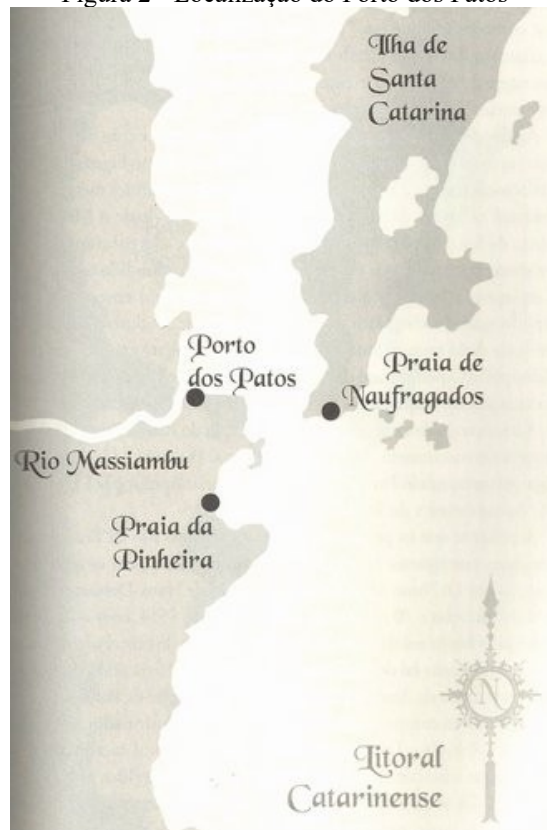
A ocupação pelos portugueses e invasões do território catarinense por outros povos tiveram íntima relação com as características geomorfológicas da sua região litorânea, pois Santa Catarina pode ser considerado o estado mais bem provido da região sul para a navegação costeira. O estado possui uma infinidade de enseadas e baías abrigadas que servem de porto seguro para as embarcações. O fato de Santa Catarina possuir numerosos e excelentes ancoradouros desde São Francisco, no Norte, até Laguna no Sul, além de Itajaí, Porto Belo e Imbituba, foi um fator que foi preponderante para sua ocupação (CARVALHO, C. 2016).

De acordo com Peres (2018) a facilidade ancorar no território foi preponderante para que, durante o século XVI, aventureiros fizessem incursões no litoral catarinense. A região Sul de Palhoça, hoje conhecida como Baixada do Maciambú, aparecia no relato de viajantes como Porto dos Patos (Figura 2). Essa região funcionava como um importante ponto de parada de navegadores que se aventuravam na longa jornada até o Rio da Prata.

¹ Os sambaquis são estruturas em forma de montes distribuídos ao longo de toda costa brasileira, que exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas intercaladas com estratos de matéria orgânica. Ver em FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. Panorama arqueológico de Santa Catarina. Palhoça (SC): UNISUL, 2010.

² Caracterizava-se por um sistema econômico especulativo realizado em grandes propriedades agrícolas, utilizando a força de trabalho de escravos africanos, com o intuito de produzir para o mercado europeu. Esse sistema levou as áreas das colônias a um processo de mundialização da economia, que foi se aprofundando ao longo do tempo, marcado pelo comércio triangular entre América, África e Europa.

Figura 2 - Localização do Porto dos Patos



Fonte: Silva, João (2019)

Ainda segundo o autor, há um relato de que alguns homens da tripulação de Henrique de Solís, que sobreviveram ao ataque dos índios na Bacia do Prata, em 1516, no caminho de retorno para a Espanha acabaram naufragando próximo da Ilha de Santa Catarina, na Praia de Naufragados, e, nadando, acabaram chegando ao Porto dos Patos. Nesse local os viajantes espanhóis viveram entre os índios por alguns anos, aprendendo sua cultura e hábitos alimentares.

A intenção dos portugueses de povoar o território catarinense veio muito mais tarde, numa conjuntura desfavorável ao império português. Em meados do século XVIII, Portugal estava passando por um período de crise e reestruturação econômica, conhecido como Período Pombalino (1750-1777). O império numa resposta institucional a crise, resolve enviar casais açorianos para povoar o litoral de Santa Catarina (CAMPOS, N. 1991).

No século XVIII, o Arquipélago dos Açores, local de origem dos açorianos, estava passando por diversos problemas: constantes abalos sísmicos, baixo desenvolvimento econômico e excesso populacional. Esses motivos fizeram com que a coroa portuguesa incentivasse a emigração para o Brasil. Dessa forma, havia de um lado o interesse dos açorianos

em emigrar e de outro o interesse da Coroa portuguesa colocar em prática seus objetivos político-estratégicos (PIAZZA, 1997).

Portugal colocou em prática um projeto de ocupação do litoral catarinense que tinha um caráter sócio militar e socioeconômico. Os portugueses tinham o intuito de proteger a região contra investidas militares de outros impérios coloniais e também de desenvolvê-la. Formava-se a partir dessa conjunção de fatores uma economia baseada na produção pesqueiro/baleeira que tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais comerciais portugueses (SILVA, C. 1992).

Foram construídas durante o período diversas armações baleeiras ao longo do litoral catarinense, com destaque para a Piedade (1742), Lagoinha (1772), Itapocoróia (1778) e o suplemento de Imbituba (1796), além de Ilha da Graça (1807). Essas edificações serviam para a produção de óleo de baleia, com o intuito de abastecer o mercado interno português. Ao mesmo tempo em que foram sendo construídas as armações foram se estabelecendo povoados de açorianos constituídos de pequenos produtores, agricultores e pescadores (SILVA, C. 1999).

Ao lado da produção pesqueira formou-se uma Pequena Produção Mercantil³, baseada numa estrutura agrária de pequena propriedade com excedentes exportáveis. Esta produção, aplicada à realidade catarinense, propiciou a formação de um pequeno produtor independente, dono dos seus meios de produção, que produzia para sua subsistência e vendia a parte excedente ao mercado. Destacando-se na produção de mandioca, principal produto de exportação na época, além do algodão, feijão, milho, arroz, etc.

O pequeno produtor desenvolvia além disso uma importante produção manufatureira com engenhos de açúcar, farinha, alambiques e confecção de roupas em teares manuais. Entretanto, esse artesanato sólido não conseguiu evoluir para um processo manufatureiro mais avançado. Embora houvesse um processo de diferenciação dentro da pequena produção, a acumulação se dividia em um número razoável de produtores, impedindo a transformação do pequeno produtor em empresário capitalista (CAMPOS, N. 1991).

Os produtos da pequena produção mercantil (mandioca, milho, feijão), tinham como um dos principais destinos a região do Planalto Catarinense, que abastecia o litoral com carne de gado. Surgiu nesse contexto um intercâmbio comercial entre os produtos do litoral e do

³ “Chamamos pequena produção mercantil a organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção”. Ver em MANDEL, Ernest. Introdução ao marxismo. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

planalto. O transporte na época era precário, realizado através de mulas e cavalos que tinham a difícil tarefa de vencer a Serra Geral (CAMPOS, N. 2004).

A partir do contínuo movimento de tropeiros que vinham do interior do estado com suas carroças lotadas de mantimentos se fez necessário o estabelecimento de pequenos pousos no caminho para descanso e abastecimento. Um desses acabou ficando conhecido anos depois como Palhoça (ZACCHI, 1991).

A fundação do povoado de Palhoça data de 31 de julho de 1793, quando o então governador Cel. João Alberto Ribeiro enviou ofício ao Conde Rezende, Vice-Rei do Brasil, solicitando patente militar para Caetano Silveira de Mattos. Este homem havia construído um armazém de farinha que funcionava como um entreposto comercial no interior do sertão da Terra Firme, nome antigo de Palhoça (LOPES, 1919).

Aquele ofício foi o primeiro documento que se refere à Palhoça e é considerado como a certidão de nascimento do município. Naquela época a localidade era pouco povoada e chamava atenção apenas pelas pequenas casas de palha que podiam ser avistadas próximo ao mar.

Segundo Lopes (1939, p. 20):

É, fora de dúvida, que em 1793, essa, hoje cidade de Palhoça, não era senão “mato da terra firme”, para onde seguira Caetano Silveira de Matos empregado na fatura de um armazém ou palhoça, construir depósitos de farinha, por ordem do então governador João Alberto de Miranda Ribeiro. É ainda de acreditar-se que o nome de Palhoça tivesse origem desde esse tempo, visto que, segundo opinião de pessoas antigas, outros ranchos foram ainda construídos, posteriormente, todos cobertos de palha, nos quais era recolhidas canoas e apetrechos de alguns pescadores que passavam temporadas no lugar hoje denominado de Areias, ao sul da desembocadura do formoso rio Maruim, antiga divisa legal entre Palhoça e S. José.

As primeiras palhoças eram casas de barro cobertas com palha (Figura 3), que foram se espalhando pelo território do município a partir do século XVII. Elas serviam de moradia para os primeiros colonizadores, bem como de armazéns para abrigar os tropeiros que vinham de Lages. Devido a sua grande importância e presença na paisagem acabaram influenciando o nome da cidade (SILVA, João, 2019).

Figura 3 - Casa de pau-a-pique



Fonte: Silva, João (2019)

Após uma primeira fase ocupação realizada por imigrantes açorianos houve uma segunda fase composta por imigrantes alemães e italianos. A imigração naquele período, século XIX, atendeu a questões estratégicas e econômicas fundamentais para o Brasil, que tinha surgido como nação independente.

Segundo Waibel (1958, p. 231):

Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, julgou-se necessário dar mais ênfase à colonização das duas províncias mais meridionais, que estavam sujeitas a ataques dos argentinos pelo lado sul, e dos índios Botocudos pelo interior. As enormes florestas do sul do Brasil eram o domínio indiscutível desses índios. Os brancos não povoavam as matas, mas apenas as cruzavam rapidamente, ao longo de alguns caminhos de boiadeiros e de tropas. Destes, o mais importante era o que ligava em direção norte-sul, São Paulo a Porto Alegre ou Viamão, no Rio Grande do Sul. Um outro corria de Lages, no planalto de Santa Catarina, na direção leste até a costa de Florianópolis. As pessoas e o gado que percorriam essas estradas eram frequentemente atacados pelos índios.

Os índios Xokleng ou botocudos⁴, eram os habitantes nativos da região dos vales litorâneos, que até meados do século XIX permanecia quase intocada. No século XIX, por ordem do Império Brasileiro, foram trazidos imigrantes alemães e italianos para desbravar a região. Ocorre nesse período um choque entre os dois povos e o entendimento de que o índio deveria ser exterminado para que o europeu pudesse trazer o progresso. Nesse contexto surge a figura do “bugreiro”⁵ com o intuito de exterminar índios (LAVINA, 1999).

⁴ Pertencentes ao grupo Jê, tinham características nômades e viviam da caça e coleta de frutas, mel e pinhão. Habitavam a região entre o litoral e o planalto num regime de deslocamento pendular entre o litoral, no verão, e nas bordas do planalto, no outono, donde faziam a coleta do pinhão.

⁵ Caçadores semiprofissionais de índios contratados pelo governo ou por particulares para eliminar os índios que perambulavam pelas matas, para “limpar o mato”, como em muitas vezes é referido.

Além de fazer retroceder a presença do índio, o império brasileiro resolveu colonizar os vales litorâneos com indivíduos itálos e germânicos pois precisava de um novo tipo de colonização, que não precisasse de quantidade de terra, nem mão-de-obra escrava. O imigrante ideal para os propósitos do Brasil foi encontrado na Europa no século XIX.

Segundo Marchesan (2003, p. 27):

Toda a Europa estava passando por uma série de transformações sociais, políticas e econômicas internas em alguns países, e desenvolvimentos como, por exemplo, o colonialismo, a Revolução e Expansão Mercantil Europeia, a Reforma Religiosa, o Renascimento Artístico e Cultural, a Revolução Industrial, etc. Todas estas transformações culminando num profundo processo de mundialização das culturas e das economias. Diante disso, precisamos levar em conta que o processo de imigração está intimamente ligado a esses fatores, destacando-se a Revolução Industrial.

As transformações ocorridas na Europa durante a Revolução Industrial levaram a profundas alterações nas relações sociais, políticas e econômicas, que levaram os países a produzir excedentes populacionais. Os excedentes populacionais surgiram em países onde se constituiu um desenvolvimento industrial tardio, com características de uma modernização conservadora.

Essa modernização conservadora ao qual passaram Itália e Alemanha durante o seu processo de unificação ficou conhecida como via prussiana⁶. Neste período, os imigrantes alemães e italianos que vieram para o Brasil eram em sua maioria despossuídos e produtores rurais que atravessavam um momento difícil em seu país de origem devido a uma redução da oferta de terras causada pela industrialização (BRAGA, 1999).

A Itália no período de sua unificação, conhecido como período do Risorgimento⁷, começou a se industrializar-se à partir do norte, em 1860, e passou a apresentar um acelerado crescimento industrial, em conjunto com escassez de terras, gerando excedentes populacionais no campo que encontraram refúgio na região sul e sudeste do Brasil (KEMP, 1985).

A colonização italiana em Santa Catarina apresentou características diferentes da alemã. Foi marcada pela dispersão em vários núcleos, devido à falta de uma estrutura administrativa adequada para receber os imigrantes. Os imigrantes se instalaram na periferia das sedes das colônias alemãs e passaram a ser fornecedores de produtos agrícolas para as

⁶ Projeto modernizador com raízes conservadoras que remetem ao antigo sistema feudal, notabilizando-se por um crescimento industrial abrupto, gerador de intensas fissuras no tecido social. Este se deu em um momento posterior a das outras potências industriais da época, como a Inglaterra, França e Estados Unidos, num período situado na segunda metade do século XIX.

⁷ Processo de unificação capitaneado pela metade norte do país. Mesmo após o processo, o país não conseguiu acabar com as profundas desigualdades estabelecidas historicamente na península, caracterizada por um norte desenvolvido economicamente e um sul ainda pobre e atrasado em relação à parte continental do país.

populações urbanas próximas, bem como para a exportação. Aos italianos deve-se o cultivo do milho, arroz, a uva e fumo (PIAZZA, 1997).

A primeira colônia alemã de Santa Catarina foi criada em 1829, no atual município de São Pedro de Alcântara. Essa colônia prosperou durante um tempo, mas logo entrou em decadência devido a geografia do lugar composta por um relevo acidentado e um solo de baixa fertilidade. Por isso muitos colonos abandonaram a colônia, migrando para outras regiões como Vargem Grande, Santa Isabel e Teresópolis, antigos distritos de Palhoça. (JOCHEM, 1992).

De acordo com Mamigonian (2011) é um equívoco acreditar que a colônia de São Pedro de Alcântara foi um fracasso, pois os imigrantes que ali chegaram puderam prosperar em outras cidades do vale e do litoral catarinense, além de produzir grandes intelectuais, políticos e empresários como Filipe Schmitt e Lauro Muller.

Os imigrantes alemães desenvolveram um tipo de produção comunitária (sistema colônia-venda) baseada na produtividade e que abastecia os centros urbanos próximos com mandioca, cana de açúcar e feijão. O sistema colônia-venda, ao contrário da pequena produção açoriana, pode prosperar levando alguns indivíduos a ascensão social e acumulação de capital capaz de torná-los empresários de sucesso na região da Grande Florianópolis (CRUZ, 2008).

Os colonos alemães de Palhoça partiam dos distritos do interior transportando mercadorias através de tração animal (Figura 4) com direção aos centros urbanos próximos. As mercadorias eram trazidas de Lages, Bom Retiro, Rancho Queimado, Rio dos Bugres, Santo Amaro e do Interior da Freguesia e partiam para Desterro através de lanchões que eram abastecidos em portos na região central de Palhoça.

Figura 4 - Meio de transporte utilizado pelos colonos



Fonte: Portal Palhoça (2019)

De acordo com Silveira (1999) durante muito tempo a cidade de Palhoça pode prosperar por meio de sua função de entreposto comercial de ligação entre continente e Ilha de Santa Catarina. Nesse período a cidade observou o florescimento de jornais, hotéis e engenhos e de uma vida urbana movimentada.

Entretanto, ainda segundo o autor, com a ascensão dos transportes terrestres a partir da construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, houve o enfraquecimento da economia palhocense. Empresas de transporte marítimo e indústrias começaram a falir e parte da população abandonou a cidade a procura de melhores condições de vida.

O declínio de Palhoça ocorre concomitantemente ao da atividade portuária da capital, que se explica tanto pela falta de infraestrutura do porto frente à grande concorrência, quanto a mudança de ênfase nos transportes, do marítimo para o terrestre. Nesse contexto, a cidade de Florianópolis deixa de ser um entreposto exportador da produção agrícola e industrial da região e passa a conservar apenas suas funções de capital administrativa (Reis, 2012).

Segundo Faccio (1997), a atividade portuária da capital passa a entrar num período de decadência que se estende pelos 30 anos seguintes, apresentando fraco crescimento urbano até a primeira metade do século, fazendo com que durante os anos 60 chegassem ao fim as atividades portuárias na cidade.

A decadência não se restringiu apenas ao setor portuário, mas também para a agricultura e pesca. Os fatores que colaboraram para a decadência da pequena produção foram as constantes requisições as famílias de produtores, tanto de soldados como de produtos; o sistema de herança e a oscilação cíclica nos preços da farinha de mandioca, que era controlada pelo capital comercial carioca, que ora comprava o produto catarinense, ora comprava o de outra parte do país (CAMPOS, N. 1991).

Bastos (2000) cita outros fatores para a decadência da região, dentre eles a existência de um artesanato diversificado que não se especializou em coisa alguma, a relações sociais pré-capitalistas e a práticas agrícolas arcaicas. Diferentemente das colônias alemãs localizadas nos vales atlânticos que com terras mais férteis e facilidade de escoamento pelos rios interiores acabaram se industrializando e produzindo produtos mais competitivos.

Os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil por volta de 1850, inseriram uma outra racionalidade no modo de produção catarinense com técnicas mais avançadas na agricultura, o que acabou resultando em uma forte concorrência para os produtores açorianos que se viam superados pelos imigrantes italianos e alemães. Em consequência disto, os imigrantes da

segunda fase de imigração puderam ter uma acumulação suficiente para desembocar em relações capitalistas mais avançadas como a indústria (CAMPOS, N. 2009).

Para Mamigonian (2011) o fato de as regiões de imigração alemã, italiana desembocarem em relações industriais tem a ver com o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização europeia e das classes sociais que as compunham. O tipo de colonização aqui instalada estabeleceu milhares de pequenos agricultores, comerciantes, operários artesãos, que já praticavam significativa divisão de trabalho na Europa e puderam aqui continuar sua vida.

Para Carvalho, C. (2016) um dos motivos para a prosperidade dos imigrantes da segunda fase diz respeito a estrutura agrária ao qual foram inseridos, em uma democracia rural⁸ baseada na pequena propriedade. Nesse sistema cada produtor era proprietário de seu pequeno lote de terras, diferenciando-se dos latifúndios pecuaristas da região do Planalto, onde a terra está concentrada na mão de poucos fazendeiros enquanto a maioria cabocla não possui terra para produzir.

Ainda de acordo com o autor, outra característica que deu impulso a colonização alemã foi a capacidade escoadora da produção a partir de rios navegáveis que se ligavam aos portos de São Francisco e Itajaí. O porto de São Francisco é considerado o melhor porto natural, tendo em vista que é protegido pela baía da Babitonga e serve de escoadouro para os produtos da cidade de Joinville. O porto de Itajaí, considerado um porto marítimo e fluvial, passou a ser um escoadouro natural das cidades prósperas de Blumenau e Brusque.

Em síntese, podemos dizer que o processo de ocupação da cidade de Palhoça está dividido em duas fases. A primeira é marcada pela vinda dos imigrantes açorianos no século XVIII e a segunda por imigrantes italianos e alemães, no século XIX.

A primeira está inserida no período colonial da história brasileira e está intimamente relacionada às ações do império português desejava ocupar uma região desabitada e suscetível a invasões. Nesse contexto, a localidade de Palhoça passa a ser ocupada pelos imigrantes açorianos que desenvolvem uma pequena produção mercantil que realizava trocas comerciais com a região serrana, onde foram surgindo pousos que deram origem ao nome da cidade.

⁸ O conceito de democracia rural remete a André Rebouças, abolicionista brasileiro que defendia o fim dos latifúndios, a criação do imposto territorial, o parcelamento da terra, o loteamento de terras devolutas e a colonização dos eixos rodoviários. Este autor vislumbrava o acesso a terra como essencial para o desenvolvimento econômico e para a elevação das condições morais da população. Ver: LIMA, Angela B. “Quem possui a terra, possui o homem”: abolicionismo e democracia rural nas ideias agrárias de André Rebouças. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.43, p. 295 - 314, maio/ago. 2019.

A segunda fase de ocupação foi em síntese o período marcado pela vinda dos imigrantes italianos e alemães para ocupar o território do interior de Palhoça. Esses imigrantes passaram a desenvolver um sistema colônia-venda que prosperou e comercializava produtos com a capital por meio de portos.

A partir da construção da ponte e da ascensão dos transportes rodoviários, fato que ocorreu paralelamente à decadência da pequena produção mercantil, teve início o período de decadência da região como um todo, que somente teve fim em meados do século 60, por influência de um conjunto de fatores como investimentos públicos em infraestrutura e planos governamentais de desenvolvimento.

2.2 EMANCIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS

A evolução dos limites territoriais de Palhoça se explica pelos contínuos desmembramentos da capital ao longo dos séculos. Desterro ocupava uma ampla área do território catarinense e foi sendo desmembrada em dezenas de municípios, dando origem a São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, etc. (SUGAI,2015).

Palhoça inicia como um povoado, em 1793, por iniciativa de Caetano Silveira de Mattos e permanece na categoria de arraial até 1872, quando foi elevada à categoria de Distrito Policial pelas mãos do Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, vice-presidente da província de Santa Catarina (FERREIRA, 1959).

Ainda segundo o autor, no momento da criação do Distrito Policial, Palhoça atravessava um período de crescente evolução econômico-social e contava com inúmeros comerciantes, proprietários e lavradores, o que fazia crescer a necessidade de ampliar sua autonomia em relação ao município de São José.

Segundo Lopes (1939, p. 24) atendendo ao pedido da comunidade palhocense, a Assembleia Legislativa votou a lei 949, de 8 de novembro de 1882, elevando a categoria de freguesia, nos seguintes termos:

Art.1º. – Fica desmembrado da paróquia de S.José o distrito policial da Palhoça, para formar uma nova freguesia, sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Nazaré.

Art.2º. – A nova freguesia terá por limites: Ao Norte, o rio Maruim até a divisa da freguesia de S. Pedro de Alcântara; ao sul, o rio Cubatão até os limites da freguesia de Sto. Amaro do Cubatão; a leste, o Oceano; a oeste, as freguesias já mencionadas.

Art.3º. — Servirá de matriz a capela em construção, na sede da mesma freguesia. Dado e passado no Palácio do Governo da província de Santa Catarina, aos oito de novembro do ano de mil oitocentos e oitenta e dois.

(Ass) Antônio Gonçalves Chaves, presidente da Província.

Após a elevação Palhoça a categoria de freguesia é construída a primeira capela, sob a benção da N. S do Parto. Nessa capela havia uma cruz com uma caixa destinada a receber donativos para a construção da Igreja Matriz, concluída em setembro de 1884, tendo como padroeiro o S. Bom Jesus de Nazaré. No entanto, a paróquia de Palhoça foi criada somente em 1920, por D. Joaquim Domingues de Oliveira, bispo de Florianópolis (LUZ, 1981).

De acordo com Lopes (1926) a emancipação de Palhoça deve-se muito aos desdobramentos da Revolta da Armada, que estourou no Rio de Janeiro em 1893, alastrando-se pelos estados do sul. Em Santa Catarina foi organizado um governo pelos revolucionários com amplo apoio da classe política de São José, enquanto a classe política da freguesia de Palhoça se mantinha fiel a República (LOPES, 1926).

De acordo com Lopes (1939), a Revolta da Armada é sufocada por Floriano Peixoto que indica um governo provisória em Santa Catarina. Este governo com o intuito de penalizar os apoiadores da revolução, premiou aqueles que estiveram ao seu lado, dando a então freguesia de Palhoça um status de município independente. Assim, em 24 de abril de 1894, é assinado o decreto 184, pelo coronel Moreira Cesar, governador de Santa Catarina, criando o município de palhoça:

Artigo 1 – Fica elevada à categoria de Vila a freguesia de Palhoça, desmembrada do Município de São José, para formar com as Freguesias de Santo Amaro do Cubatão, Enseada de Brito, Teresópolis, Santa Isabel, Capivari e Santa Teresa, um Município de Palhoça, tendo por Vila deste nome e por limite ao norte com o rio Maruim e a atual divisa dos Distritos de Santa Isabel com a ex-Colônia de Angelina, ao sul e ao oeste com o Município de São José.

Artigo 2 – Revogam-se as disposições em contrário (LOPES, 1939, p. 29).

Após o decreto de emancipação, o novo município foi instalado em 23 de maio de 1894, em uma sessão solene com a presença de autoridades diversas autoridades nomeadas pelo governador provisório para realizar a função de intendentess municipais. Por disposição legal, quem dirigia o município era o presidente indicado pelo grupo, mais tarde o presidente passou a ser eleito pelo voto. Para o cargo de primeiro Superintendente Municipal foi designado o capitão Bernardino Manoel Machado, que ficou no cargo de 1895 a 1899 (LUZ, 1981).

No prédio da antiga prefeitura municipal (Figura 5), inaugurado em 22 de agosto de 1895, funcionava a Delegacia de Polícia, o Juizado de Paz, a Cadeia Pública, o Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores) e o Tribunal de Júri. A prefeitura funcionou nesse prédio até 2004, quando o centro administrativo municipal foi transferido para o bairro do Pagani. Hoje no prédio funciona a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 - Antiga sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Portal Palhoça (2019)

Após a emancipação o município não estava totalmente independente de São José, tendo em vista que as questões legais de Palhoça eram julgadas pela Comarca de São José. Isso gerou um grande descontentamento na população e uma pressão popular para que vila criasse a própria Comarca. A causa era defendida por comerciantes, industriais e autoridades do município que entregaram um abaixo assinado, em 1905, no Congresso Representativo do Estado, solicitando a elevação vila de Palhoça a categoria de comarca. Após a entrega das assinaturas foram criadas comissões que apresentaram o projeto número 21, de 13 de outubro de 1906, propondo a criação da comarca de Palhoça (LOPES, 1926).

Em decorrência do grande clamor popular, o poder judiciário em Palhoça é criado no ano de 1906, quando a então vila é elevada à categoria de Comarca, passando a poder julgar questões legais no âmbito municipal. Em vista desta lei, foi transferido da Comarca de Joinville para Palhoça o juiz Dr. Antônio Gomes Ramagem (FARIAS, V. 2004).

De acordo com Farias, V. (2004) a elevação da vila de Palhoça à categoria de cidade ocorreu num momento crescimento econômico potencializado pelo comércio com o planalto através de portos junto à vila e a Barra do Aririú, além de atividades agrícolas e de olaria. A elevação à categoria de cidade ocorreu em 22 de agosto de 1919, nos seguintes termos:

O Engenheiro Civil Hercílio Pedro Luz Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art.1º. – Fica elevada à categoria de cidade a actual vila da Palhoça.

Art.2º. – Revogam-se as disposições em contrário

O secretário do interior de justiça assim faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 22 de agosto de 1919.

Hercílio Pedro da Luz (FARIAS, V. 2004, p. 98).

Após a elevação à categoria de cidade, Palhoça era dividida nos seguintes distritos: Palhoça, Santo Amaro, Enseada de Brito, Teresópolis, Santa Isabel, Anitápolis, São Bonifácio, Garopaba e Paulo Lopes. Essa configuração territorial original foi sendo modificada com o decorrer dos anos, fazendo retroceder o território do município que outrora era bastante extenso (LOPES, 1939).

O primeiro distrito a se emancipar de Palhoça foi Santa Tereza, que se somou à territórios de Lages e São Joaquim da Costa da Serra, para fundar o novo município de Bom Retiro. Os limites de Bom Retiro ficaram fixados em outubro de 1922 (LOPES, 1926).

Palhoça perdeu o distrito de Garopaba, que englobava o arraial de Paulo Lopes. A emancipação do distrito de Garopaba ocorreu por meio da Lei nº. 1.451, de 30 de agosto de 1923. Em 1930, porém, para surpresa da população, Garopaba passa novamente a distrito de Palhoça (BESEN, 1980).

Em junho de 1958, foi criado oficialmente o Município de Santo Amaro da Imperatriz, cuja instalação se deu no dia 10 de julho do mesmo ano. A município incluía os distritos sede, Queçaba (Águas Mornas), Anitápolis, e São Bonifácio. (MARTINS, 2001).

Após s distritos de Garopaba e Paulo Lopes voltaram a requerer a emancipação junto à Palhoça. No início havia a possibilidade de formarem juntos um único município, porém devido a antigas desavenças políticas, prevaleceu a ideia de formarem municípios distintos. Desse modo, em 19 de dezembro de 1961, cria-se o Município de Garopaba, e em 20 de dezembro do mesmo ano, o município de Paulo Lopes (BESEN, 1980).

Os desmembramentos dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes e Garopaba, trouxeram um grande impacto demográfico ao município, que reduziu sua população de mais de 20 mil habitantes, para apenas 8.688 (FARIAS, V. 2014).

A partir dos eventos que foram sendo pontuados durante o capítulo, pode-se concluir que a evolução político administrativa da cidade esteve sempre relacionada ao seu nível de desenvolvimento. À medida que a localidade de Palhoça ia crescendo e ganhando importância criou-se um movimento de reivindicação por mais autonomia. Essa busca por mais autonomia aliada a fatos conjunturais como a Revolta da Armada resultou na emancipação de Palhoça junto à São José, em 1894. Porém nas décadas seguintes o mesmo ocorreu com seus distritos, que passaram a buscar autonomia e deram origem a municípios como Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENTRE 1930-1980

3.1 INVESTIMENTOS PÚBLICOS E SEUS REFLEXOS SOBRE PALHOÇA

De acordo com Santos (1996) do período colonial até 1930, o Brasil se configurou como um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, que eram ditadas pelo mercado exterior, para onde iam nossas commodities agrícolas. Nesse sistema, ainda que houvesse alguns polos dinâmicos, eles tinham entre si relações escassas, não sendo interdependentes.

No caso de Santa Catarina, esse conceito de arquipélagos é bastante ilustrativo, tendo em vista que o processo de ocupação de Santa Catarina formou áreas bastante diversificadas. Costuma-se identificar o litoral como açoriano, o planalto tropeiro, o Vale do Itajaí e região nordeste como germânicos, o vale do Araranguá italiano e o oeste caboclo. Isso associado a questões geográficas que não favorecem a integração, como a ausência de um rio que cruze o estado no sentido horizontal e as Serras do Mar e Geral como barreiras naturais entre o litoral e o planalto, fez com que se montassem regiões geoeconômicas isoladas dentro do território catarinense (BITENCOURT, 2004).

Essas zonas geoeconômicas foram se desenvolvendo ao longo dos séculos uma independente da outra, com aspectos econômicos e culturais bastante distintos, fazendo com que Santa Catarina se tornasse um estado fragmentado. Além disto, o fato de a capital se localizar em uma ilha sem uma ponte, até a década 20 do século XX, fez com que a cidade não exercesse a função de metrópole estadual ao qual girariam as demais cidades. Isso permitiu que algumas cidades constituíssem as próprias zonas geoeconômicas e se tornassem polos regionais de atração e também recebessem influências mais marcantes das metrópoles de outros estados, como Porto Alegre e Curitiba.

Esse quadro começa a mudar em nível nacional com o crescimento do estado de São Paulo, quando este, a partir da cultura do café, começa a crescer e se torna pioneiro no processo industrial brasileiro, dinamizando a economia dos estados do seu entorno como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, etc. Ainda que o processo de integração fosse restrito a uma parcela do território, foi um processo que dinamizou os estados vizinhos e colocou o estado de São Paulo em posição privilegiada frente aos demais na aceleração da industrialização que viria nas décadas seguintes após a Revolução de 1930 (SANTOS, 1996).

De acordo com Rocha (2011) a revolução de 1930 foi um dos pilares de uma transformação da economia brasileira no sentido da industrialização. Diversas foram as

políticas no sentido de planejar a economia e expandir o parque industrial brasileiro, dentre eles: Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), Plano de Obras e Equipamentos (1943-1946), Plano Salte (1947), medidas setoriais no ramo do petróleo como a criação da Petrobrás, dentre outras ações.

A partir de 1930, quando os latifundiários da campanha gaúcha liderados por Getúlio Vargas tomam o poder, o Brasil faz a transição de um modelo eminentemente agroexportador para um modelo urbano-industrial. O papel desempenhado por Vargas se assemelha ao de Bismarck, na Alemanha, que alavancou a indústrias no vale do rio Reno. De 1930 até 1980, as regiões de pequena produção mercantil de São Paulo e Sul do Brasil, como as regiões alemãs, passam por um grande desenvolvimento que desemboca em relações capitalistas mais avançadas, como na indústria metalmeccânica, têxtil, etc. (MAMIGONIAN, 2011).

Ainda de acordo com o mesmo autor, em Santa Catarina com a vitória da Revolução de 1930, houve a substituição do comando estadual dos políticos ligados ao comércio export-import, Konder e Luz, pelos líderes do Planalto de Lages, em especial Nereu Ramos, que estavam comprometidos com o projeto nacionalista e desenvolvimentista de Vargas. Por esse motivo, tanto em Santa Catarina como no Brasil foram sendo tomadas medidas no sentido da industrialização, como no caso dos investimentos públicos em infraestrutura em diversos setores, como carvão, energético, portos, rodovias, que deram impulso ao desenvolvimento nacional.

Todavia, para Mamigonian (1986), por volta de 1960, Santa Catarina era vista apenas como um território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, fazendo com que a população catarinense se sentisse inferiorizada em relação às demais. A capital permanecia isolada por conta dos precários acessos não pavimentados. Somente após os anos 60, que os fluxos começam a se acelerar e a região passa a avançar no setor industrial da economia.

Lima, D. (2007) diz que o fato de Santa Catarina não contar com uma metrópole que centralizasse sua rede urbana, para muitos significava a desintegração estadual. Isso acontece de modo diferente na maioria das capitais brasileiras, que são via de regra os principais centros econômicos e sociais dos estados. Florianópolis ainda é considerada ao lado de Vitória, no Espírito Santo, umas das únicas capitais estaduais que não é a cidade mais populosa do estado. Em Santa Catarina a mais populosa é Joinville.

De acordo com Mamigonian (2011) SC não teve um centro articulador estadual, em grande parte, por razões naturais devido à dificuldade de atravessar a Serra Geral partindo do litoral. Os campos de Lages, Curitiba, São Joaquim e outros no Planalto, mantiveram

durante seu processo histórico relações mais estreitas com o norte do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto a fachada atlântica, bastante extensa e composta por inúmeras bacias hidrográficas com acesso direto ao oceano, foi o lugar de colonização europeia alemã e italiana, onde se desenvolveram inúmeras cidades regionais e portos como Laguna e Imbituba.

De acordo com Sugai (2015) o baixo desenvolvimento econômico antes de 1960 se estendia a região de Florianópolis e os seus municípios vizinhos. Palhoça e Biguaçu permaneciam basicamente rurais, contando com poucos investimentos e poucos habitantes na área urbana. Os núcleos urbanos desses dois municípios apresentavam uma malha urbana restrita e com poucas ruas ao redor da praça principal. Foi somente a partir da década de 60 que esses municípios passaram a receber investimentos significativos em infraestrutura urbana.

Palhoça tinha o aspecto de cidade pacata do interior, com casarios baixos e jardins bem cuidados em torno da praça central Sete de Setembro (Figura 6) onde pode-se ver ao fundo a igreja Matriz Senhor Bom Jesus de Nazaré e ao lado a antiga sede da prefeitura municipal inaugurada em 1895.

Figura 6 - Praça central de Palhoça em 1960



Fonte: IBGE

Conforme Lins (2000) de acordo com um levantamento realizado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina, o estado não dispunha de energia suficiente para propiciar a expansão do parque produtivo existente, possuía um sistema viário precário e disperso; demandava mão de obra qualificada que pudesse atender as necessidades da produção fabril emergente, bem como atraso no atendimento aos serviços de infraestrutura em geral. Estes

fatores resultaram em pontos de estrangulamento que afastam a iniciativa privada de investir e gerar emprego no estado.

A partir dos anos 60, refletindo um movimento de escala nacional, estas barreiras ao desenvolvimento vieram a ser superadas por um conjunto de fatores que alteraram a realidade catarinense: um acelerado crescimento populacional agindo paralelamente a um processo de urbanização, conurbação e metropolização, grandes investimentos públicos por meio de uma concepção política que acreditava no papel do Estado como indutor do desenvolvimento e medidas de âmbito municipal como planos diretores e a implantação de distritos industriais.

Um dos grandes planos nacionais que influenciaram o desenvolvimento catarinense foi o Plano de Metas (1956-1961) por meio de uma medida conhecida como Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que tinha por abrangência diversos setores como energia, transportes e indústrias de base. Além desta medida, o plano previa a estabilização monetária (1958-59), que teve papel determinante na intensificação do processo de substituição de importações, sem o qual não seria possível o crescimento acelerado da economia brasileira da ordem de 6,9% ano entre 1957-1961 (ROCHA, 2011).

Durante o governo de Kubitschek⁹, em 1961, foi instituído o Plano de Metas, em Santa Catarina, para o quinquênio 1961-1966, proposto na Assembleia Legislativa pelo então Governador Celso Ramos. O PLAMEG I foi responsável por diversas medidas como o aumento das salas de aula para atender as demandas de matrícula no ensino primário, aumento dos leitos hospitalares, expansão elétrica para as regiões mais carentes, implantação e construção de rodovias de ligação do Oeste e do Planalto com o litoral catarinense, oferta de crédito para o estímulo da produção agrícola, criação e operação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado (UDESC), como estratégia de formação de mão de obra qualificada e a criação de um banco estadual (LINS, 2000).

Coube ao sucessor de Celso Ramos, o Governador Ivo Silveira, nascido em Palhoça, à execução do PLAMEG II, que estabeleceu quatro metas: a melhoria dos meios administrativos, a valorização dos recursos humanos, a expansão econômica e a melhoria das condições sociais. Destacaram-se outras iniciativas geradoras de mudanças: a instituição do

⁹ Em escala nacional, durante o mandato de Kubitschek, o governo atuou no sentido de facilitar a entrada de investimentos diretos estrangeiros, de conseguir empréstimos com entidades de crédito internacional e a obter créditos de curto e médio prazo para fornecedores de equipamentos. Por outro lado, seu governo também teve papel importante no desenvolvimento da indústria nacional, pois impunha a prerrogativa de que as empresas estrangeiras aqui instaladas utilizassem alguns insumos nacionais, fator que contribuiu para o surgimento de indústrias de autopeças, de tratores, construção naval e cimento. Ver CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. Estudos Econômicos (USP. Impresso), v. 39, p. 513-538, 2009.

primeiro Plano Estadual de Educação, a regulamentação e o início da operação do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), instrumento que seria fortalecido no governo seguinte, o enfoque na telefonia, a partir de medidas iniciais de implantação.

Essas medidas de âmbito nacional e estadual foram importantes para que a economia crescesse e a indústria catarinense se tornasse mais competitiva. Antes do sucesso dos planos do Estado, o valor médio das importações catarinenses era superior aos das exportações, evidenciando o baixo valor agregado dos produtos catarinenses, na maior parte produtos primários de madeira e derivados. No entanto, no final da década as indústrias catarinenses começam a exportar produtos industrializados por meio da WEG, Fundação Tupy, Artex em parceria com bancos de investimento como BRDE e BESC e no setor de carne suína com a exportações da Sadia (ROCHA, 2011).

Em decorrência do sucesso dos planos econômicos das décadas anteriores, entre 1967-1973, em plena ditadura militar, o Brasil entra no período conhecido como do “milagre”¹⁰. A taxa de inflação que vinha preocupando os economistas, de 88,4%, em 1963, deu lugar a uma taxa de 15%, em 1971, enquanto a taxa de crescimento da produção industrial passava de 0,2% a 12% e o PIB, de 2,8% a 11,3%. O “milagre do Delfim”, termo que faz referência ao então Ministro da Fazenda Delfim Netto, marcou um período de conjuntura extremamente favorável resultante da fase A do ciclo endógeno brasileiro com a etapa final da mesma fase A do quarto ciclo longo em nível mundial (RANGEL, 1985).

No entanto esse crescimento não permaneceu por muito tempo, a partir de 1973, com a crise do petróleo, o mundo capitalista entrou na fase recessiva do quarto ciclo de Kondratieff¹¹. Com isso, a partir da crise do petróleo em 1973 a economia brasileira passou por uma

¹⁰ O termo “milagre” dá a falsa impressão de que ocorreu por acaso. Mas o processo que culminou no milagre vinha sendo gestado desde o início dos anos 30 com o processo de substituição de importações. Após 1929, a economia brasileira como parte da periferia do sistema teve de se esforçar para se ajustar ao novo estado de coisas. A economia brasileira até então exportadora de produtos primários passa a apresentar piora significativo em seus termos de intercâmbio, perdendo a capacidade líquida para importar. O Brasil então reage ao ciclo recessivo em escala mundial voltando-se para dentro, adotando a forma de substituição de importações e inaugurando um ciclo virtuoso na economia brasileira, que serviu de base para diversificação da produção nacional. Ver RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e antimilagre. (1985). In: RANGEL, Ignácio. Obras Reunidas / Ignácio Rangel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

¹¹ Ciclos longos emanados do centro do sistema capitalista. Foi descoberto por N. Kondratieff, nos anos 20, ao analisar, por meio de séries estatísticas que a economia capitalista industrial se caracterizava por conter ciclos de 50 anos aproximadamente, contendo uma fase ascendente “a” e uma fase recessiva “b”. Nas fases ascendentes eram postas em prática inovações tecnológicas, que elevaram fortemente a produtividade do trabalho e que acabavam sendo estendidas paulatinamente a toda economia, gerando baixa na taxa de lucro, desestimulando investimentos e provocando uma fase de depressão, fase “b”, na qual eram gestadas novas inovações tecnológicas que levariam a uma nova fase “a”, retomando assim o ciclo. Ver: MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. Revista Geosul, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 63-71, jan./jun. 1987.

desaceleração, porém em Santa Catarina houve incremento na exportação de produtos industrializados. Entre 1970 e 1980 as exportações passaram de 1,3% do conjunto brasileiro para 4,3%. Isso ocorreu porque o mercado interno brasileiro não conseguiu absorver as exportações catarinenses e os empresários passaram a ter que direcionar suas exportações para o mercado internacional (ROCHA, 2011).

Ainda de acordo com a mesma autora, desde o período do “milagre econômico” até a desaceleração, as exportações apresentaram um crescimento significativo. Houve uma substituição dos produtos semimanufaturados como madeira e o incremento das exportações de produtos manufaturados, refrigeradores (Consul), motores elétricos (Weg), auto peças (Tupy), felpudos (Artex), e de malharia (Hering). Do mesmo modo, os produtos básicos se consolidaram com o desenvolvimento da agroindústria na região do oeste catarinense com a exportação de carne de frango para países árabes pela Sadia, e também de óleo pela empresa Ceval.

Segundo Goularti (2005), para o período de 1971-1975, a ditadura militar brasileira escolheu o engenheiro Colombo Machado Salles para o cargo de Governador do estado. Durante seu governo foi elaborado o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), afinado com o “modelo de desenvolvimento” do Governo Médici e dando prosseguimento ao PLAMEG I e II. O PCD tinha o propósito de integração regional como principal marca. Seguindo os objetivos do IBGE, com o intuito de descentralizar as atividades econômicas o estado foi dividido em 13 microrregiões.

Segundo Salles (2000), as ações do Governo de Santa Catarina previstas no PCD estavam diretamente ligadas ao estabelecimento de um órgão técnico consultivo, tendo por finalidade traçar a política industrial do estado, assim como na criação de um Sistema Financeiro de Captação e Aplicação de recursos, a partir do Banco de Desenvolvimento (BADESC). A ação do Estado buscava objetivos em três níveis distintos: na alta gerência industrial, objetivando a formação de uma nova mentalidade industrial para o estado; na formação da mão de obra; e na produção, a partir da inserção de novas tecnologias e atualização dos equipamentos, visando o aumento na produtividade.

As medidas adotadas entre 1971-1975, nos setores da indústria e da agropecuária, tiveram reflexos no setor terciário (comércio e serviços), que juntamente com a articulação das ações em nível estadual e municipal, trouxeram apreciáveis índices de crescimento, determinando mudanças consideráveis no perfil da economia, assim como no estabelecimento da rede urbana estadual. Foram importantes os avanços nos diferentes setores de infraestrutura,

com destaque para a modernização e ampliação da telefonia, saneamento e para o sistema de transportes rodoviários, como na construção de uma nova ligação Ilha-Continente, a ponte Colombo Salles (LINS, 2000).

O período de 1973-1980, correspondeu à fase ascendente do nosso ciclo breve (juglar), apesar do efeito depressivo do ciclo longo, nossa economia teve um desempenho satisfatório, o que nos rendeu o apelido de “ilha de prosperidade”. Entre 1975-1980, a produção industrial brasileira cresceu à taxa de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no período 1975-80 (RANGEL, 1985).

Mais adiante, no período 1975-1979, durante o mandato do Governador Konder Reis, foi elaborado o Plano de Governo (PG), em adequação ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O mandato do Governador Konder Reis teve como ação prioritária a viabilidade das condições para o desenvolvimento da indústria catarinense através de créditos, financiamentos e infraestrutura. Seu lema de governo “Governar é encurtar distâncias” e expressava a importância do Estado para o desenvolvimento da economia catarinense (FACCIO, 1997).

Ainda de acordo com a mesma autora, no governo de Konder Reis foram criadas diversas estatais, que ajudaram a orientar o desenvolvimento catarinense. Ao todo, foram criados 26 órgãos públicos, dentre eles 12 empresas públicas de desenvolvimento e de pesquisa: EMPASC (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária), CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola), CODISC (Cia de Distritos Industriais de Santa Catarina), FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente), a CODESC (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), o Programa de Apoio à Capitalização de empresas (PROCAPE) dentre outras.

De acordo com Rolnik (2019), o II PND teve foco nas indústrias de construção, automobilística, bens de consumo duráveis e construção pesada. Foi nessa época que houve o crescimento das COHABS, que empreenderam grandes conjuntos habitacionais nas áreas de periferia. Nesta época foram introduzidos programas de apoio tais como lotes urbanizados e financiamento de centros de convivência e equipamentos nos conjuntos habitacionais já implantados pelo governo.

Os investimentos do PND em infraestrutura foram aplicados no porto de Imbituba, que pode receber navios de maior calado, também se iniciou a construção da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) para aproveitar o rejeito do carvão, além de ampliada a Termelétrica Jorge Lacerda. A área de abrangência da CELESC passou para 85,9% do estado.

Na telefonia os serviços foram expandidos para todo o território estadual, atingindo 199 municípios. Já no setor de transporte, foram pavimentadas 608 km de rodovias estaduais, 5,3 km de pontes e viadutos e 671 km de terraplanagem complementar (GOULARTI, 2005).

Segundo Cunha (1992), entre 1960-1980, o estado de Santa Catarina observou grande surto industrial, fazendo dobrar a participação da indústria na população economicamente ativa, evoluindo de 12,7% para 33%, enquanto o emprego na agricultura revelou declínio de 63,1% para 32,2, tendo caído em termos absolutos, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - PEA, segundo o setor de atividade (%) em Santa Catarina

SETOR	1950	1960	1970	1980	VARIAÇÃO a.a.		
					1950-60	1960-70	1970-80
Primário	65,4	63,1	53,2	32,2	2,3	1,4	-0,8
Secundário	15,1	12,7	20,5	33,0	0,9	8,2	9,4
Terciário	19,5	24,2	26,3	34,8	4,9	4,0	7,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	3,2	4,3

Fonte: Adaptado de Cunha (1992)

De acordo com dados do IBGE, em Palhoça verifica-se o comportamento semelhante (Tabela 2), entre 1960–1980, o setor primário teve queda de mais de 90%, passando de 72%, em 1960, para apenas 7,03%, em 1980. Enquanto isso o setor secundário teve o maior crescimento entre todos os setores da economia, uma variação de 342,41%, passando de 8,50%, em 1960, para 37,61%, em 1980.

Tabela 2 - PEA, segundo o setor de atividade (%) em Palhoça

Setor	1960	1970	1980	Var. % (60-80)
Primário	72,06	26,09	7,03	-90,24
Secundário	8,50	35,53	37,61	342,71
Terciário	19,44	38,37	55,35	184,75

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, Industrial e Comercial, 1960, 1970 e 1980

Palhoça já foi conhecida como o “município das olarias”. A cidade entre as décadas de 50 e 70 era a maior produtora de tijolos, que alimentavam a construção civil na região Grande Florianópolis, localizavam-se principalmente nos bairros São Sebastião, Alto Aririú e Aririú (SILVA, João, 2019).

No bairro do Alto Aririú haviam mais de 20 pequenas olarias. Com destaque para a Cerâmica Tapuia, além das cerâmicas Schutz, Dona Cici, Norberto Foster, São Jorge, dentre outras. A cerâmica Tapuia foi considerada na época uma das maiores do sul do Brasil. Essa fábrica chegou a empregar mais de 800 funcionários e era de propriedade do empresário Gentil Reinaldo Cordioli.

A partir da Tabela 3, por meio de uma análise das principais atividades industriais em Palhoça, entre 1960-1980, pode-se constatar que os setores da indústria que mais empregavam eram os setores de minerais não metálicos (produção de tijolos e telhas) com 580 empregados, em 1980, e o setor de madeira com 143 empregados, na mesma década.

Tabela 3 – Desenvolvimento das atividades industriais em Palhoça

Ramos das atividades industriais	Número de empregados			
	1960	1970	1975	1980
Indústrias	116	501	780	1063
Ind. extração mineral	x	x	26	24
Minerais ã metálicos	49	365	474	580
Metalurgia	x	x	42	76
Madeira	38	48	130	143
Mobiliário	3	x	x	60
Produtos alimentares	20	36	63	106

Fonte: Adaptado de Souza (2011) e Censo Industrial 1960

No entanto, o município ainda não apresentava um desenvolvimento considerável nas atividades industriais mais avançadas como no Vale do Itajaí, onde as indústrias têxteis e metal mecânica prosperaram em larga escala. Em Palhoça o setor secundário se resumia a pequenas fabricas de tijolos e madeira, que se localizavam próximo a BR-101.

Neste tópico foi possível acompanhar o impacto que os planos de desenvolvimento nacionais, principalmente o Plano de Metas atuando em conjunto com o PLAMEG, tiveram sobre o desenvolvimento de SC. Esses planos contribuíram para que o estado saísse da estagnação econômica estimulada pela decadência da pequena produção mercantil e desse um grande salto nas décadas seguintes.

A partir de grandes investimentos em infraestrutura no setor elétrico, telefonia, rodovias, portos, bancos públicos de fomento, foi possível a superação dos antigos gargalos que dificultavam o desenvolvimento da indústria catarinense. Essas mudanças na economia de SC tiveram impacto em escala municipal com o surgimento de pequenas fábricas de tijolos, telhas e madeira.

O crescimento que Santa Catarina atravessou entre 1960-1980 não se explica apenas pela influência das ações governamentais e por fatores meramente econômicos. No próximo tópico poderemos ver como os processos de urbanização e conurbação, atuando em conjunto, levaram a inserção da cidade na região metropolitana de Florianópolis e quais as transformações que esse processo trouxe para Palhoça.

3.2 INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

Como lembra Monteiro (2005), Florianópolis, tinha por volta de 60 mil habitantes em meados do século 20, ares provincianos e pouca capacidade de polarização econômica sobre as cidades próximas e menos economicamente ativa do que as cidades coloniais de Joinville e Blumenau. A atividade portuária na cidade estava em franca decadência e os capitais comerciais, como exemplo do Grupo Hoepcke com sua fábrica de pregos, declinado, restando apenas as fábricas de bordados.

Florianópolis passa a se desenvolver de forma mais acentuada no final dos 50 e esse desenvolvimento se manifesta de forma mais acentuada nas décadas seguintes com a inserção da capital catarinense no capitalismo industrial brasileiro. Esse processo vem acompanhado de uma acelerada urbanização e transforma radicalmente a cidade, como se vê na peridiocização proposta por Bastos (2000, p. 130):

A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o século XIX tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Esta fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa da Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século passado, quando, então, Florianópolis é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias alemãs e italianas recém instaladas nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade.

Segundo Peluso (1991), cabe lembrar que fenômeno da urbanização que afetou Florianópolis não pode ser entendido apenas em uma área isolada, ele faz parte de um fenômeno que se processou em uma escala global. O fenômeno da urbanização dos anos 60¹² se processou em todos os países do mundo, tanto no centro como na periferia capitalista, mas foi muito mais intenso nos países em desenvolvimento do que nos países centrais. Na América Latina, por exemplo, a população mais do que dobrou nesses anos, num fenômeno marcado pelo intenso crescimento populacional dos centros urbanos.

¹² De acordo com Milton Santos, a população brasileira, que era de apenas 30 milhões em 1920, passa perto de 83 milhões em 1965. Esse aumento populacional teve como consequência não apenas o aumento geral da população, mas também sua redistribuição no espaço. Essa redistribuição representou um novo equilíbrio demográfico regional e o abandono do campo, com aumento do número de cidades e de sua população. O deslocamento destes milhares de indivíduos dá-se com a preocupação com a melhoria nas condições de vida. Grande parte dos brasileiros das regiões norte e nordeste passa a migrar em direção a região sudeste, que estava apresentando importante crescimento industrial. Ver SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

De acordo com Castells (2011) a problemática da urbanização no século XX gira em torno de alguns eixos fundamentais, que geram um situação extremamente delicada nos países da periferia do sistema: a aceleração do ritmo da urbanização em nível mundial, a concentração da urbanização em centros urbanos das regiões subdesenvolvidas sem o correspondente crescimento econômico obtido nos países industrializados de primeiro mundo, e o surgimento grandes metrópoles sem infraestrutura adequada.

Como podemos perceber a partir de Castells, a urbanização no contexto brasileiro e dos países subdesenvolvidos não acompanhou em contrapartida um processo de desenvolvimento econômico na mesma escala. Isso foi resultado de um rápido processo de êxodo rural e da transferência de um grande contingente populacional para as cidades, que resultou no inchaço da malha urbana e no surgimento de cidades caóticas com baixo planejamento, comuns ao Terceiro Mundo.

Esse processo foi muito bem analisado por Marx (2017, p.572), que diz:

É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês” substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados aos da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base das configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, está, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sobre a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é natural da fertilidade permanente do solo.

O processo descrito por Marx começou a se efetivar no Brasil muito mais tarde, na era de Vargas, em 1930, mas se intensifica nos anos 60. O capitalismo tardio aqui implantado trouxe efeitos semelhantes aos do centro do sistema, como o êxodo rural e a ligação entre indústria e agricultura, porém com um grande distanciamento temporal. Isso ocorreu porque o país, historicamente, sempre se inseriu de forma tardia nas dinâmicas dos países do centro do sistema capitalista, uma herança de seu passado de país colonizado.

No Brasil a síntese entre indústria e agricultura se deu no contexto da Revolução Verde, que teve influência acentuada sobre o processo de migração campo/cidade quando, após a Segunda Guerra Mundial, havia a crença na possibilidade de atingir abundância na produção de alimento, no fim da fome e da miséria, por meio de avanços tecnológicos na produção de alimentos que determinariam um maior controle do homem sobre os processos naturais e o

aumento da produtividade. Esse processo foi posto em prática por um movimento internacional que visava desenvolver melhoramentos genéticos para criar uma multiplicidade de sementes eficientes de trigo, arroz e milho, que pudessem ser cultivados em diferentes tipos de solos, climas, e com resistência às pragas mais diversas implicando uma transformação nas tecnologias e na divisão do trabalho no campo (LOHN, 2004).

Com esse processo começa a avançar, cada vez mais, a ideia de que a agricultura seria um novo campo para a valorização da indústria. A partir de meados do século XX, o capital tem período de rápida expansão com a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada, onde cresce o papel das grandes corporações internacionais como Bunge, Monsanto, Cargill, etc., com fornecimento de insumos modernos, comercializados mundialmente e dando origem também a indústria de transformação de produtos agropecuários, ou agroindústria, que começa a crescer em Santa Catarina, com a criação de indústrias como Sadia, Perdigão, Aurora, Seara, Ceval, etc.

Essa expansão trouxe impactos para o campo e a cidade com a crescente mecanização do campo, que trouxe uma nova dinâmica para o mercado de trabalho no setor agrícola, que deixou de ser intensivo em mão de obra e provocou a expulsão de muitos trabalhadores do campo pela diminuição da oferta de emprego. Isso promoveu um fluxo contínuo de pessoas do campo para a cidade em busca de emprego nas indústrias e um conseqüente inchaço no tecido urbano que provocou o aumento repentino das cidades sem que, na mesma medida, ações de planejamento urbano, políticas públicas de financiamento habitacional de moradias populares, obras de infraestrutura e saneamento básico fossem implantadas.

De acordo com Santos (1996) entre os anos 1940 e 1980, ocorre uma verdadeira inversão no balanço entre população urbana e rural no Brasil. Nos anos 40 a taxa de urbanização passa de 26,35%, para 68,86% em 1980. Nesse período a nossa população triplica, ao mesmo tempo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Entre 1960-1980, o contingente de pessoas vivendo em cidades tem um aumento espetacular de cerca de 50 milhões de novos habitantes, isto é, quase igual a população brasileira de 1950.

A partir dos anos 50 o processo de industrialização entra em nova etapa¹³, quando o Brasil realiza o seu processo de substituição de importações, passando a produzir bens duráveis

¹³ Já em 1949 o Brasil havia cumprido a primeira fase no processo de substituição de importações, isto é, os bens de consumo corrente, não duráveis, haviam sido praticamente substituídos. A partir da segunda metade dos anos 60, o sistema industrial brasileiro passou a atingir um grau de integração excepcionalmente elevado. A indústria brasileira havia completado, ao final da década, a segunda fase do processo de industrialização, tornando-se capaz de produzir bens de capital (máquinas e equipamentos necessários para construir bens ou produtos). Ver

e bens de produção. No entanto, a industrialização se fez a partir da instalação de grandes conglomerados internacionais, que são comandados desde fora. Isso trouxe uma grande dependência do Brasil as decisões do comando central das empresas matrizes (MARICATO, 2001).

Entre 1940 e 1980, o PIB brasileiro cresceu a índices superiores a 7% ano, um dos maiores do mundo na época. No entanto, ainda que o crescimento tenha gerado uma melhora significativa nos níveis de vida da população, principalmente para a que resolveu migrar para as cidades, a riqueza permaneceu ainda bastante concentrada. A maioria dos recursos econômicos do país era drenada para a região sudeste, principalmente para São Paulo. Em 1954 São Paulo concentrava 35% dos investimentos do Brasil, enquanto que em 1958 a proporção subiu para 62,2% (SANTOS, 2008).

Santos (1996) classifica a urbanização brasileira em três escalas: a urbanização aglomerada, com a multiplicação de cidades com mais de 20 mil habitantes, urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho médio de 100 mil habitantes e um estágio mais avançado de metropolização, com o aumento substancial de cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

No Brasil, após os anos 60 houve um crescente processo de metropolização nas capitais brasileiras. Até 1960, apenas Rio de Janeiro e São Paulo eram metrópoles com mais de 1 milhão de habitantes, em 1970 passaram a cinco, em 1980 dez e em 1991 doze. Até o final dos anos 90, existiam nove regiões metropolitanas no Brasil e esse número foi progressivamente aumentando.

Aa população brasileira na década de 60 era bastante reduzida em relação aos dias atuais (Tabela 4). O Brasil era um país eminentemente rural, com 55% da população vivendo no campo, enquanto a população urbana representava aproximadamente 45%. Palhoça tinha de 85% da população vivendo na zona rural e apenas 15% na zona urbana. Há de se destacar que já em 1960 Florianópolis tinha quase 80% da população vivendo em área urbana.

Tabela 4 - População urbana e rural em 1960

Brasil, Estado, microrregião e municípios	População total	População urbana	População rural	Pop. urbana em %	Pop. rural em %
Brasil	70.191.370	31.533.681	38.657.689	44,9	55,1
Estado	2.129.252	688.358	1.440.894	32,3	67,7
Região	196.109	91.665	87.523	46,7	44,6
Florianópolis	97.827	77.585	20.242	79,3	20,7
Palhoça	27.789	4.175	23.614	15,0	85,0
São José	31.192	4.347	26.845	13,9	86,1
Biguaçu	22.380	5.558	16.822	24,8	75,2

Fonte: Censo Demográfico 1960

O processo de urbanização ocorrido em escala nacional também se efetivou no entorno da capital catarinense. Em Florianópolis, além de uma diminuição da população rural, observou-se uma distribuição espacial concentrada que motivou a criação da região da Grande Florianópolis mais adiante, bem como consolidação dos aglomerados urbanos em Joinville, Blumenau e Itajaí (MIOTTO, 2010).

O crescimento urbano da área central de Florianópolis, até 1960, era limitado pelo maciço central, uma barreira física que só permitia passagem pelas áreas costeiras. Foi só a partir da melhoria dos transportes e da infraestrutura que se tornou possível o crescimento e a valorização fundiária nos bairros atrás do maciço. Da mesma forma, a melhoria da infraestrutura permitiu o avanço da mancha urbana da capital em direção a costa para o norte da Ilha e para o continente em direção a São José, Biguaçu e Palhoça (PIMENTA, 2005).

Esse processo é o que Lago (1968) chama “continentalização da Ilha” quando Florianópolis, durante a década de 60, inicia a expansão do sítio urbano em direção às cidades do continente, motivando, inclusive, aspirações políticas de definições dos limites da “Grande Florianópolis” (LAGO, 1968).

Esse processo de expansão de Florianópolis em direção aos outros municípios da região pode ser considerado um processo de conurbação. A conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta e passa a desenvolver com eles uma intensa vinculação socioeconômica, pertençam eles ou não ao mesmo município (VILLAÇA, 2001).

O processo de conurbação da capital catarinense com o entorno ocorreu de forma tardia, somente nos anos 70, devido às dimensões reduzidas da cidade. No Sudeste, já nos anos 20, a cidade de São Paulo havia se conurbado com São Caetano do Sul e na mesma década a cidade do Rio de Janeiro passou a absorver Niterói (REIS, 2012).

Para Lago (1988), o crescimento de Florianópolis a partir da década de 60 vem de iniciativa do governo estadual por meio da ampliação e diversificação dos serviços públicos, que passam a inserir grandes transformações no caráter urbano da cidade. Esse impulso passa pela construção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e prosseguiram pelas décadas seguintes, na forma de entidades públicas, a exemplo da Eletrosul, do Projeto Radam Brasil, bem como outras de nível estadual.

De acordo com Peluso (1991) a UFSC, fundada em 18 de dezembro de 1960, passou a funcionar no bairro da Trindade, que se localiza atrás do maciço central, na área de uma antiga fazenda do Estado. A construção da UFSC atraiu um grande número de estudantes que passaram a morar em Florianópolis, isso estimulou o mercado imobiliário e aumentou a qualificação da mão de obra, o que acabou contribuindo para o desenvolvimento da região.

A BR-101 exerceu grande influência na urbanização e desenvolvimento econômico de Florianópolis. A partir da melhora dos acessos, houve uma melhor integração da capital com os municípios do interior. Além disso, nas margens da rodovia passaram a funcionar depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, atraindo um grande número de trabalhadores e fazendo crescer a população.

O crescimento de Florianópolis em direção ao continente e sua transformação em região metropolitana já eram tema de debates no final da década de 60, antes mesmo do processo de metropolização se concretizar. Em 1967, a prefeitura de Florianópolis apresenta o “Estudo preliminar de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis” e deste levantamento elabora o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), onde a prefeitura planejava englobar mais de 20 cidades do entorno em uma grande região metropolitana (MATTOS, 2009).

Ainda de acordo com Mattos (2009), o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF) apresentava como uma das suas principais prioridades:

A transformação de Florianópolis em um grande centro urbano, capaz de equilibrar a atração de São Paulo, de Curitiba e de Porto Alegre, polarizando progressivamente o espaço catarinense e catalisando a integração e o desenvolvimento harmônico do estado, tratando este como uma Unidade Autônoma da Federação Brasileira (MATTOS, 2009, p. 54).

O plano previa que o desenvolvimento da capital seria importante para equilibrar a atração de outros polos regionais e serviria para integrar o território catarinense, que historicamente se apresentou fragmentado em regiões com pouca integração. O plano serviu de

base para as políticas públicas de transformação da área central da capital em um grande ponto de integração de pessoas. Ele previa construção da Via Expressa, que liga a capital aos municípios próximos, a construção de uma nova ponte de ligação Ilha-Continente e o aterro da Baía Sul, onde seriam construídos edifícios públicos e os terminais rodoviários de abrangência estadual e municipal.

De acordo com Salles (2000), a consolidação da capital como um ponto de integração regional precisava se ater a alguns pontos: a ligação do litoral com a região Oeste; implantação de um sistema de telecomunicações e um plano de desenvolvimento integrado; criação de infraestrutura para as atividades turísticas; criação de uma nova imagem desta região metropolitana marcada pela inovação e dinamismo.

Durante a década de 70 o estado de SC foi dividido em diversas microrregiões. Em 1971, através do Decreto nº 844, “objetivando aumentar o rendimento das atividades governamentais através da racionalização das relações entre os órgãos dos diferentes setores da administração pública num nível territorial inferior ao estado”, foram estabelecidas 13 unidades microrregionais no estado, alcançando 22 unidades em 1986. Sendo a sede microrregional localizada na cidade de maior contingente populacional da região (ZEFERINO, 2000).

Segundo Marcon (2009), foram instituídas as seguintes unidades regionais: a Região da Grande Florianópolis, da Foz do Rio Itajaí, do Médio vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, Nordeste de Santa Catarina, do Planalto Norte, Alto do Rio do Peixe, do Meio Oeste Catarinense, do Oeste de Santa Catarina, do Extremo Oeste de Santa Catarina, Serrana, Laguna e Sul de Santa Catarina.

Santos (1996) discorre sobre o conceito de regiões metropolitanas. De acordo com ele regiões metropolitanas são criadas por lei e devem atender a dois elementos básicos: primeiro, devem ser formadas por um município que lhes dá nome e que representa um polo de influência sobre uma área maior composta por outros municípios, segundo, devem ser objeto de programas especiais que demandam de recursos federais. Assim, as regiões metropolitanas são, em síntese, regiões de planejamento onde se devem buscar soluções integradas para os problemas urbanos por meio da associação entre os municípios membros.

Apesar do grande debate gerado na década de 70, a aprovação da Região Metropolitana de Florianópolis veio somente em 1998. Desde esse período, o tema tem gerado muitas dúvidas sobre quais seriam os municípios que compõe a Grande Florianópolis, a Microrregião da Grande Florianópolis, o Aglomerado urbano e a região conurbada. Sobre esse tema Pereira, F. (1999, p.47) define:

- a) Grande Florianópolis (GranFpolis) ou Região Metropolitana ou Mesorregião os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas;
- b) Microrregião da Grande Florianópolis, segundo IBGE, os municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz e São José;
- c) Aglomerado Urbano os municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos;
- d) Área Conurbada os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça.

Dessa forma podemos concluir que o conceito de Região Metropolitana se tornou bastante amplo, abarcando um número elevado de municípios que, em grande medida, tem características rurais e que não apresentam interações espaciais relevantes com a capital. Dessa forma, a presente pesquisa buscou se focar na área conurbada de Florianópolis, região onde o processo de metropolização já foi concluído e onde os municípios apresentam interdependência.

A metropolização que vinha se efetivando durante os anos 60 resultou em uma forte pressão demográfica que acabou alavancando a construção civil. Nesse momento a cidade de Florianópolis observa uma modificação dos padrões habitacionais com o surgimento de edifícios de grande porte, substituindo o antigo modelo arquitetônico de origem açoriana. Da mesma forma a propaganda imobiliária começa a ganhar espaço nos meios de comunicação e pela TV, que inicia seu funcionamento na capital em 1963, influenciando as preferências dos habitantes por apartamentos ou blocos residenciais, principalmente na região central da cidade (PEREIRA, N. 1991).

Como diz Pimenta (2005) o rápido crescimento demográfico provocou um rápido parcelamento dos terrenos de posse e a ocupação de antigos terrenos agrícolas, que partiu do litoral para o interior, ocasionando o desmantelamento das comunidades tradicionais e a mudanças paisagísticas e arquitetônicas.

Nesse contexto, houve o desmantelamento de todo um modo de vida baseado na pesca artesanal, agricultura, produção de artefatos diversos (renda de bilro), produção de farinha de mandioca e cana-de-açúcar. A partir de então o setor primário passou a ser um dos que menos absorvem mão de obra em Florianópolis. Para se ter uma ideia, entre 1975 e 1980, o número de pessoas ocupadas nesse setor teve uma queda de 62,21% (CECCA,1997).

Com o crescimento das cidades foi se perdendo aos poucos as características habitacionais originais, dando espaço a construções modernas e verticalizadas. O bairro da

Enseada de Brito (Figura 7) é o único de Palhoça que ainda conserva um conjunto arquitetônico relevante de casarios no estilo colonial português. A figura abaixo mostra a praça Inácio Paulo Dalri, que abriga a Igreja Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo Patrimônio Histórico.

Figura 7 - Arquitetura colonial na Enseada de Brito



Fonte: IBGE

Até 1960, o setor primário assentado na combinação entre a pesca artesanal e agricultura ainda predominava. No entanto, essa característica rural foi desaparecendo aos poucos, dando lugar ao parcelamento do solo que visava a criação de pequenos lotes urbanos. Esse processo foi favorecido, em grande medida, pela chegada de novos moradores formados por funcionários das estatais recém instaladas, que invadiram a região com seus loteamentos, além dos turistas que acabaram se tornando residentes fixos (CECCA, 1997).

Ainda de acordo com os autores, com o processo de desenraizamento, os descendentes passaram a ser absorvidos pelo mercado de trabalho de forma diferenciada. Por um lado, houve aqueles empreendedores que passaram a explorar o turismo a partir de pequenos negócios como restaurantes, hotéis, bares, farmácias e pequenas lojas. Por outro lado, a grande maioria da população passou à classe de assalariado em serviços considerados inferiores como empregadas domésticas, garçons, funcionários da construção civil e atendentes do comércio em geral.

Além desses trabalhos de baixa qualificação, outros passaram a ser funcionários públicos, porém em cargos com de menor remuneração ou de médio nível salarial. De modo geral, os ilhéus passaram a disputar o mercado em desvantagens com os profissionais de nível médio e superior que emigraram para a capital.

Esse processo de desenraizamento foi necessário para facilitar a acumulação do capital, segundo Marx (2017, p. 244):

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e solto e carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Dessa forma, o pequeno produtor desenraizado de sua terra, de onde provém o seu sustento e sem possuir os meios de produção necessários à sua sobrevivência, acabou tendo como única alternativa vender a sua força de trabalho ao capitalista. Isso fez com que o pequeno produtor açoriano, que vivia principalmente da pesca, agricultura (mandioca, cana, milho), pequena manufatura (moinhos e alambiques) tivesse de procurar vender sua força de trabalho no setor do turismo, comércio, etc., trabalhos que pagam salários baixos e teve de recorrer ao mercado para obter os produtos que antes produzia por si próprio. Esse processo não ocorre de forma aleatória, mas sim fruto de um processo histórico orquestrado, onde as estruturas arcaicas tem de dar lugar a novas estruturas que facilitem o processo de acumulação do capital.

De acordo com Santos (1996) o grande número de transformações que ocorreram nas cidades brasileiras deu-se em consonância com o que o autor chama de meio técnico-científico, no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com um conteúdo da ciência, das técnicas e da informação. Isso também remete a transformação do meio de apropriação do homem sobre o meio ambiente, passando de uma relação onde o homem retira da natureza apenas o que é necessário à sua preservação (valor de uso), para um modo de vida onde, motivado por valor de troca, promove mudanças drásticas no território à partir do uso da técnica e da ciência.

Sobre a substituição de um valor de uso, voltado ao consumo, por um valor de troca, voltado ao mercado, Marx (2017, p. 226) discorre:

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo. O consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor uso -, é assim, seu fim último. O ciclo D-M-D, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca.

De acordo com Marx, no ciclo M-D-M, o produtor vende a sua mercadoria, seja ela qual for, e em troca recebe dinheiro, que serve para comprar outras mercadorias as quais ele não pode dispor, no caso do açoriano ele vendia farinha, milho, peixe, etc., com o intuito de comprar outros produtos e satisfazer suas necessidades. Por outro lado, com o advento da modernidade, ocorreu a substituição de um modelo M-D-M por um modelo D-M-D, onde o produtor investe dinheiro para comprar um produto com o intuito de vendê-lo mais caro. Nesse

caso o objetivo principal é fazer com que o dinheiro gere mais dinheiro, D-D, ou seja, um valor de troca.

De acordo com Pereira, F. (1999) em meados dos anos 70 já era comum a presença de turistas nos balneários catarinenses, principalmente do Rio Grande do Sul. Criou-se uma frente de ocupação turística vinda do sul composta por gaúchos, argentinos e uruguaios, que começam a procurar maciçamente os balneários catarinenses e outros polos turísticos. A BR-101 virou uma passarela de desfile de placas estrangeiras, dando ao setor turístico um grande impulso.

Ferreira (2005) destaca alguns aspectos do turismo no sul do Brasil. De acordo com ele:

- A ocupação turística do litoral se deu de forma intensiva com o fenômeno da segunda residência e por investimentos privados ligados à ocupação turística, mercado imobiliário e construção civil;
- Abandono frequente das atividades tradicionais (pesca artesanal), em troca do mercado ligado ao turismo, comércio e serviço público;
- Ampliação da expectativa de renda e do consumo dos recursos naturais a partir da criação de empreendimentos turísticos de médio e grande porte;
- Valorização fundiária provocado pelo aumento da especulação imobiliária, através da inserção de investimentos de grupos turísticos regionais e internacionais.

Os aspectos citados acima trouxeram diversas consequências para região litorânea de Santa Catarina e para a região conurbada de Florianópolis. Um dos exemplos mais marcantes foi a criação do projeto Jurerê Internacional, implantado na década de 80, que transformou uma comunidade tradicional ligada à pesca em um loteamento de alto padrão internacional, voltado a classe alta, fato este que gerou diversos problemas socioambientais como o desmantelamento da comunidade pesqueira e danos ambientais ao bioma da restinga.

A partir da ascensão das atividades ligadas ao turismo ocorreu uma revalorização da região litorânea, marcada anteriormente pela pesca artesanal, no sentido de sua integração ao centro do capital especulativo. A consequente predominância do valor de troca sobre o valor de uso trouxe um acentuado boom imobiliário. Isso foi acompanhado de uma crescente verticalização da orla marítima, uma realidade cada vez mais comum nas cidades do litoral catarinense.

Segundo Nazareno Campos, N. (2009) a partir dos anos 70, com a atividade econômica voltada ao turismo, começa um processo especulação imobiliária e apropriação das áreas de uso comum e terras devolutas. Isso ocorre em um momento em que os pequenos produtores e

pescadores do litoral catarinense passaram a ser vistos como remanescentes do passado, de um modo de produção arcaico com vias de apropriação pelo novo modo de desenvolvimento capitalista e de uma nova racionalidade urbano-industrial.

Ainda de acordo com o autor, a partir dessa época o jeito simples de ser das populações açorianas começou a popularizar termos pejorativos como “mané”, significado de matuto ou atrasado. Porém, a partir dos anos 80, acontece um movimento de resgate e revalorização da cultura açoriana em parte por razões meramente acadêmicas, em parte com o intuito de mercantilização da cultura. Ocorre uma revalorização do papel do açoriano e sua apropriação aos interesses das secretarias de turismo e aos interesses do empresariado que pretendia expandir as atividades turísticas e o setor imobiliário.

De acordo com Sugai (2015) durante as décadas de 70 e 80 os maciços investimentos executados pelo Estado foram submetidos aos interesses das classes dominantes e geraram intensos reflexos socioespaciais. Pode-se dizer que as ações do Estado, com destaque para as obras viárias, foram significativas para o processo de conurbação e segregação espacial, além de abrirem diversas frentes para o capital imobiliário.

De acordo com a autora grande parte da população que habitava a área continental da conurbada era formada por imigrantes de origem pobre, atraídos pelo preço mais baixo da terra, derivado de uma distribuição desigual de investimentos que dava prioridade a parte insular de Florianópolis. Formou-se nesse contexto um cenário de concentração populacional nas áreas periféricas da região continental, que foram sendo habitadas por famílias de baixa renda, tendo como característica marcante uma intensa segregação espacial.

Foi durante a década de 70 em que ocorreu a consolidação da parte continental do aglomerado urbano de Florianópolis como área de expansão periférica da cidade, onde passaram a se localizar as moradias da população de média e baixa renda. Cerca de 20 dos 22 conjuntos habitacionais se localizavam na área urbana continental. Grande parte dos investimentos em habitação se destinavam aos municípios de São José, com 56% do total, Florianópolis com 30%, Palhoça com 13%, e Biguaçu com 1% (FACCIO, 1997).

De acordo com Silva, João (2019) o primeiro conjunto habitacional de Palhoça foi instalado no bairro da Ponte do Imaruim, onde em 1966, onde se inaugurou a Concasa. Anos mais tarde, em 1970, é criado o conjunto habitacional da Cohab no centro da cidade, na rua Coronel Bernardino Machado. Na sequência, em 1974, outro loteamento dessa vez na região sul de Palhoça, com o projeto Complexo Turístico Cambirela Praia do Pontal.

Isso mostra que o crescimento da região conurbada e o déficit habitacional já se fazia sentir nos bairros mais centrais de Palhoça, fato que só se acentuou nas décadas seguintes, com o surgimento de grandes loteamentos na região periférica próxima à capital.

A abertura da BR-101 associada ao crescimento urbano e das atividades turísticas fez com que os municípios da região conurbada atraíssem milhares de imigrantes de diversas partes (Tabela 5). De início recebeu os que moravam nos municípios rurais do entorno, posteriormente os do interior de Santa Catarina e os de outros estados.

Tabela 5 - População não natural na área conurbada

Município	1960			1970			1980		
	Total	ñ naturais	%	Total	ñ naturais	%	Total	ñ naturais	%
Fpólis	97.827	16.786	17,2	138.337	30.894	22,3	187.871	67.147	35,74
Palhoça	27.789	1.049	3,8	20.652	2.557	12,4	38.031	15.822	41,6
São José	31.192	4.801	15,4	42.535	13.875	32,6	87.817	49.155	55,97
Biguaçu	22.380	503	2,3	15.337	1.333	8,7	21.434	5.807	27,09

Fonte: Adaptado de Faccio (1997)

Nos anos 60 o percentual de pessoas não naturais ficou mais elevado nos municípios de Florianópolis e São José, respectivamente com 17,2% e 15,4%. Nos anos 70 o município de São José torna-se protagonista no número imigrantes, com 32,6%, seguido por Florianópolis com 22,3%. Somente na década de 80 Palhoça começa a receber um contingente relevante de pessoas, da ordem de 41,6%, passando a ser o segundo município que mais atraía migrantes região, atrás de São José, que passa à 55,97%.

Isso ocorreu porque o processo de conurbação da área urbana da capital atingiu num primeiro momento a cidade de São José. Depois, esse espraiamento foi passando para Biguaçu, ao norte, e em direção sul para Palhoça, nos bairros central e na Ponte do Maruim, que se integraram junto com a capital (SIMAS, 2016).

O crescimento no número de imigrantes em Palhoça foi devido a existência de terras baratas no município de Palhoça. Isso facilitou a abertura de centenas de loteamentos de baixo custo, fazendo inchar o espaço urbano de Palhoça e produziu alterações profundas na estrutura socioeconômica palhocense (FARIAS, V. 2004).

De acordo com Reis (2012) a ocupação da região conurbada é bastante diferente entre a região continental e a região insular. Na Ilha ficam as principais instituições públicas e privadas, o comércio, os balneários e os lugares habitados pelas classes de maior poder aquisitivo. Já a parte continental, apesar do grande crescimento recente, continua a ser lugar de

moradia das classes de menor renda, bem como a localização das atividades urbanas pesadas, como centros industriais e os comércios de grande porte.

O crescimento das áreas residenciais de classe alta direcionava-se para a parte insular de Florianópolis, principalmente no sentido norte-nordeste-leste da área central. Na área continental as camadas de alta renda passaram a se concentrar nos bairros de Itaguaçu e coqueiros. Já as camadas de baixa renda passaram a ocupar os bairros de Monte Cristo, Coloninha e parte de Capoeiras. A ocupação da população mais pobre se desenvolvia nos eixos que se direcionaram para os municípios de São José, ao longo da BR-101, nos bairros de Barreiros e Serraria, em direção a Biguaçu, para a ponte do Imaruim em Palhoça e para o interior de São José, Forquilha.

Esse crescimento passou a se expandir também em direção oeste na rodovia BR-282 e nas SC-407 e 408, em direção às cidades de Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, hoje núcleos urbanos que tem laços estreitos com a capital, por meio do fornecimento de hortifrutis (REIS, 2012).

Neste tópico pudemos acompanhar o impacto do processo de urbanização e inserção de Palhoça na região conurbada de Florianópolis. Ambos marcaram profundamente a estrutura da cidade, que passou a receber imigrantes de várias partes do estado e do país, principalmente de famílias de média e baixa renda, atraídos pelo baixo valor da terra.

Nos anos 80, próxima década de análise, esse cenário se intensifica. A ocupação das áreas periféricas se acentua em meio à crise econômica. O crescimento se estende à indústria, em decorrência da aprovação do segundo Plano Diretor de Florianópolis, em 1976, que promove a transferência das indústrias pesadas para a região continental, às margens da BR-101, em São José e Palhoça, o que traz grande impulso para a cidade.

4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENTRE 1980-2000

4.1 CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS SOBRE PALHOÇA

De acordo com Mamigonian (2011) até 1980 o estado de Santa Catarina já era proporcionalmente mais industrializado que os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, os grupos empresariais eram um pouco menores, mas se espalhavam por todo o território. Exemplo da Hering, Artex, Tupy, Tigre, WEG, nas áreas de colonização alemã, Sadia e perdigão no Oeste e Guglielmi, Freitas e Gaidzinski no sul do estado, além de grandes empresas estatais como a Eletrosul, Celesc, BESC, etc.

Essa base industrial instalada passou a sofrer com a “década perdida”, quando a partir de 1980, o Brasil entra num momento de crise por causa da coincidência da fase b do ciclo breve, em nível nacional, com a fase b do ciclo longo em nível mundial. Esse panorama deu início a uma crise econômica que resultaria no desmantelamento do regime militar, que até o momento usava os anos do “milagre” como blindagem às críticas (RANGEL, 2005).

Após a crise do petróleo em 1973, o mundo entra num período de recessão, porém ela só afeta o Brasil após os anos 80, quando o período recessivo do 4º Kondratieff ganha eco com o período recessivo do nosso ciclo breve (Juglar). Assim, a crise ocorreu devido a uma confluência de dois fatores, uma crise internacional e uma crise interna aprofundando a recessão econômica (CORRÊA, 2010).

Segundo Goularti (2005, p. 628):

Após um longo período de crescimento econômico e de um projeto de industrialização apoiado e protegido pelo Estado, fundamental para a formação de um mercado interno integrado, a economia brasileira começou os anos 80 apresentando taxas negativas de crescimento. O esgotamento do padrão de financiamento — baseado em recursos externos e na expansão do crédito — e o aumento da fragilidade fiscal e financeira do Estado — proveniente do endividamento externo e seu desdobramento interno — engessaram o aparelho estatal, impedindo-o de formular uma política industrial com bases nacionais.

A partir desse momento Santa Catarina interrompe uma longa trajetória de crescimento que vinha acumulando nas últimas décadas. Esse momento crítico da economia afetou diretamente os bancos estaduais, que contraíram dívidas junto à União e com bancos internacionais, prejudicando a concessão de linhas de crédito às empresas. Além disto, a diminuição das receitas do governo reduziu o alcance dos planos estaduais de desenvolvimento econômico.

Segundo Ignácio Rangel (1983) a superação da crise viria a partir da concessão dos serviços públicos para a iniciativa privada. Desse modo, a empresa concessionária teria mais

condições de investir a alavancar o desenvolvimento do país. Rangel acreditava que os serviços concedidos à iniciativa privada deveriam ser os que estivessem “estrangulados”, ou seja, carentes de investimentos públicos, com destaque para os setores estratégicos de infraestrutura como portos, aeroportos, ferrovias, metrô, dentre outros.

De acordo com Rocha (2011), a partir de 1979 o quadro recessivo da economia brasileira afetou a produção industrial e aumentou o desemprego. Por outro lado, houve uma mudança no tipo das exportações brasileiras, prevalecendo a venda de produtos industrializados sobre a venda de minérios e agrícolas. Nesse sentido, para se ter uma ideia, em 1980, de um total de 21 bilhões exportados pelo Brasil, 56% vieram de produtos industrializados; em 1989 essa participação subiu para 71% de um total de 34,4 bilhões.

Ainda de acordo com a mesma autora, durante a “década perdida” a indústria da transformação de Santa Catarina ainda se expandiu. No entanto, os índices de crescimento das exportações, ao longo dos anos 80, foram extremamente inferiores àqueles registrados na década de 70.

No governo de Jorge Bornhausen, entre 1979-1982, as diretrizes básicas tinham como prioridade a agricultura, a indústria e o comércio, dando destaque para o fornecimento de incentivos às agroindústrias e aos empréstimos de apoio e estímulo às indústrias básicas, comunicações, energia, recursos naturais e transporte (FACCIO, 1997).

No governo de Bornhausen foi elaborado o Plano de Ação (PA). Durante o Plano de Ação foram inauguradas 101 agências do BESC, atingindo todos os municípios catarinenses. Além disso foi criado o Programa de Apoio à Capitalização das Empresas (Procape), que junto com o BESC foram os principais canais de fomento às indústrias catarinenses. No setor energético, a expansão se concentrou mais na eletrificação rural, com o aumento de 96% no consumo de energia. No setor de transporte, o Plano de Ação apresentou resultados positivos, com 1024 km de rodovias pavimentadas, 5,6 km de pontes e viadutos e 591 km de terraplanagem complementar (GOULARTI, 2005).

No governo de Esperidião Amin, 1983-1987, as ações de governo estavam baseadas na Carta aos Catarinenses, que tinha claro viés liberal. Esta carta não focava em gastos públicos e estava dividida em três setores: administrativo, social e econômico e de infraestrutura. No setor de transportes foi feito o fechamento de grandes linhas da malha viária do estado, nas BRs 163, 158, 477, 280, 283, 285 e 282. Na área de energia foram instalados 321 km de transmissão, construídas quatro novas subestações, ampliadas 41 e instalados 7095 km de redes de eletrificação rural.

Com a eleição de Pedro Ivo Campos para o período 1987-1991, o governo empreendeu uma política de contenção de gastos. Seu mandato transcorreu num momento de profunda crise nacional, onde os repasses do governo federal no estado foram reduzidos. Pedro Ivo conseguiu retomar a construção da segunda ligação Ilha-Continente, obra que veio a receber seu nome (LINS, 2000).

Durante a década de 80, a construção civil entrou num processo de desativação na Grande Florianópolis, principalmente no que se refere à construção de edifícios. Isso ocorreu devido à maior dificuldade de acesso ao financiamento e à diminuição do poder de compra da população (CAMPOS, E. 2009).

A crise se aprofundou com a diminuição dos aportes do governo para os bancos públicos de financiamento de habitações populares. Devido a diminuição dos investimentos públicos, o Banco Nacional de Habitação (BNH) teve uma queda abrupta na concessão de financiamentos no ano de 1983, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Número de financiamentos habitacionais no Brasil

Ano	SBPE^A	BNH^B	TOTAL (SFH)^C
1976	109.410	164.353	273.763
1977	58.001	209.709	267.713
1978	58.129	255.606	313.735
1979	109.774	273.090	382.864
1980	260.759	367.169	627.918
1981	267.863	194.071	461.924
1982	258.745	282.384	541.129
1983	35.407	41.840	77.247

Fonte: Adaptado de Campos, E. (2009) - A) Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; B) Banco Nacional de Habitação; C) Sistema Financeiro de Habitação

Como mostra a tabela, apesar do aprofundamento da crise nos anos 80, no começo da década o número de financiamentos ainda continuava a aumentar. No entanto, em 1983, houve uma grave retração no setor. Esse processo veio a desembocar na extinção do BNH, em 1986.

De acordo com Rolnik (2019) vários motivos foram determinantes para a falência do BNH, dentre eles: a crise de liquidez frente ao processo inflacionário, a recessão provocada pelo aumento da inadimplência e a crise provocada pelo regime ditatorial há pouco extinto. Esses fatores atuando em conjunto provocaram o fim do banco e deixaram o país durante muito tempo carente em financiamento estatal para moradias populares.

De acordo com Boulos (2012) após a falência do BNH, o Brasil ficou mais de 20 anos sem qualquer política habitacional importante. Isso só veio a mudar com a chegada do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do programa Minha Casa Minha Vida,

lançado em fevereiro de 2009, que tinha a intenção de resolver vários problemas da habitação brasileira.

De acordo com o mesmo autor, o BNH não financiou casas com foco nos mais pobres, pois do total de cerca de 5 milhões de casas financiadas pelo BNH, apenas 25% foram destinadas a famílias com renda abaixo de 5 salários mínimos. Dessa forma o banco acabou privilegiando a classe média e não os trabalhadores mais pobres que representavam 90% do déficit habitacional, isso porque o banco tinha interesse de auferir lucro, não garantir o direito à moradia.

Nos anos 80, com a falência do BNH, houve uma deterioração da questão habitacional brasileira. Desde então, praticamente toda a demanda por novos assentamentos produzida pelo crescimento demográfico nas cidades teve de desembocar na extrema precariedade, envolvendo tanto a localização dos sítios quanto à característica das edificações construídas (PIMENTA et al, 2005).

É nesse contexto de crise econômica e baixo investimento em habitação popular que se configura um cenário bastante comum em muitas cidades brasileiras: a criação de uma ocupação desordenada, construída à margem do poder público. Cria-se cidades com características dicotômicas, de um lado a cidade oficial e de outro lado a cidade real.

A primeira é constituída através de loteamentos legais, aprovados pelos planos de ocupação do solo. A segunda é criada de maneira ilegal por pessoas que não tem outra escolha senão ocupar os espaços como áreas de risco, de alta declividade, sujeitas a processos erosivos, encostas dos morros, faixas de domínio das rodovias, terrenos alagadiços, etc (PIMENTA, 2005).

As ocupações irregulares começam a crescer na capital no Maciço Central, nos morros adjacentes ao centro histórico de Florianópolis, e começam a se alastrar para outros morros próximos do centro, alguns em direção ao norte da ilha no Itacorubi, Monte Verde e Saco Grande. Em direção ao sul segue para a costeira do Pirajubaé e na Tapera, além de outras espalhadas pela Ilha como Vila União, na Vargem Grande, no Rio Vermelho (OLIVEIRA, 2011).

Na região continental, esse processo também se intensifica com diversas comunidades surgindo em Palhoça, São José e Biguaçu. As comunidades começam a crescer no continente devido à dificuldade de aquisição de residências na Ilha, tendo em vista o alto preço dos imóveis. Começam a surgir comunidades ao longo da BR-101 como Brejarú e Frei Damião.

De acordo com Rolnik (2019) a presença de um grande contingente de pessoas em condições de vulnerabilidade social, submetidas à subempregos, responderia a duas necessidades do processo de acumulação capitalista: baixar os custos de reprodução da força de trabalho e garantir um “exército industrial de reserva” permanente. Dessa forma, a existência de um contingente de pessoas pobres e destituídas de meios de produção nas cidades brasileiras permitiria a manutenção de baixos níveis salariais. Essa seria uma das condições essenciais para a vantagem competitiva das empresas que operam na periferia do sistema, já que não contam com a mesma economia de escala, nem as mesmas tecnologias presentes nos países centrais.

Durante a década de 80, o Brasil e Santa Catarina passaram por um período de retração da indústria. Por outro lado, em nível local, houve uma grande expansão no setor de comércio e serviços (Tabela 7), impulsionado em grande medida pelo setor de turismo.

Tabela 7 - Pessoal ocupado no comércio e crescimento em porcentagem

ANO	1960	1970	1980	1986	1995	Var %
Biguaçu	172	181	426	580	899	422,7%
Florianópolis	2521	4894	8839	11949	17520	595,0%
Palhoça	251	268	420	619	979	290,0%
São José	259	536	2289	4643	7580	2826,6%

Fonte: Adaptado de Souza (2011)

A capital passou a se configurar como uma cidade de serviços, enquanto a sua vocação industrial e portuária foi perdendo destaque. Isso ocorreu nos anos 70, quando a maioria das indústrias se transferiram para a área continental. As indústrias foram se estabelecendo nas margens da BR-101, no município de São José, depois para Palhoça ao sul e para Biguaçu ao norte (PELUSO, 1991).

A partir de 1976, em decorrência do segundo Plano Diretor da capital, que previa a promoção do turismo e a exclusão de atividades industriais pesadas na Ilha, as indústrias foram se deslocando para o continente nas margens da BR-101. Além disso, no final dos anos 70, foi criado o Distrito industrial de São José, que passou a ocupar uma área de 1.108.000 metros quadrados, trazendo muitas indústrias para o município (PEREIRA, F. 1999).

De acordo com Reis (2012) entre as décadas de 80 e 90 o setor turístico se consolida e passa a apresentar um crescimento exponencial. Um grande contingente de turistas do sul e sudeste do Brasil, além de estrangeiros da região do Prata, argentinos e uruguaios, inundaram as praias de Santa Catarina. Esse fluxo, porém, é marcado pela sazonalidade e se concentra sobretudo nos meses de verão, não dinamizando a economia de modo permanente.

Ouriques (1996) faz uma crítica a panaceia que se criou ao redor das supostas benesses do setor do turismo. Segundo ele, o turismo é um dos setores onde há mais informalidade e precarização das condições de trabalho, com apenas 30% da mão de obra trabalhando com carteira assinada. Somam-se a isso também a baixa remuneração, com salários que beiram o mínimo e o fator da sazonalidade, que não permite ao trabalhador ter estabilidade no emprego, tendo que mudar constantemente de empresa ou voltar para a região de origem no caso dos vendedores ambulantes.

O grande número de imigrantes que veio para a região da Grande Florianópolis acabou funcionando como um exército industrial de reserva, que serviu para facilitar o processo de acumulação do capital. De acordo com Max (2017, p. 707):

Mas se a população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa população se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

Dessa forma, a chegada de um grande contingente de imigrantes contribuiu para a formação de um exército industrial de reserva com o qual o empresariado local pode explorar e foi um dos motivos que alavancou o processo de acumulação capitalista na região. Essa população migrante e de baixa renda passou a ser absorvida nas fábricas localizadas nos distritos Industriais de Palhoça e São José, além de ser utilizada como mão de obra barata no setor do comércio e do turismo.

Portanto, o crescimento exponencial de novos empregos no setor de turismo apresentou grandes problemas socioespaciais. O crescimento quantitativo de empregos não foi acompanhado de boas condições de trabalho pois esteve atrelado a oferta de subemprego, que passou a absorver a mão de obra da população mais carente e com baixa escolaridade.

De acordo com dados do IBGE, entre as décadas de 70 e 90, houve um grande crescimento populacional nos municípios da região conurbada de Florianópolis alavancado pelo desenvolvimento da indústria e do turismo (tabela 8).

Tabela 8 - População da região conurbada entre 1970 e 1991

Municípios	População 1970	População 1980	População 1991
Biguaçu	15.337	21.434	34.027
Florianópolis	138.337	187.871	254.941
Palhoça	20.652	38.031	68.298
São José	42.535	87.817	139.318
Total	216.861	335.153	496.584

Fonte: Censos 1970, 1980 e 1991.

Esse crescimento se manifestou de forma mais acentuada nos municípios de Palhoça, que cresceu 230,71%, seguido pelo município de São José, 227,54%, Biguaçu, 121,86%, e por Florianópolis com 84,29% de crescimento. A partir dos dados é possível notar que o crescimento populacional foi mais acentuado na periferia da região conurbada, tendo Palhoça e São José como principais focos de crescimento.

Em São José, durante os anos 80, passa a haver o deslocamento da importância econômica do centro histórico para a região do Kobrasol, um loteamento privado construído a partir da junção de três empresas: Koerich, Brasilpinho e Cassol. O loteamento iniciou como um parque residencial e foi, aos poucos, ganhando importância comercial e se verticalizando. Hoje se configura como um dos bairros mais dinâmicos da região conurbada (PEREIRA, F. 1999).

Durante os anos 80 inicia um processo de renovação urbanística em Palhoça com a demolição, em 1984, da antiga igreja Matriz, construída na praça Sete de Setembro em 1884. A construção deu lugar a uma nova Igreja Matriz (Figura 8), mais moderna e ampla, finalizada em 1989.

Figura 8 - Igreja Matriz Bom Jesus de Nazaré



Fonte: Portal Palhoça (2019)

Em 1989, o prefeito de Palhoça Paulo Roberto Vidal, buscando atrair indústrias para o município, criou o distrito industrial de Palhoça, localizado às margens da BR-101. O distrito passou a ocupar uma área 353.142,00m², da qual 244.267,55m² foram destinadas à instalação de indústrias, o que deu grande impulso ao setor.

O município passou a abrigar unidades industriais de pequeno porte, voltadas a suprir as necessidades básicas da população urbana, os chamados insumos urbanos. Houve predomínio de fábricas do ramo de cerâmicas e olarias, além de fábricas nas áreas de confecções, serrarias, esquadrias de alumínio, artefatos de cimento, calçados e produtos odontológicos (LOPES, 1999).

Neste tópico pudemos acompanhar a crise econômica da década de 80 e seus reflexos sobre o Brasil, a região conurbada e o município de Palhoça. A crise que afetou duramente o Estado reduziu os aportes financeiros aos bancos públicos e resultou na extinção do BNH em 1986, um fator que contribuiu para que a construção civil entrasse em processo de desativação.

No entanto, a partir da aprovação do segundo Plano Diretor da capital, Florianópolis passa a se especializar no setor de comércio e serviços. Desse modo, as novas fábricas passam a ser transferidas para a região continental, primeiro para São José, depois para Palhoça.

Esse processo ganha ainda mais impulso com a instalação do distrito industrial de Palhoça, em 1989, e se aprofundou na década seguinte. Na década de 90 ocorre a recuperação da construção civil e dos investimentos de capital privado que fazem com que Palhoça ganhe um papel de destaque na região, abrindo caminho para o boom econômico dos anos 2000.

4.2 REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO PRODUTIVA PÓS 1990

De acordo com Mamigonian (2011) a indústria brasileira cresceu sob a égide do pacto nacionalista que saiu vitorioso da Revolução de 1930 e foi estimulada por um longo período de políticas nacionalistas que perduraram até os anos 90, quando entram em cena políticas de inspiração neoliberal. Após 1990, são colocadas em prática um conjunto de políticas de privatização e desregulamentação econômica que trouxeram efeitos nocivos para a indústria brasileira, que perduram até hoje.

Em novembro de 1989 reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte americano e organismos financeiros mundiais como FMI, BID e Banco Mundial para discutir assuntos ligados aos países sul americanos, no encontro que daria origem ao

Consenso de Washington. O objetivo do encontro era avaliar as reformas neoliberais realizadas nos países da região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru (BATISTA, 1995).

Segundo Bresser-Pereira (1991, p. 6), de acordo com a abordagem do Consenso de Washington as causas da crise latino-americana eram basicamente duas:

- a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em um número excessivo; b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de conter o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais do setor privado quanto do setor público.

Ficou acordado entre as partes que a receita para conter a crise estrutural que vinha ocorrendo no Brasil, nos anos 80, seria a adoção de políticas liberais de controle de gastos públicos, estabilização monetária e de um grande pacote de privatizações.

Após 1979, os Estados Unidos, vendo sua hegemonia ameaçada pela ascensão de outras potências, retomaram o controle imperialista por meio do Consenso de Washington. Os EUA passaram a exigir a sujeição a medidas liberais como pré-requisito para que os países latino-americanos pudessem contrair empréstimos junto aos bancos internacionais. A aplicação dessas medidas reduziu fortemente nossa soberania nacional e nos impôs a ressurreição da vertente liberal-conservadora na política, com a eleição de Collor e FHC (CANO, 2000).

Segundo Lins e Mattei (2010), a liberalização econômica no país tem impulso quando o governo Collor institui o Programa Nacional de Desestatização (PNDe), em 1990, e ganha fôlego sob o comando de Itamar Franco com as privatizações nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, mostrando que o país havia ingressado na senda trilhada havia tempo por outros Estados da América Latina.

Mesmo assim, a tônica de privatizações ainda passaria por um período de maior intensidade, a partir de 1995, quando assume FHC. Em seu primeiro mandato as privatizações tiveram um ritmo lento, mas viram a se tornar mais intensas no segundo a partir da extinção do monopólio do setor público na área de infraestrutura.

De acordo com Rocha (2011) na década de 90, a política neoliberal de Collor e dos governos subsequentes foram malélicas para o setor industrial pois o câmbio valorizado resultou na abertura indiscriminada para importações e um desestímulo para as exportações. Essa mudança na composição cambial brasileira trouxe um saldo negativo na balança comercial e uma perda de competitividade das indústrias catarinenses no mercado externo, que resultou em diversas falências, demissões e na venda de tradicionais empresas catarinenses.

De acordo com Corrêa (2010) em Santa Catarina ocorreram muitos casos de falências e demissões como nas empresas têxteis de Itajaí e Joinville e no setor calçadista no sul do

estado. Houve diversas vendas de tradicionais empresas como a fundição Tupy de Joinville, a Perdigão da família Brandalise de Videira, ambas para fundos de pensão, a Ceval do grupo Hering de Blumenau para o grupo Bunge, a Akros de Joinville para o grupo Amanco, dentre outras.

Ainda segundo o mesmo autor, diversas transformações econômicas e institucionais ocorreram no Brasil durante a década de 1990, dentre elas: a abertura comercial, o fim da reserva de mercado em diversos setores, a desregulamentação nas esferas da produção e do trabalho, o movimento de fusões e aquisições e o processo de privatização realizado pelos governos estaduais e federais. Essas mudanças macroeconômicas de caráter neoliberal contribuíram para o aumento do desemprego e o correspondente declínio dos índices de crescimento econômico.

De acordo com Mamigonian (2011) após a desastrosa abertura comercial as diferentes regiões catarinenses passaram por enormes pressões econômicas e tiveram de passar por duras reestruturações. Além disso, várias empresas catarinenses saíram do controle familiar: das 23 empresas de SC apenas 11 estavam sob comando dos catarinenses, 7 pertenciam a grupos estrangeiros, 3 a fundos de pensão e 2 a grupos nacionais.

A política neoliberal implantada pelo governo brasileiro foi nociva aos capitais nacionais pois abriu o mercado brasileiro e quebrou os monopólios estatais, com isso acabou atraindo capitais estrangeiros maiores e mais competitivos, o que resultou no enfraquecimento da burguesia nacional e num conseqüente processo de fusões e aquisições. Com o processo de fusões e aquisições por grandes grupos ocorreu também a centralização do capital brasileiro e a criação de oligopólios.

Esse processo já tinha sido estudado por Marx (2017, p. 702), ele diz:

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala de produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem.

Como Marx relata, empresas de maior tamanho ganham escala de produção, com isso conseguem produzir em maior quantidade e com preços mais competitivos, o que acaba fazendo com que ganhem a concorrência das menores. Por isso, as empresas menores têm de se

concentrar em certos nichos de mercado onde as empresas grandes ainda não conseguiram se inserir, mas tão logo o grande capital se disponha a competir naquele nicho, ela é adquirida ou absorvida pelo grande capital.

Na cidade de Palhoça essa onda neoliberal foi sentida quando em sessão ordinária de 1999, a câmara de vereadores realizou críticas ao governo do Estado pelo processo de desinvestimento da máquina pública com o fechamento da agência da TELESC na cidade e a possível federalização do BESC, que já contava com agências em diversos bairros, fato que ocorreu ainda naquele ano (MATOS, 2014).

Em 1994 é introduzida uma nova moeda, por meio do Plano Real. Apesar do sucesso em conter a inflação, a valorização artificial da moeda mostrou-se um equívoco, trazendo vários efeitos colaterais, como: elevação da dívida pública, déficits na balança comercial, aumento dos juros. Esses fatores atuam como inibidores da atividade econômica, refletindo em um crescimento pífio da economia do país e de Santa Catarina (CUNHA, 2000).

Em 1991 foi eleito para governador Vilson Kleinübing, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Como plataforma de governo foi lançado o Plano Saúde, Instrução e Moradia (SIM), que marcou a volta de um plano com previsão de gastos para quatro anos de governo e com metas detalhadas.

Como o governador Kleinübing tinha claro viés liberal, uma ideologia que acredita no Estado mínimo, tornou-se inviável a realização de muitas metas do SIM. Em meio a forte recessão apenas algumas metas foram atingidas, como: a pavimentação de 660 km de rodovias estaduais e a instalação 172.420 novos terminais telefônicos, ainda que o setor energia tenha realizado apenas 19% da proposta inicial de construir 400 km de linhas de transmissão. Para apoio a indústria de alta tecnologia, foi criado o Parque Tecnológico Alfa, em Florianópolis, em uma parceria público-privada (GOULART, 2005).

De acordo com Mamigonian (2011) uma das políticas fundamentais para o desenvolvimento do setor de tecnologia foi a reserva de mercado para as empresas de informática, que possibilitou a criação da Itautec e que em Santa Catarina favoreceu o surgimento do setor de tecnologia na Grande Florianópolis. O crescimento do setor de tecnologia esteve atrelado a existência do curso de computação na UFSC e possibilitou o surgimento de empresas como a Dígito na capital e em outras cidades como Joinville (Datasul) e Blumenau (Sênior Sistemas).

De acordo com o mesmo autor, o setor de informática sofreu com as políticas de neoliberais dos anos 90, tendo em vista que a abertura comercial acentuou a concorrência com

empresas estrangeiras. Além disso, o descompasso entre as políticas de nível nacional e estadual fez com o setor de tecnologia não tivesse o impulso esperado. Apesar disso, o ParqTec Alfa foi um dos mais dinâmicos na região e passou a se constituir numa das atividades econômicas mais importantes para Florianópolis, tendo em vista que a cidade não permite a instalação de indústrias que tragam danos ao meio ambiente.

De acordo com De Jesus, G. (2017) as empresas de tecnologia estão se localizando às margens da SC-401, em Florianópolis, onde se formou um corredor de alta tecnologia. Ao fim dessa rodovia fica localizado o Sapiens Parque, uma ampla área que consiste na sede de muitas empresas do setor tecnológico. Ao longo dessa rodovia há também diversos investimentos no setor imobiliário, vários tipos de comércio, bem como uma parte da administração pública, que transferiu alguns órgãos para esta região.

A SC-401, criada nos anos 70 e duplicada na década de 90, foi fundamental para o desenvolvimento do norte da Ilha e possibilitou o surgimento de uma série de empreendimentos imobiliários como Jurerê, Praia Brava, Canasvieiras e Daniela (NASPOLINI, 2017).

Entre 1970-80, Palhoça apresentou acelerado crescimento industrial (Tabela 9), entretanto, no decorrer da década 80, passou por um momento de retração devido à crise na economia brasileira. A partir dos anos 90, devido à criação do distrito industrial, a indústria volta a crescer.

Tabela 9 - Pessoal ocupado na indústria e crescimento em porcentagem

ANO	1960	1970	1980	1986	1995	Δ%
Biguaçu	150	189	799	781	1172	681,3%
Florianópolis	1665	2301	3800	3232	2941	76,6%
Palhoça	280	501	1053	1012	1398	399,3%
São José	338	565	2985	3361	4247	1156,5%

Fonte: Adaptado de Souza (2011)

Após a criação do distrito industrial de Palhoça, muitas empresas enviaram representantes ao poder legislativo palhocense interessadas em se instalar no município. Dentre as empresas interessadas pode-se citar a Deltatel, CPL Distribuidora, Química Fina, Massita, Olsen, Zaffi, Alumonta, Órion, Forma Nova indústria de móveis, muitas das quais ainda estão instaladas no município (MATOS, 2014).

Um dos reflexos mais rápidos da inserção de um distrito industrial na cidade foi a instalação da empresa Olsen, em 1990, a primeira do distrito industrial, localizado no Jardim eldorado. A empresa do ramo de equipamentos médicos e odontológicos se mudou para o

distrito industrial e de lá pode crescer e virar hoje uma referência mundial no setor (SILVA, João, 2019).

Em 1995, assume o governador Paulo Afonso, eleito pelo PMDB. Em seu Plano de governo Viva Santa Catarina, preconizava uma gestão democrática e descentralizada, condição necessária para um desenvolvimento auto sustentado. Seu governo acreditava que as ações deveriam ser no sentido de estabelecer parcerias público-privadas, por meio de ONGS, prefeituras e empresas privadas (GOULARTI, 2005).

Com o sucesso aparente do Plano Real, tornou-se possível a retomada da expansão urbana e da construção civil através de prédios e loteamentos em diversos locais da região. Nesse período constatou-se uma grande expansão urbana nos municípios de Palhoça e Biguaçu, transformando consideravelmente toda a fisionomia da Região da Grande Florianópolis (CAMPOS, E. 2009).

Em 1996, por intermédio da câmara de vereadores, foi pedido ao Reitor da Unisul, Silvestre Heerdt, que instalasse uma filial da universidade em Palhoça, para atender os seguintes cursos: Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia Civil, Psicologia, pedagogia, Letras e Direito (MATOS, 2014).

Em 1996 foi criado um campus da Unisul em Palhoça. Inicialmente o Campus foi instalado no prédio do Colégio Maria Vargas, só depois ganhou uma estrutura própria (UNISUL, 2018).

Em 1997, cria-se o loteamento Pagani por meio de uma parceria entre a Jotas e a empresa Vende Casa. O empreendimento foi dividido em duas partes, comercial e residencial, trazendo um bom padrão de infraestrutura com luz, água, meio fio, calçamento, etc (SILVA, João, 2019).

De acordo com o mesmo autor, a transferência das novas sedes da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores foi um dos motivos que alavancaram o crescimento do Pagani que se concretizou com a vinda, anos mais tarde, com a vinda de grandes investimentos como o Shopping Via Catarina, o Giassi e o Hotel Slavieiro no local.

Foi só nos anos 90 que foi criada a Região Metropolitana de Florianópolis, em 1998, a partir da Lei Complementar nº162. Essa lei foi responsável por criar uma noção de Região Metropolitana bastante abrangente, com um total de 22 municípios, composta por um Núcleo Metropolitano englobando os municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara e uma Área de Expansão formada pelos municípios de Alfredo Wagner,

Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas (SANTA CATARINA, 1998).

Palhoça que até os anos 80 tinha características de cidade dormitório, começa a despontar no final dos anos 90 e início dos anos 2000 como uma das cidades mais dinâmicas do Brasil, com uma alta taxa de ocupação do solo e grandes projetos habitacionais e comerciais. A sua representatividade econômica vai criando um novo cenário na política em nível municipal e estadual, onde Palhoça começa a ganhar relevância nas decisões políticas regionais (PORTAL PALHOÇA, 2019).

A partir dos anos 90, o aspecto de cidade pacata interiorana foi sendo alterado pela marcha do progresso e foi dando lugar a uma cidade metropolitana caótica. As antigas casas foram cedendo espaço à prédios verticalizados (Figura 9), fruto da especulação imobiliária que transforma a fisionomia da cidade e traz consigo novos moradores em substituição aos moradores das tradicionais famílias palhocenses. O comércio e a prestação de serviços também aderem a verticalização com torres de concreto que ganham o céu da cidade.

Figura 9 - Início da verticalização no entorno da praça central



Fonte: Portal Palhoça (2019)

De acordo com Oliveira (2011) tem início o surgimento dos grandes empreendimentos imobiliários, tanto na construção de edifícios quanto na implantação de loteamentos. Começam a surgir loteamentos de classe média e de baixa renda. As regiões de pobreza passam a se localizar ao longo da BR-101, nas comunidades do Caminho Novo, Brejarú e Frei Damião.

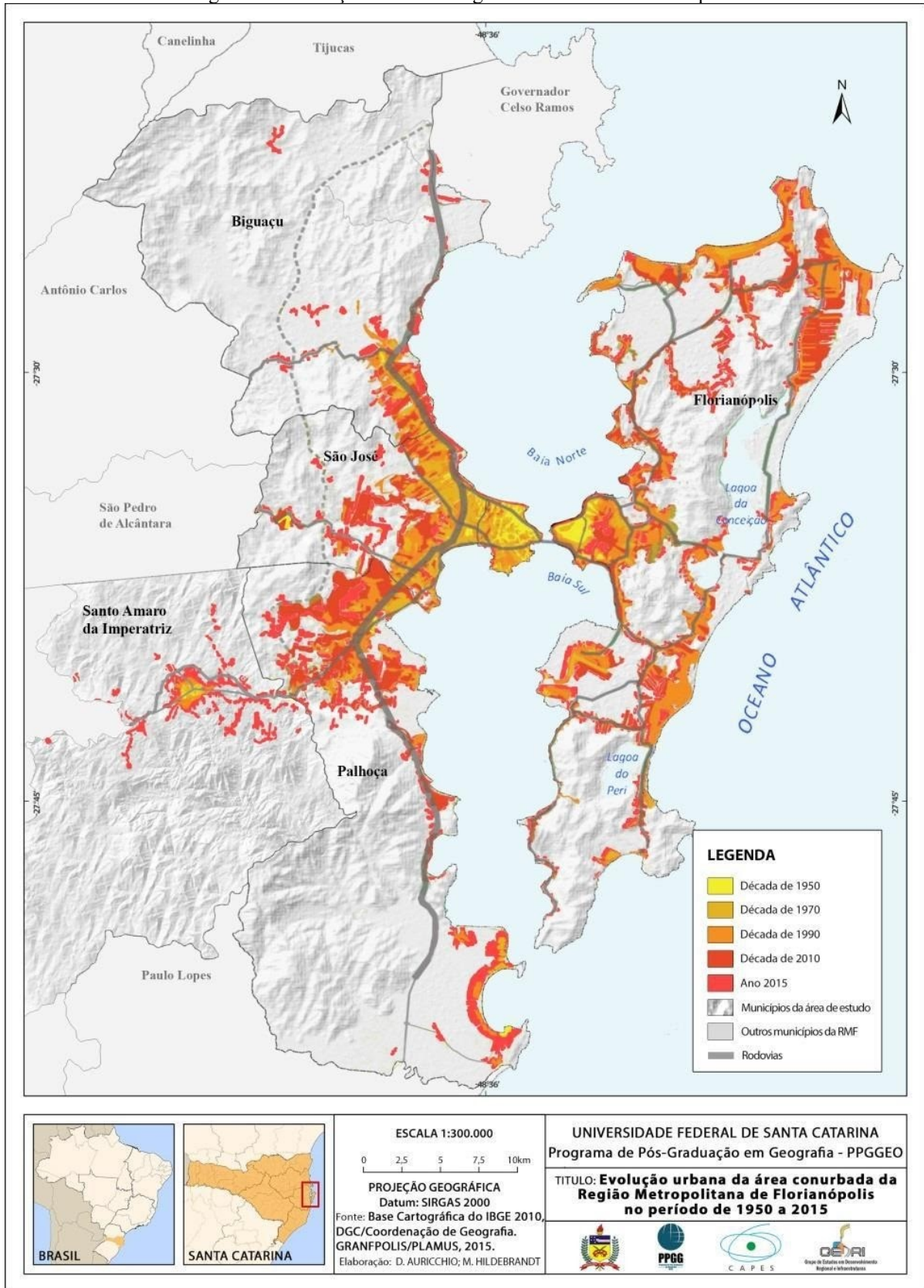
De acordo com Rolnik (2019), entre os anos 1990-2000, houve um aumento considerável do déficit habitacional no Brasil, pois foi um período de hiato entre a falência do BNH e o início do programa Minha Casa Minha Vida do governo Lula. Dessa forma

De acordo com Mattei (2007) parte dos habitantes das comunidades carentes da região foi inserida como mão de obra barata nas fábricas do setor moveleiro. A baixa qualificação profissional exigida no setor, no qual o treinamento é dado dentro da própria fábrica, foi um dos motivos para a apropriação dessa população, via de regra do sexo masculino, e com baixa escolaridade no arranjo produtivo da região.

Segundo Oliveira (2011) no final da década de 90, foi criado o loteamento Cidade Universitária Pedra Branca, um empreendimento do Grupo Portobello, a partir da transformação de uma antiga fazenda em um bairro de alto padrão. A instalação do loteamento se deu por meio de uma parceria com a Unisul onde a universidade ganhou o terreno para implantar sua estrutura dentro do loteamento. Desse modo, em 1998, foi inaugurado o Campus Universitário Pedra Branca, trazendo uma nova dinâmica à cidade

Ainda segundo o autor, em Palhoça foram lançados outros projetos imobiliários de médio padrão, como: o Pagani (1998) com uma área de 550.371,89 m², contendo 650 lotes, Alaor Silveira (1999), com 446.269,34 m² e 803 lotes e o Alaor Silveira II (2000), com 117.365,30 m² e 289 lotes.

Figura 10 - Evolução urbana da região conurbada de Florianópolis



Fonte: Vera (2018)

A partir do Figura 10 podemos ver a evolução urbana da área conurbada de Florianópolis. Até a década de 50 apenas o núcleo insular e a região continental da capital estavam urbanizados. Entre as 70 e 90 a urbanização se espalha no entorno da BR-101 para as cidades de Palhoça, São José e Biguaçu. Entre 2010 e 2015 a urbanização se interioriza e começa a se espalhar nas áreas periféricas da região, ao mesmo tempo cresce um processo de conurbação com Santo Amaro da Imperatriz, às margens da BR-282.

De acordo com Silva, S. (2005) a partir do processo de urbanização das últimas décadas, o setor primário foi perdendo importância, restando apenas algumas áreas rurais no município. Como alternativa ao desenvolvimento do setor foi introduzida a maricultura em Palhoça, sob orientação do curso de Aquicultura da UFSC em parceria com a EPAGRI (SILVA, S. 2005).

Ainda segundo o autor, foram criadas duas associações de produtores ligadas a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC), a Associação Municipal de Aquicultura (AMAQ) e a Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça (AMARIS). Ambas as associações foram fundamentais para o desenvolvimento do setor.

A produção de mexilhões apresentou uma trajetória crescente entre 1991-2000 (Tabela 10), exceto pela safra de 1997, que apresentou uma queda de 14,60%, passando de 380.000 kg (380t), em 1991, para 2.800.000 (2.800t), em 2000, um crescimento total de 736,84%.

Tabela 10 - Produção de mexilhões em Palhoça de 1991-2000.

Ano	Produção de mex em Kg	Aumento da produção de mexilhão (Kg)/ano	
		Kg	(%)
1991	380.000	—	—
1992	708.800	328.800	86,32
1993	853.900	145.100	20,47
1994	1.395.000	541.100	63,37
1995	1.500.000	105.000	7,53
1996	2.213.000	713.000	47,52
1997	1.890.000	-323.000	-14,60
1998	2.500.000	610.000	24,40
1999	2.700.000	200.000	7,40
2000	2.800.000	100.000	3,57

Fonte: Adaptado de Silva, S. (2005)

Neste tópico pudemos compreender os reflexos que as reformas neoliberais tiveram sobre a economia de Palhoça e região. A nova conjuntura econômica promoveu a reestruturação na indústria, o desenvolvimento do setor de tecnologia e trouxe grandes investimentos privados.

Nos anos 90, o setor da indústria cresce a partir da criação do distrito industrial e a construção civil ganha impulso a partir de grandes investimentos privados como os loteamentos Pedra Branca e Pagani e o Campus da Unisul. No setor primário entra em cena a maricultura por meio de uma parceria com a UFSC e a Epagri. Nas décadas seguintes a maricultura se desenvolve no município e Palhoça se torna o maior produtor de mexilhões do estado.

Nos anos 2000, o Brasil entra num momento de conjuntura favorável com a ascensão de um governo popular que estimulou o desenvolvimento a partir da retomada das políticas desenvolvimentistas. Essa conjuntura favorável permitiu que Palhoça entrasse numa nova fase, passando a ser considerada uma das cidades que mais crescem em Santa Catarina.

5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PÓS 2000

5.1 BOOM ECONÔMICO

De acordo com Mamigonian (2011) nos anos 90 Brasil e Argentina foram obrigados, por imposição do Consenso de Washington, a implantar um modelo neoliberal em substituição ao modelo nacional-desenvolvimentista promovido por Vargas e Perón, o que causou efeitos nocivos na nossa economia como desindustrialização, privatização grandes empresas nacionais e o desemprego. Nos governos Lula e Kirchner houve a tentativa de corrigir essas distorções a partir da retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

De acordo com Rolnik (2019) com a chegada ao poder de uma coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), uma de suas principais agendas foi a construção de um Estado de direitos, onde o acesso à moradia e o direito à cidade foram elementos importantes. A partir de 2005, quando houve uma mudança na condução da política econômica, o governo começou a focar no mercado interno, aumentando o consumo das famílias e fazendo a inclusão das camadas de mais baixa renda como forma de alavancar o crescimento do país.

Ainda segundo a autora, o governo passou a promover programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Esse programa permitiu tirar milhões de pessoas da pobreza extrema e diminuiu um pouco a desigualdade de renda. Ao mesmo tempo houve uma política de valorização progressiva do salário mínimo, que injetou 1 trilhão de reais na renda dos trabalhadores entre 2003 e 2010.

Além desses programas houve outros de grande importância que ocorreram por meio de parcerias público-privadas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Enquanto o primeiro incluiu obras de logística, energia, investimentos em saneamento e urbanização em lugares de vulnerabilidade social, o segundo ampliou significativamente os investimentos públicos para a construção de casas populares.

De acordo com Rocha (2011) no início do governo Lula, em 2003, verificou-se a continuidade da política de exportações com medidas que visavam a desburocratização, a cobrança não cumulativa da COFINS e a sistematização das portarias da SECEX. No âmbito de Santa Catarina, o período promissor da economia veio em consonância com a recuperação econômica da economia Argentina, que voltou a ser um dos principais destinos das nossas exportações, em grande medida devido às políticas do governo Kirchner. Nesse período a

economia catarinense teve uma grande expansão, passando a 7,5%, bem acima dos 5,2% do país.

De acordo com Pochmann (2011) o governo Lula trouxe a recuperação do papel do Estado, que foi essencial para a retomada do crescimento e a superação do subdesenvolvimento através de uma política de valorização da máquina pública. Nesse sentido, foram efetuadas medidas de valorização das empresas e bancos estatais, ampliação do número de funcionários públicos em substituição aos terceirizados e o projeto de exploração do pré-sal a partir de grandes investimentos na Petrobras.

Da mesma forma, houve um maior investimento na educação a partir da expansão dos Institutos Federais, com foco no ensino técnico-profissionalizante e em Ciência e Tecnologia como uma política pública para a melhoria na formação de trabalhadores. Além disso, foi criado o REUNI que tinha por objetivo aumentar o número de matrículas no Ensino Superior, o que contribuiu para democratizar o acesso ao meio universitário à mais pessoas (SILVA, Jesué, 2017).

De acordo com Theis (2010) o desenvolvimento econômico seria favorecido pelo processo de transferência de conhecimento realizado pelas universidades. Assim, o dinamismo da região da Grande Florianópolis nos anos 2000 pode ser relacionado ao número elevado de instituições de ensino superior e técnico-profissionalizante que foram implantadas.

As ações governamentais realizadas pelo governo federal encontraram eco na esfera municipal. Em uma matéria da revista Veja publicada em 2010, foi realizada uma análise do perfil socioeconômico de cidades entre 100 e 500 mil habitantes. Palhoça ficou na 6ª colocação na categoria vocação para o comércio. O estudo também revelou que Palhoça esteve entre as 106 cidades médias que mantiveram um crescimento igual ou superior à média nacional entre 2002 e 2007 (DE OLHO NA ILHA, 2018).

Um outro estudo realizado pela FIESC (2009) mostrou quais as cidades estavam crescendo acima da média nacional (Tabela 11). Do total de 5.565 municípios brasileiros foram selecionados aqueles 300 que apresentavam maior potencial de consumo. O indicador de dinamismo levou em conta diversos fatores como renda geral das famílias do município, o PIB municipal, o índice de criação de novas empresas, o licenciamento de veículos, a população municipal, dentre outros. Palhoça ficou em primeiro lugar no estudo, sendo considerado o município mais dinâmico do Brasil.

Tabela 11 - Municípios mais dinâmicos do Brasil - 2008

Posição	UF	Município	% em relação à média do Brasil = 100
1	SC	Palhoça	164
2	PR	Araucária	159
3	ES	Serra	159
4	PA	Marabá	155
5	CE	Caucaia	154
6	SC	Bal. Camboriú	153
7	RN	Parnamirim	151
8	PR	S J dos Pinhais	148
9	GO	Aparecida de Goiânia	146
10	AL	Arapiraca	146

Fonte: FIESC (2009)

O prefeito Ronério, comemorou os dados positivos e passou a propagandar o feito estampando em outdoors e portais a frase “Palhoça, a cidade que mais cresce em Santa Catarina” (Figura 11). Com esse slogan a prefeitura tinha a intenção de divulgar a imagem de uma cidade que estava despontando economicamente e que se abria à novos investimentos.

Figura 11 - Portal no bairro Ponte do Imaruim



Fonte: Jornal Capital das Nascentes (2019)

O crescimento esteve atrelado a instalação de novas empresas como o Centro de Distribuição da Ambev, que traz o maior retorno em ICMS entre todas as empresas e o centro de distribuição da Renner. Houve também a instalação do Shopping Via Catarina, o primeiro da cidade, e o Supermercado Giassi, que junto ao shopping gerou 15 mil novos empregos. Já o grupo Rodobens Negócios Imobiliários pretende investir R\$ 540 milhões em Palhoça para a construção de um condomínio residencial destinado a atender 6 mil unidades habitacionais (BLOG DO PRISCO, 2018).

De acordo com dados do Ministério do Trabalho (Tabela 12), o número de empregados formais passou de 9.182, em 2000, para 37.261, em 2016, um incremento de 305,80%. Para o mesmo período, entre 2000 e 2016, o crescimento no número de empresas passou de 1.124, em 2000, para 4.671, em 2016, um crescimento de 315,57%. Os dados indicam que a cidade vem mostrando forte aquecimento no setor da construção civil, fazendo com que se multipliquem o número de obras de engenharia, loteamentos e construções de edifícios que começam a impor a verticalização em certas regiões da cidade.

Tabela 12 - Empregados e estabelecimentos em Palhoça: 2000 e 2016

Setor	2000		2016		Var. %	
	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab
Indústria	1736	219	6042	697	248,04	218,26
Construção Civil	1565	102	3878	515	147,80	404,90
Comércio	2034	495	11596	1862	470,11	276,16
Serviços	3794	288	15653	1574	312,57	446,53
Agropecuária	53	20	92	23	73,58	15,00
Total	9182	1124	37261	4671	305,80	315,57

Fonte: RAIS - MTE

Os setores que apresentaram maior crescimento no número de empregados foram os setores de comércio e serviços. Em seguida veio à indústria e a construção civil. Por último ficou o setor de agropecuária. Em relação ao número de estabelecimentos criados, chamou atenção o setor de serviços e o da construção civil que cresceram 446,53% e 404,90% respectivamente.

Entre os setores que mais geraram empregos (Tabela 13), há destaque para o comércio e serviços com 6.866 e 3.954, respectivamente, a indústria e a construção civil com 2.230 e 1.690, respectivamente e a agropecuária com uma queda de 5 empregos. Nota-se que o setor terciário (comércio e serviços) ainda tem preponderância na economia do município, seguido pelo setor secundário (indústria e construção civil) e por último o setor primário (agropecuária).

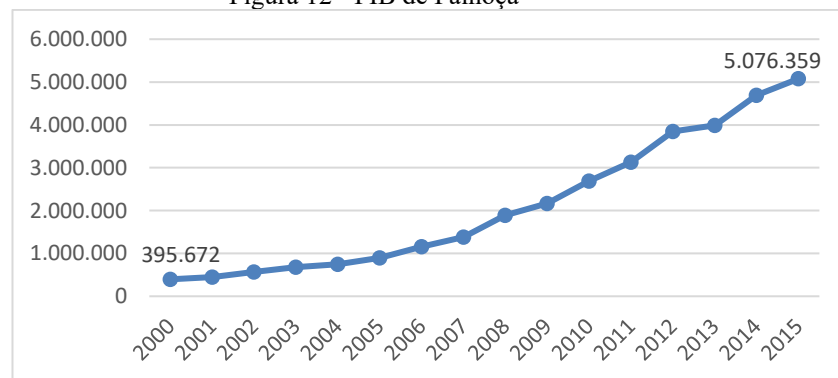
Tabela 13 - Geração de empregos em Palhoça: 2004 a 2017

Ano	Indústria	Constr Civil	Comércio	Serviços	Agropec	Total
2004	209	-33	616	180	5	977
2005	319	265	533	291	15	1423
2006	124	62	324	107	-5	612
2007	233	435	450	381	0	1499
2008	423	427	263	232	43	1388
2009	265	371	989	161	4	1790
2010	681	937	1161	1144	-24	3899
2011	506	287	480	-185	35	1123
2012	57	39	517	978	-28	1563
2013	233	-203	421	719	-14	1156
2014	-180	365	332	1273	6	1796
2015	-391	-726	-41	-81	-13	-1252
2016	-313	-502	285	-664	-23	-1217
2017	64	-34	536	-582	-6	-22
Total	2230	1690	6866	3954	-5	14735

Fonte: CAGED – MTE

Durante o período de 2000 a 2015, de acordo com dados do IBGE, o PIB de Palhoça apresentou um grande crescimento (Figura 12), passando de R\$ 395.672, em 2000, para R\$ 5.076.359, em (Figura 12),

Figura 12 - PIB de Palhoça



Fonte: IBGE

Em 2000, Palhoça estava muito distante dos primeiros PIBs de Santa Catarina, ocupando a 21ª posição. Já em 2015, a distância entre Palhoça e os primeiros colocados diminuiu de forma considerável, passando a 9ª posição (CIDADES-IBGE, 2020).

O crescimento da economia acima do crescimento populacional gerou uma melhora nos indicadores sociais do município (Tabela 14). A renda per capita passou de 598,48 em 2000, para 862,74, em 2010. O IDHM longevidade passou de 0,852 em 2000 para 0,859 em 2010 e o IDHM renda de 0,693 em 2000 para 0,752 em 2010.

Tabela 14 - IDH e seus componentes em Palhoça

Ano	2000	2010
IDHM Educação	0,478	0,672
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	42,09	60,88
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	66,89	89,08
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	70,91	90,97
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	40,57	59,72
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	25,04	42,55
IDHM Longevidade	0,852	0,859
Esperança de vida ao nascer (em anos)	76,09	76,55
IDHM Renda	0,693	0,752
Renda per capita (em R\$)	598,48	862,74

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Porém, a despeito do crescimento nos indicadores sociais de Palhoça e da qualidade de vida, o mesmo não se pode dizer da questão da segurança pública (Tabela 15). De acordo com o atlas da Violência de 2019, o município é um dos mais violentos de SC.

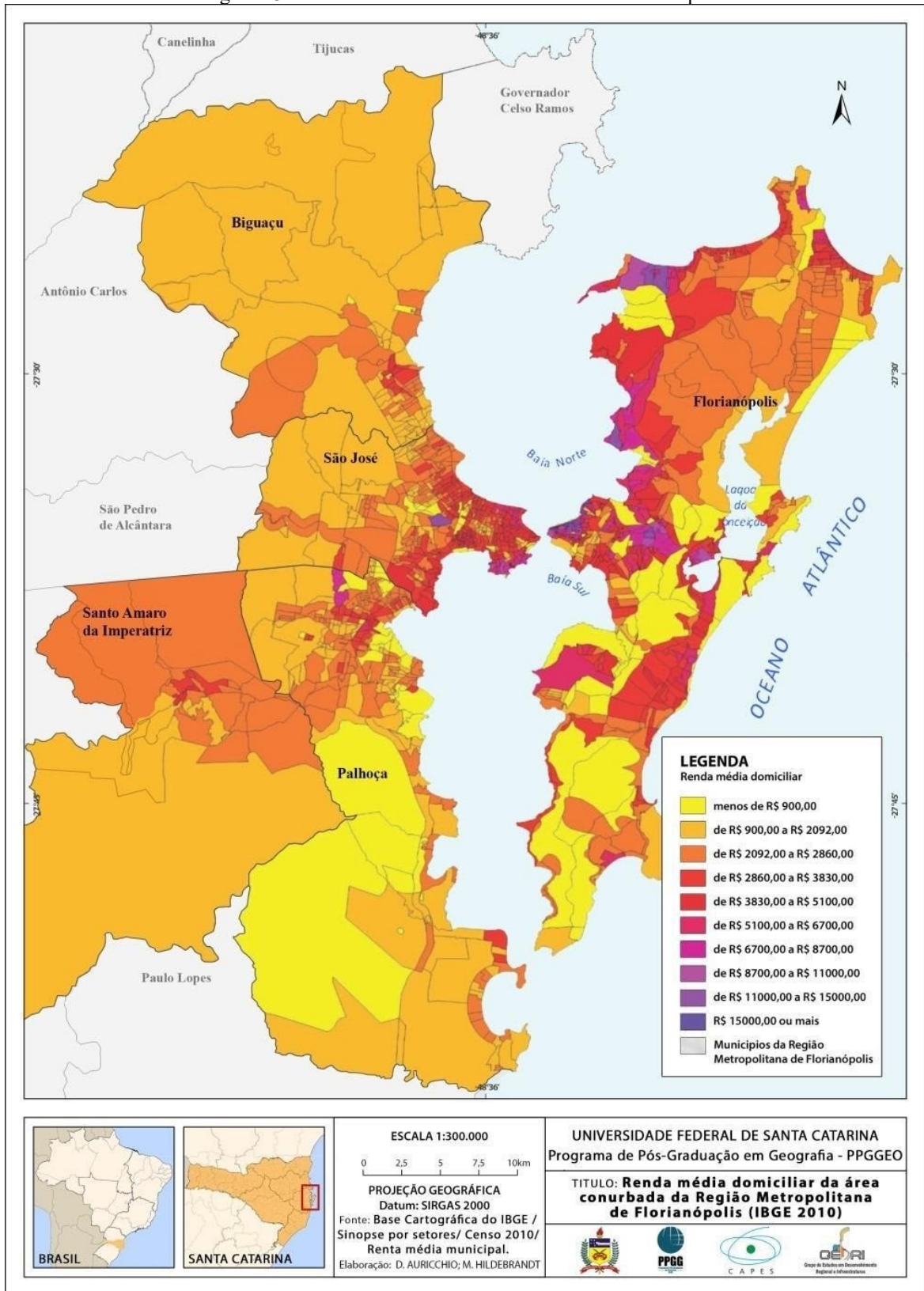
Tabela 15 - Homicídios em SC em cidades com mais de 100 mil hab em 2017

Município	População	Homicídios	Homicídios ocultos	Taxa de homicídios
Florianópolis	485.838	142	4	30
Palhoça	164.926	42	4	27,9
Itajaí	212.615	47	1	22,6
Joinville	577.077	129	0	22,4
São José	239.718	45	2	19,6
Chapecó	213.279	38	0	18
Blumenau	348.513	48	1	14,1
Bal. Camboriú	135.268	17	2	14
Criciúma	211.369	22	2	11,3
Lages	158.508	13	1	8,8
Brusque	128.818	7	0	5,8
Jaraguá do Sul	170.835	7	2	5,5

Fonte: Atlas da Violência (2019)

O município apresenta a segunda maior taxa de homicídios de Santa Catarina, ficando atrás apenas de Florianópolis. Isso demonstra que a cidade vem crescendo e atraindo grande população, mas não tem dado tanto ênfase a segurança pública. A violência está intimamente relacionada as zonas de pobreza que vem se formando em Palhoça, nas comunidades Frei Damião (um dos bairros mais pobres de SC), Brejarú, Caminho Novo, dentre outras, onde a criminalidade vem ganhando espaço.

Figura 13 - Renda familiar na área conurbada de Florianópolis



Fonte: Vera (2018)

A partir da Figura 13 podemos ver como está estratificada a renda nos municípios da área conurbada. As faixas de renda familiar mais altas estão representadas em cores escuras (vermelho, rosa e roxo), as faixas de renda média em laranja e as faixas de renda domiciliar baixa em cores claras (amarelo e amarelo queimado).

A partir da figura podemos perceber que em Florianópolis as classes mais abastadas moram em uma área que vai da região central em direção ao norte da Ilha, nas proximidades da rodovia SC-401. Já as mais pobres se localizam na região central no Maciço do Morro da Cruz, onde se pode ver pequenos pontos em amarelo cercados por tons escuros.

Em São José os bairros mais valorizados ficam próximos da divisa com a capital e no centro histórico da cidade. As áreas mais pobres se configuram como pequenas manchas em amarelo próximas aos bairros mais valorizados da cidade.

Em Biguaçu a região central é a que apresenta a renda mais elevada, nas proximidades da BR-101. Em Santo Amaro da Imperatriz a região de maior renda fica próximo ao centro, no entorno da BR-282.

Em Palhoça os bairros mais valorizados estão localizados nas proximidades da área central, onde o município é cortado pela BR-101, onde ficam os bairros Centro, Pagani e Pedra Branca. Além disso, alguns trechos do bairro Ponte do Imaruim são valorizados, nas avenidas Aniceto Zacchi e Elza Luchi, nas proximidades com São José.

À exceção de alguns poucos bairros, a cidade de Palhoça tem um perfil que vai da classe média à classe baixa. A cidade apresenta grande desigualdade social, exemplo disso são as comunidades Brejarú e Frei Damião, localizadas no entorno dos bairros mais abastados do Pagani e Pedra Branca.

5.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL E MOBILIDADE URBANA

Segundo o IBGE (2010), entre o período 2000–2010, as maiores taxas de crescimento dentre as regiões brasileiras foram observadas no Norte e Centro-Oeste, onde o componente migratório contribuiu bastante para o resultado. Dentre as três outras grandes regiões, a unidade da federação que mais cresceu foi Santa Catarina, em grande medida devido ao crescimento acelerado de Florianópolis e de seu entorno.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Regional (2012), a região da Grande Florianópolis possui maior densidade populacional nos municípios a leste da região, especialmente em São José, Florianópolis e Palhoça. Conforme se distancia do litoral, a

densidade demográfica vai diminuindo gradativamente e vai crescendo a importância das atividades rurais.

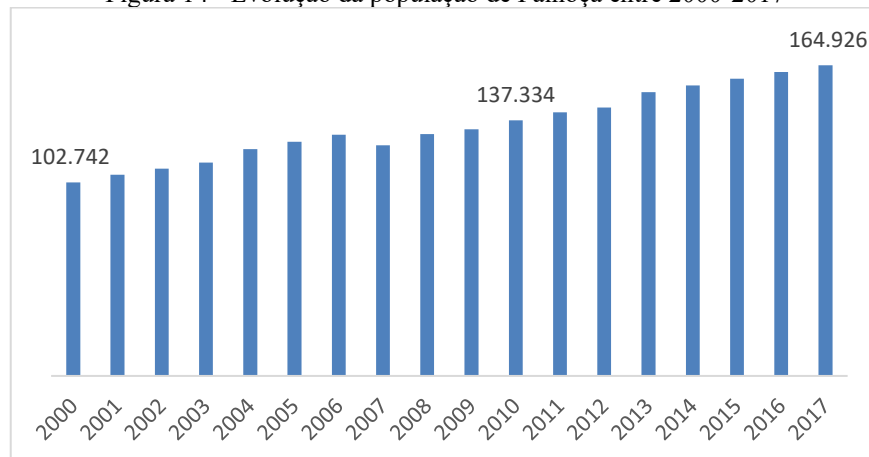
Segundo dados do Censo de 2010, grande parte da população da região da Grande Florianópolis vive em meio urbano, 94% (840.699 pessoas), enquanto apenas 6% (50.637 pessoas) vivem em meio rural. Entre os municípios de maior população rural, destacam-se Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Rancho Queimado e São Bonifácio. Dentre esses municípios, São Bonifácio, Rancho Queimado, Angelina e Anitápolis apresentaram decréscimo na população, o que pode ser um indicativo de êxodo rural.

Em termos de Brasil, os municípios que apresentaram as menores taxas médias de crescimento anual foram aqueles com população entre 5.000 e 10.000 habitantes, com uma perda média anual no período de 0,97%. Em contrapartida, os municípios que mais cresceram foram aqueles que tinham entre 100.000 mil e 500.000 mil habitantes, entre os quais se observou uma taxa média anual de crescimento de mais de 2% (IBGE, 2010).

O elevado crescimento populacional experimentado na região de Florianópolis foi mais acentuado nos municípios da área conurbada. Esses índices de crescimento se devem a alguns fatores: crescimento vegetativo da população local, os fluxos que têm origem na região rural de Santa Catarina, bem como os fluxos migratórios de outros centros urbanos. A região como um todo passou ser um novo lugar de migração de pessoas de classe média de outros estados do sul e do sudeste do país, assim como de pessoas de outros países como Argentina e Uruguai, em função da melhor qualidade de vida e pelo contato com a natureza e os balneários (REIS, 2012).

Palhoça, segundo o Censo de 2000, apresentava uma população de 102.742 mil habitantes (Figura 14). Enquadrando-se na época na categoria de cidade média, entre aquelas que possuem uma população entre 100.000 mil e 500.000 mil habitantes. Sendo assim, inserida no grupo das cidades que mais cresceram entre 2000-2010. Ao todo, durante o período considerado da pesquisa, 2000-2017, o crescimento chegou a 60,52%.

Figura 14 - Evolução da população de Palhoça entre 2000-2017



Fonte: IBGE

No ano de 2010, das 137.334 pessoas, 68.332 (49,1%) eram homens e 68.817 eram mulheres (50,9%). Em termos de população rural e urbana 135.229 (98,56%) habitavam em domicílio urbano e 1.970 (1,44%) habitavam em domicílio rural. O que demonstra que há um leve predomínio da população feminina sobre a masculina.

Palhoça, já em 2000, mostrava-se uma das cidades mais populosas de Santa Catarina (Tabela 16), ocupando a 10ª posição, com uma população de 102.742 habitantes. Já em 2017, a cidade passou a ocupar a 9ª com uma população de 164.926 habitantes.

Tabela 16 - Municípios mais populosos de SC - 2000 e 2017

2000		2017			
1	Joinville	429.604	1	Joinville	577.077
2	Florianópolis	342.315	2	Florianópolis	485.838
3	Blumenau	261.808	3	Blumenau	348.513
4	São José	173.559	4	São José	239.718
5	Criciúma	170.420	5	Chapecó	213.279
6	Lages	157.682	6	Itajaí	212.615
7	Itajaí	147.494	7	Criciúma	211.369
8	Chapecó	146.967	8	Jaraguá do Sul	170.835
9	Jaraguá do Sul	108.489	9	Palhoça	164.926
10	Palhoça	102.742	10	Lages	158.508

Fonte: IBGE

Analisando a tabela acima podemos constatar que no contexto catarinense algumas cidades perderam população enquanto outras ganharam. Lages, por exemplo, possuía 157.682 habitantes em 2000 e passou a 158.508, em 2017, um crescimento reduzido que fez com que a cidade ficasse estagnada e fosse ultrapassada por outras cidades menores. Por outro lado,

Chapecó teve um movimento inverso, passou de 146.967 em 2000, para 213.279 em 2017, tornando-se junto com Palhoça uma das cidades que mais crescem no estado.

O crescimento da população de Palhoça não é um fato isolado em si, pois os municípios da área conurbada de Florianópolis não existem espacial e nem economicamente isolados entre si, pelo contrário estão profundamente enraizados na região. Os municípios são altamente dependentes dos recursos do entorno: a água depende da captação de Pilões e do Rio Cubatão, a energia elétrica é compartilhada, o lixo é direcionado ao aterro sanitário de Biguaçu, os alimentos produzidos e a força de trabalho se deslocam diariamente entre os municípios. Desse modo, as externalidades geradas pelo crescimento populacional impactam em toda a região, condicionando o meio ambiente, os fluxos energéticos e a vida socioeconômica da área conurbada (CECCA,1997).

De acordo com Sugai (2015), há uma crescente dependência econômica entre os municípios que compõe a região conurbada e isso vem causando repercussões socioespaciais. Dessa forma, passou-se a considerá-los efetivamente como um único espaço intraurbano, tornando-se imperceptíveis seus limites administrativos.

A interdependência entre os municípios influi diretamente no fluxo de pessoas de uma cidade para outra. O fluxo pendular, em 2000, (Tabela 17) mostra que os fluxos pendulares entre os municípios da área conurbada eram intensos.

Tabela 17 - Municípios com maiores fluxos pendulares intra-estaduais em 2000

Município de destino	Pessoas envolvidas	% sobre o total	Município de origem	Pessoas envolvidas	% sobre o total
Florianópolis	64.112	28,27	São José	37.235	16,46
São José	15.970	7,04	Palhoça	20.086	8,86
Itajaí	11.167	4,92	Biguaçu	8.756	3,86
Criciúma	10.914	4,81	Florianópolis	8.007	3,53
Blumenau	10.586	4,67	Camboriú	7.900	3,48
Bal. Camboriú	9.221	4,07	Criciúma	5.246	2,31
Tubarão	7.933	3,5	Bal. Camboriú	5.244	2,31
Joinville	7.425	3,27	Içara	5.123	2,26
Jaraguá do Sul	6.128	2,7	Araquari	4.804	2,12
Joaçaba	5.189	2,29	Herval d'Oeste	4.242	1,87

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009)

Entre os municípios de origem dos fluxos pendulares, em primeiro lugar estava São José, com um total de 37.235 pessoas envolvidas, seguido por Palhoça, com 20.086, Biguaçu com 8.756 pessoas envolvidas e Florianópolis com 8.007. Entre os municípios de destino, o que mais recebeu fluxo foi Florianópolis, com 64.112 pessoas envolvidas, seguido por São José, com 15.970 pessoas envolvidas, e Itajaí em terceiro com 11.167 pessoas envolvidas.

A partir da Tabela 17 podemos constatar que os municípios de São José e Florianópolis apresentaram posições de destaque tanto em fluxo de origem, quanto a fluxo de destino. Palhoça, diferentemente de ambos, até o ano 2000, não apresentava um movimento de mão dupla, pois apenas seus habitantes se deslocavam em direção aos municípios vizinhos. Essa situação caracteriza uma cidade como dormitório, onde os habitantes não encontram oportunidades na própria cidade e tem de se deslocar até cidades próximas em busca de trabalho, retornando para casa ao final do expediente.

Como Palhoça tinha uma economia pouco desenvolvida a taxa repulsão (Tabela 18), era bastante elevada. Em 2000, Palhoça tinha a segunda maior taxa de repulsão, 44,96, entre os municípios catarinenses, atrás de Capivari de Baixo.

Tabela 18 - Municípios com maiores taxas de atração e repulsão em 2000

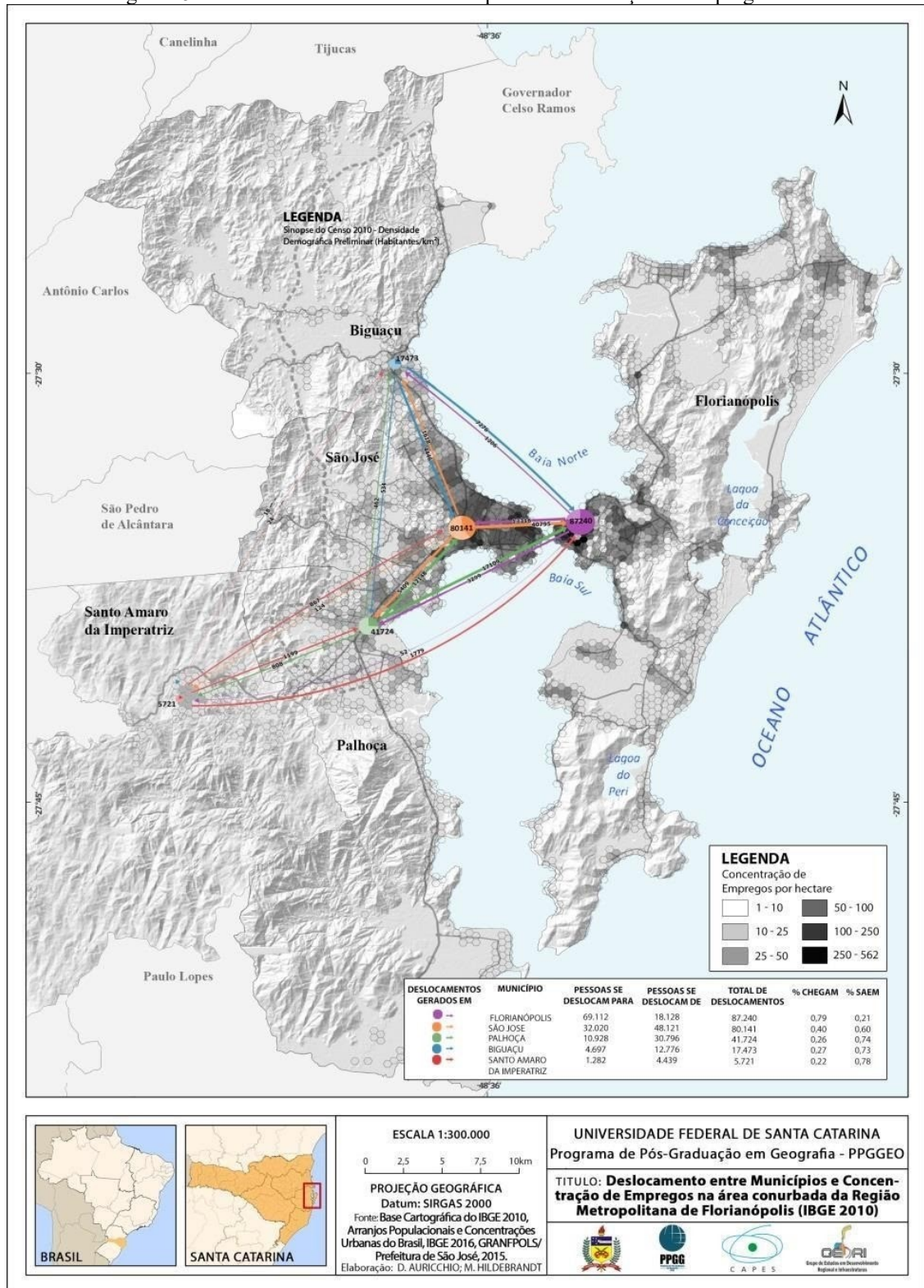
Município	Taxa de atração	Município	Taxa de repulsão
Florianópolis	35,73	Capivari de Baixo	45,57
Joaçaba	30,85	Palhoça	44,96
Piratuba	25,21	Araquari	43,78
Treviso	24,91	Biguaçu	43,46
Nova Veneza	24,53	S. Pedro de Alcântara	39,53
Vargem Bonita	17,84	São José	38,51
São José	17,45	Herval d'Oeste	35,99
Morro da Fumaça	14,42	Governador Celso Ramos	34,00
Siderópolis	14,26	Sto. A. da Imperatriz	33,95
Bombinhas	14,15	Zórtea	30,96

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009)

Em relação a atratividade de pessoas, Florianópolis era a primeira e São José a sétima. Florianópolis devido ao seu papel polarizador de capital do estado e São José, pelo seu poder econômico na indústria e comércio. Já Palhoça não apresentava dinâmica interna capaz de atender a sua população em diversos setores, trabalho, estudo, saúde, comércio, o que fazia com que muitas pessoas se deslocassem para a capital.

Em Palhoça, em 2000, cerca 38% dos habitantes trabalhavam em outro município, São José, 35%, Biguaçu, 40%, Governador Celso Ramos 41% e Florianópolis, apenas 7%. Isso mostra que havia uma concentração de empregos bastante elevada na capital (RIBEIRO, 2009).

Figura 15 - Deslocamentos entre os municípios e concentração de empregos



Fonte: Vera (2018)

A partir da Figura 15 podemos ver que as áreas em escuro são atratoras de mão de obra, onde se localizam a maioria dos empregos, que se concentram na região continental e insular central de Florianópolis, em São José na divisa com a capital e em menor escala em Palhoça às margens da BR-101. Enquanto as áreas em cinza claro são regiões repulsoras de mão de obra, de onde as pessoas saem em busca de emprego, que se concentram em Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e em boa parte de Palhoça.

Ainda de acordo com a Figura 15, a maioria das pessoas se desloca para Florianópolis (69.112), São José (32.020), Palhoça (10.928), Biguaçu (4.697) e Santo Amaro da Imperatriz (1.282). Os deslocamentos partem de São José (48.121), Palhoça (30.796), Florianópolis (18.128), Biguaçu (12.776) e Santo Amaro da Imperatriz (1.282).

A partir dos dados acima podemos constatar que o número de pessoas que saem de Palhoça em busca de trabalho ainda continua elevado em comparação ao número de pessoas que chegam. Isso significa que tanto Palhoça, quanto os municípios vizinhos tem de se deslocar para a capital por meio da BR-101 e pela Via Expressa.

O movimento pendular que parte das cidades conurbadas em direção à capital vem ocasionando engarrafamentos diários nas principais vias de acesso e nas pontes Pedro Ivo e Campos Salles. O estreitamento em forma de funil na entrada das pontes é outro problema, pois é para onde flui todo o fluxo viário em direção à capital.

O prolongamento das distâncias e dos fluxos pendulares intermunicípios é um reflexo dos problemas das grandes regiões metropolitanas. Esse é um problema sistêmico que une a questão da habitação e a especulação imobiliária com o problema da mobilidade urbana nas cidades brasileiras. Sobre isso Santos (1996, p. 96) afirma:

As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios[...]. As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil de escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva a especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.

As cidades brasileiras se desenvolveram através de processo de expansão horizontal da malha urbana sem distribuir de forma equilibrada os serviços e as oportunidades de emprego. Isso fez com que a população mais pobre fosse empurrada para a periferia, ficando longe do

centro dinâmico das cidades, fazendo com que seus habitantes tivessem de se deslocar para o centro dinâmico da região.

Esse modelo de cidade concentradora de oportunidades ocasiona os problemas que temos visto nas grandes cidades brasileiras como São Paulo, onde os engarrafamentos chegam a níveis mais alarmantes e fazem com que o poder público tenha de procurar soluções como o rodízio de carros, construção de rodoanéis, corredores exclusivos de ônibus, etc. No entanto, essas soluções são apenas paliativas, em decorrência do grande problema sistêmico de mobilidade que é estrutural no modelo da urbanização brasileira e na prioridade dada ao automóvel.

De acordo com Rolnik (2019) há uma perpetuação de uma política voltada à circulação de automóveis privados e da manutenção de um transporte coletivo por ônibus de baixíssima qualidade. A popularização do automóvel para as classes médias, aumentou a velocidade dos deslocamentos bem como a distância percorrida, viabilizando novas frentes de expansão imobiliária, cada vez mais afastadas dos centros dinâmicos.

Ainda segundo a autora, o problema se estende também ao transporte coletivo, que permaneceu preso às mesmas tecnologias e processos de gestão, o que levou a uma realidade onde os ônibus circulam na mesma velocidade das décadas de 1930 e 1940, porém percorrendo distâncias cada vez maiores, proporcionando um trajeto muito mais demorado aos locais de trabalho de trabalho e estudo da população, o que vem causando a imobilidade do sistema e trazendo prejuízos a saúde do trabalhador.

Essa situação tem se agravado, pois a maioria das pessoas dá prioridade ao transporte individual em detrimento do transporte coletivo, tendo em vista que este último geralmente é precário. Por causa disto, a frota de veículos vem crescendo bastante (Tabela 19), fato que contribui para a saturação do sistema como um todo.

Tabela 19 - Frota de veículos nos municípios da área conurbada

Municípios	2000	2008	2017	Var. % (2000-17)
Palhoça	20.358	53.957	106.454	422,91
Florianópolis	140.637	237.992	345.441	145,63
São José	47.655	95.861	155.442	226,18
Biguaçu	9.546	23.237	41.733	337,18

Fonte: Denatran

Palhoça é o município com o maior crescimento percentual de veículos nos últimos anos, com um crescimento de 422,91%, à frente de Biguaçu, com 337,18%, São José, com 226,18%, e Florianópolis, com 145,63%.

Esse grande crescimento de automóveis na área conurbada de Florianópolis cria a necessidade de políticas públicas que extrapolam o espaço interno de cada cidade, tendo em vista que há um grande fluxo de pessoas entre os municípios (COCCO, 2013).

O problema da mobilidade chegou a esse ponto pois o crescimento acelerado da população e da economia não foi acompanhado por investimentos em mobilidade urbana, o que resultou em um sistema primário e ineficiente, que prioriza os transportes motorizados, sem explorar outras alternativas. Além disso, não houve integração do sistema de transporte público, tendo cada município tomado as decisões isoladamente, sem a noção de conjunto que favoreceria a mobilidade como um todo (VERA, 2018).

Planejando resolver alguns problemas de mobilidade urbana na região, o governo vem buscando alternativas. De acordo com Carvalho, G. (2014) são algumas delas:

- Recuperação da ponte Hercílio Luz: a ponte seria inserida no sistema viário de Florianópolis como uma estrutura viária auxiliar, funcionando pela manhã no sentido Ilha-Continente e a tarde no sentido inverso;

- Anel do Contorno Viário de Florianópolis: A obra tem objetivo de tirar o grande fluxo de veículos, principalmente o de caminhões do segmento rodoviário entre Biguaçu e Palhoça. A obra teve início em 2014 e deve ser concluída até o final de 2021.

- Implantação de Corredores Exclusivos de BRT: a prefeitura de Florianópolis está desenvolvendo um projeto baseado no Bus Rapid Transit (BRT), que prevê a construção de um corredor exclusivo para o transporte coletivo, que proporcionará maior velocidade e eficiência

- Transporte marítimo: O transporte marítimo iria funcionar de forma integrada com o já existente, por meio de terminais de embarque e desembarque. Planeja-se construir três terminais, um em Florianópolis, na Baía Sul, outro em São José e um terceiro em Palhoça. As embarcações que ligariam estes pontos teriam capacidade para 120 pessoas e seriam construídas por meio de uma parceria público privada.

Além disso, está sendo discutido a implantação de um plano de mobilidade para toda a região, o PLAMUS. O plano se constitui de estudos técnicos sobre mobilidade urbana contratados pelo BNDES em parceria com o governo de Santa Catarina e os municípios da área de abrangência, composta por 13 municípios: Anitápolis, Rancho Queimado, São Bonifácio, Angelina, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José, Palhoça e Florianópolis (SANTA CATARINA, 2014).

Este plano de mobilidade tem o intuito de melhorar a mobilidade urbana da Região da Grande Florianópolis, tendo em vista que seus estudos servirão de base para os municípios e o Governo do Estado atuarem em conjunto, propondo soluções integradas para toda a região. A ideia é buscar ações que deem prioridade ao transporte não motorizado e ao transporte público, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável;

5.3 CRESCIMENTO SETORIAL DO MUNICÍPIO DA PALHOÇA

5.3.1 Queda da participação da agricultura e crescimento da maricultura

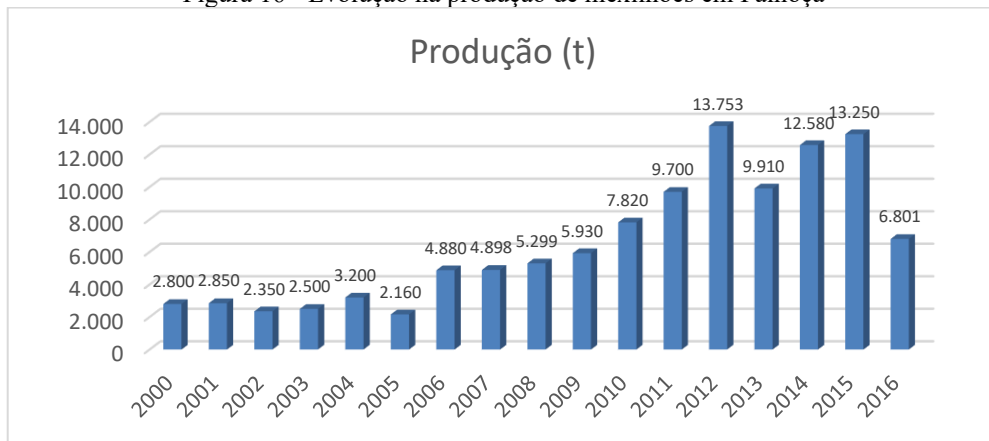
O setor primário tinha pouca participação na economia de Palhoça desde o início dos anos 90, tendo em vista que o município tinha se tornado predominantemente urbano, com a economia voltada ao setor de comércio, serviços e indústria. Porém conforme a agricultura tradicional e a pesca foram perdendo participação, outro setor começou a despontar, a maricultura.

Em Palhoça a maricultura tem início em 1991, a partir de uma parceria entre a UFSC e a Epagri, com um grupo de pescadores que elaboraram juntos uma forma não extrativista de sobrevivência, que gera menos impacto a natureza. Esse setor começou a crescer de forma considerável também em Santa Catarina, que se tornou o estado com a maior produção nacional de moluscos bivalves (LABORATÓRIO DE MOLUSCOS MARINHOS, 2018).

De acordo com a Epagri (2017) a produção catarinense está distribuída em 12 municípios do litoral, compreendidos entre Palhoça e São Francisco do Sul. Os produtores estão organizados em quatorze associações municipais e uma estadual, três cooperativas e duas federações.

Dentro do contexto catarinense, Palhoça apresentou crescimento expressivo na produção de mexilhões nos últimos anos (Figura 16), apesar da queda acentuada em 2016, com uma produção de 6.801 (t), devido a fatores naturais. A sua produção chegou ao pico em 2012, com uma produção de 13.753 (t).

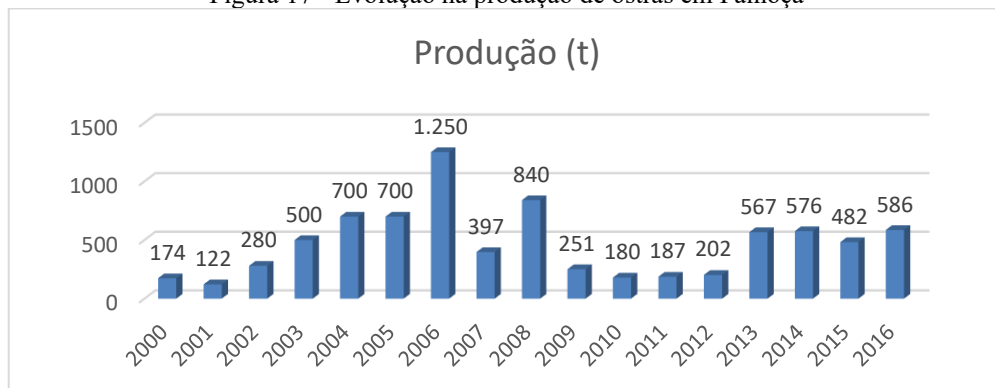
Figura 16 - Evolução na produção de mexilhões em Palhoça



Fonte: Epagri

Em relação à produção de ostras (Figura 17) o volume da produção é significativamente menor do que o de mexilhões. O pico da produção foi em 2006, com 1.250 (t), a partir daí a produção começa a entrar em declínio e só retoma o crescimento em anos recentes.

Figura 17 - Evolução na produção de ostras em Palhoça



Fonte: Epagri

A queda na produção se explica por alguns fatores climáticos e oceanógrafos como fortes ressacas no mar, um extenso período de maré vermelha e fortes ventos que prejudicaram a produção de ostras.

De acordo com a Tabela 20, podemos ter uma noção dos maiores produtores de moluscos no estado de Santa Catarina em 2016 e constatar a liderança de Palhoça dentro do contexto catarinense:

Tabela 20 - Maiores produtores estaduais de moluscos em 2016

Município	Tonelada				Participação (%)			
	Mexilhões	Ostras	Vieira	Total	Mexilhões	Ostras	Vieira	Total
Palhoça	6801	586		7387	54,3	20,8	0,0	48,0
Florianópolis	826	1708	5,4	2539,4	6,6	60,5	20,0	16,5
Penha	2180	1	21,6	2202,6	17,4	0,0	80,0	14,3
Bombinhas	1405	15		1420	11,2	0,5	0,0	9,2
Gov Celso Ramos	865	4		869	6,9	0,1	0,0	5,6
São José	202	399		601	1,6	14,1	0,0	3,9
São Francisco do Sul	125	35		160	1,0	1,2	0,0	1,0
Porto Belo	53	29		82	0,4	1,0	0,0	0,5
Balneário Camboriú	72	0		72	0,6	0,0	0,0	0,5
Biguaçu	0	45		45	0,0	1,6	0,0	0,3
Itapema	5	0		5	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Catarina	12534	2822	27	15383	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Epagri

O município de Palhoça foi destacadamente o principal produtor estadual, com uma produção que equivale a 48% do total. Em seguida vem Florianópolis com 16,2%, Penha com 14,3%, Bombinhas, 9,2%, Gov. Celso Ramos com 5,6% e São José com 3,9%.

A partir dos dados pode-se notar que maior parte dos produtores está concentrada na Grande Florianópolis. Isso ocorre porque a região apresenta características naturais propícias para a produção de moluscos como enseadas e baías protegidas pelo mar.

5.3.2 A atividade Industrial

Segundo o Governo do Estado de Santa Catarina, o estado possui um importante parque industrial que ocupa uma posição de destaque no Brasil. Em termos nacionais, a indústria da transformação catarinense é a quarta em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos industriais que mais empregam são os de artigos de vestuário e alimentar, seguidos pelo segmento de artigos têxteis (SANTA CATARINA, 2015).

Segundo a FIESC (2015), a economia do estado é a caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere a Santa Catarina um padrão de desenvolvimento equilibrado entre as suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e mobiliário no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, produtos de plástico, produtos de metal no Nordeste; mobiliário e madeira no Norte, madeira celulose e papel no Planalto Serrano e tecnologia e informática, calçados, pesca, minerais não metálicos no Sudeste.

De acordo com Mattei (2007) a expansão das atividades industriais em Palhoça é recente e foi impulsionada por incentivos do governo nas esferas local, estadual e federal, o que resultou na instalação de diversas empresas. Além dos incentivos do Estado, contribuíram também as facilidades para o escoamento da produção, por conta da melhoria da infraestrutura bem como a expansão da demanda na região conurbada de Florianópolis.

Na Grande Florianópolis um dos setores que tem se destacado é o setor de tecnologia. A região é considerada um dos maiores polos de ciência, tecnologia e inovação do país. O grande número de empresas de tecnologia e incubadoras, principalmente em Florianópolis, e a presença de diversas universidades, fazem com que o desenvolvimento tecnológico seja marcante na região (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012).

Desde o início dos anos 90 havia a intenção de criar na capital um polo tecnológico. A partir de 1991, com o lançamento do Mercosul, a prefeitura de Florianópolis cunhou o termo “Capital Turística do Mercosul” e definiu como prioridade o lançamento de parques tecnológicos para fazer da cidade uma “Tecnópolis” (RIZZO, 2005).

Atualmente Florianópolis apresenta três parques tecnológicos: Parque Alfa no bairro João Paulo, ParqTec ACATE em Santo Antônio de Lisboa e o Sapiens Parque em Canasvieiras. Em Palhoça existe uma iniciativa semelhante por meio de uma parceria entre o Parque Pedra Branca, UNISUL, Prefeitura de Palhoça e Instituto de Apoio à inovação, incubação e Tecnologia de Palhoça (INAITEC), que criaram a CELTA – Pedra Branca, inaugurada em 2010 e que hoje está operando com 16 empresas inovadoras (CELTA, 2018).

As empresas de tecnologia da Grande Florianópolis são na maioria de pequeno e médio porte, especializadas no setor de software, hardware e equipamentos de alta tecnologia. A UFSC é a instituição de ensino responsável pela formação de grande parte da mão de obra especializada desse segmento, em áreas como Engenharia, Ciência da Computação e Sistemas de Informação (GERAÇÃO-TEC, 2018).

Palhoça tem buscado se aproximar da capital no setor tecnológico e tem investido em parcerias público-privadas com o intuito de alavancar o setor. Além disso, a prefeitura lançou um programa de incentivo chamado “Inova Palhoça” que contempla uma série de incentivos fiscais e econômicos que visam atrair novas empresas para Palhoça (PEREIRA, M. 2018).

O panorama atual da indústria palhocense é bastante diversificado. Um dos setores mais tradicionais em Palhoça é o da indústria de extração e transformação mineral. Esse tipo de indústria se faz presente na cidade desde a década de 70, quando surgiram pequenas fábricas de telhas e tijolos.

A extração mineral na cidade se constitui pela extração de pedra, areia e argila para servir de subsídio à construção civil (Tabela 21). Em 2000, nesse setor havia 6 estabelecimentos, com 53 empregados, já em 2016 havia 11 estabelecimentos, com 113 empregados. O crescimento percentual do setor foi de 83,33% no número de estabelecimentos e 113,21% no número de empregados.

Tabela 21 - Extração mineral em Palhoça

Classe CNAE 95	2000		2016		Var. % (2000-16)	
	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab
Extração de Pedra, Areia e Argila	53	6	113	11	113,21	83,33

Fonte: RAIS e CAGED – MTE

Em relação à construção civil, a cidade vem apresentando notável aquecimento no setor, o que se constata através de inúmeras construções pela cidade. Segundo dados do CREA-SC (Tabela 22), dentre as cidades da região conurbada, Palhoça vem apresentando o maior crescimento no número de ART's¹⁴ e área a construir.

Tabela 22 - Número de ARTs e áreas a construir

Ano	Palhoça		Florianópolis		São José		Biguaçu	
	ARTs	Área	ARTs	Área	ARTs	Área	ARTs	Área
2000	367	87.356,32	1.835	930.536,09	616	899.549,97	155	36.753,73
2002	807	236.348,17	2.522	1.720.677,31	687	597.548,45	215	57.374,27
2004	686	186.556,93	2.291	1.549.181,13	548	435.636,37	154	53.028,76
2006	644	213.829,39	1.732	1.965.401,49	491	405.694,46	196	65.474,42
2008	815	341.618,24	1.737	1.946.976,95	773	890.218,68	222	118.668,65
2010	972	739.687,98	1.655	2.049.372,59	794	924.039,64	245	105.570,78
2012	688	776.237,36	1.223	2.428.865,74	704	1.124.950,27	196	118.006,53
2014	866	793.758,91	1.282	3.002.663,73	632	1.278.838,57	234	199.888,44
2016	749	463.878,46	1.231	1.822.191,34	537	1.164.368,37	158	144.728,87
Total	6.594	3.839.271,76	1.550	17.415.866,37	5.782	7.720.844,78	1.775	899.494,45

Fonte: CREA – SC

O número elevado de ARTs é reflexo do grande número de loteamentos que estão se instalando na cidade. Dentre eles o loteamento Residencial Nova Palhoça, um empreendimento localizado na Avenida Rio Grande, elaborado por meio de uma parceria entre o Grupo Imperatriz e o Grupo Jaime Aleixo. O loteamento conta com uma área de 900.00,00 m², onde serão edificadas 20 torres e investidos R\$ 100 milhões (SOUZA, 2011).

¹⁴ A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é o instrumento através do qual o profissional registra as atividades técnicas solicitadas através de contratos (escritos ou verbais) para o qual o mesmo foi contratado.

Há também o loteamento Terra Nova, localizado no bairro Bela Vista, que pertence ao Grupo Rodobens. O loteamento está numa área de 359.536,00 m², sendo que 69.800,24 m² de área construída. Ele foi dividido em três partes, Terra Nova I, II e III. Além do loteamento Parque Residencial Jardins I, localizado no Bairro Aririú, cuja área total é de 317.876,96m², sendo que a área destinada para lotes corresponde a 186.447,53m² (RAMOS, 2012).

Na região conurbada estão sendo criados grandes e numerosos loteamentos (tabela 23), grande parte deles em Palhoça.

Tabela 23 - Número de lotes por município entre 2000-2017

Municípios	Total
Florianópolis	3400
Biguaçu	716
São José	7853
Palhoça	11911
Total de Lotes	23880

Fonte: Adaptado de Vera (2018)

A tabela acima mostra a quantidade de lotes comercializados por município na área conurbada entre 2000-2017. Palhoça fica em primeiro lugar com 11.911 lotes, seguido por São José com 7.853 lotes, Florianópolis com 3.400, e por último Biguaçu com 716 lotes. Isso indica que a construção civil está bastante aquecida não só na cidade de Palhoça como em toda região conurbada por meio de um constante fluxo de novas habitações.

De acordo com Vera (2018) ocorrem duas dinâmicas distintas entre o parcelamento do solo da Ilha e de outros municípios da região conurbada. Na ilha os empreendimentos apresentam preços mais altos, melhor infraestrutura e maior proporção de atividades de incorporação por atenderem as classes mais altas, enquanto na região continental tendem a ser mais baratos, ter menos infraestrutura e atenderem as classes mais baixas.

O fator custo-benefício tem sido um dos determinantes para o crescimento da construção civil em Palhoça. A cidade fica próximo a capital e apresenta um valor comparativamente mais baixo da terra em relação aos mercados mais consolidados de São José e Florianópolis. Esses fatores tem tornado a cidade um foco para novos empreendimentos (CAMPOS, E. 2009).

De acordo com o Guia das indústrias de SC, as indústrias que mais empregam em Palhoça (Quadro 1) estão subdivididas pelo porte da empresa, de grande porte (mais de 500 funcionários), médio porte (entre 100 e 499 funcionários) e pequeno porte (entre 20 e 99).

Quadro 1 - Indústrias que mais empregam em Palhoça em 2015

Porte	Nome Fantasia	Setor de atuação	Func	Fund
Maior 500	Schaefer Yachts	Construção de embarcações	900	1999
Entre 100 e 499	Ventisol S.A.	Fabricação de ventiladores	240	1997
	Komeco	Fabricação de aquecedores solares	200	2008
	Personal Glass	Fabricação de vidros temp e acess	200	1995
	Olsen	Mat p/ medicina, cirurgia e odonto	170	1979
	Iniplasa	Produtos de matérias plásticas	102	1978
	Castelli Engenharia	Construção civil	100	1989
Entre 20 e 99	Formaplas	Fabricação de móveis	98	1973
	Stylo Alumínio	Fabricação de estruturas metálicas	80	1984
	Água Mineral SC	Eng e gaseificação de águas minerais	76	1978
	Automatiza Sist de Seg e Aut	Fab de sist de contr de acesso e seg	54	1998

Fonte: Guia das indústrias de Santa Catarina – FIESC

Analisando a tabela, pode-se notar que a única considerada de grande porte é Schaefer Yachts, uma destacada empresa regional de barcos, considerada a maior fabricante de barcos de lazer de alto padrão do Brasil. Hoje a empresa conta com unidades nos municípios de Biguaçu, Palhoça e Florianópolis.

Dentre as empresas médias (entre 100 e 499 funcionários) estão as seguintes empresas:

- Ventisol S.A: empresa especializada na fabricação de ventiladores, aquecedores umidificadores, climatizadores e exaustores. Está há 18 anos no mercado distribuindo produtos para o Brasil, América do Sul e África. Hoje conta com três unidades, a unidade Palhoça (50.000m²), a unidade Vitória de Santo Antão/PE (30.000m²) e a de Manaus/AM (40.000m²);

- Komeco: especializada em aquecedores solares, ar condicionado e aquecedor de água a gás. A marca tem como filosofia norteadora de sua produção a pesquisa e o desenvolvimento constante de inovações tecnológicas. A Komeco mantém parceria com Centros de Pesquisa e Engenharia na China, para realizar testes laboratoriais e certificações de produtos. Seu centro de P&D situa-se na sede da Komeco em Palhoça, e conta com uma área de 2.200 m² onde dispõe de estrutura completa de laboratórios voltados a linha de produção;

- Personal Glass: é uma indústria beneficiadora de vidros, que está presente no mercado há mais de 15 anos, fornecendo soluções para os segmentos da decoração e construção civil para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

- Olsen: a empresa criada em Palhoça é especializada em materiais para odontologia e medicina possui 8.000m² de área construída e fabrica em torno 4.560 unidades por ano. É uma das maiores referências mundiais em produtos médicos e odontológicos. Seus produtos são vendidos em todo o território nacional através de 140 revendas credenciadas, sendo 30% da produção voltada para a exportação em mais de cem países;

- Iniplasa: empresa especializada em embalagens plásticas flexíveis, produzindo bobinas plásticas, filmes técnicos, sacos valvulados e sacos plásticos diversos. A empresa fundada em 1978 é uma das pioneiras no estado de Santa Catarina no seu ramo.

- Castelli Engenharia: uma empresa especializada em estruturas de concreto armado. Atua na construção de prédios, casas lojas e outras construções por administração. A empresa busca a otimização de seus recursos contando com a ajuda de equipamentos modernos para nivelamento (nível a laser), além de acompanhamento constante por parte da engenharia e de seus líderes de equipe;

- Água mineral Santa Catarina: foi uma das primeiras indústrias de Palhoça, criada em 1927 por Jacob Vilain Filho, que construiu a primeira envasadora de água mineral do país. Começou com uma pequena empresa que transportava a água através de carroças até o Rio Cubatão e de lá por meio de balsas até o porto de Florianópolis.

A empresa comprou sua primeira máquina de engarrafar em 1941 e na sequência em 1971 fez aquisição de uma máquina norte-americana da “crown cork” e começou a cada vez mais investir em novas embalagens de acordo com a preferências dos consumidores.

A empresa fica em uma área de 200 hectares junto ao Parque da serra do Tabuleiro, onde se localiza a fonte de onde é extraída a água, no mesmo lugar onde o fundador Jacob Vilain Filho começou seu empreendimento.

- Extratos da Terra: a Extratos da Terra nasceu em Palhoça, no ano de 1990, a partir de seu fundador, Joel Alterino de Souza, que iniciou seu empreendimento de maneira artesanal. Joel produzia cosméticos na cozinha de casa com auxílio de um engenheiro químico e saía vendendo nos salões de beleza dos municípios próximos.

Com o tempo a empresa foi investindo em tecnologia e na qualidade do produto e foi conquistando um espaço de destaque no mercado de cosméticos do Brasil. A empresa que hoje conta com mais de 150 itens, possui mais de 90 canais de distribuição no Brasil e no exterior como Japão, Suíça, Angola, estados Unidos e Paraguai (SILVA, João, 2019).

5.3.3 O dinamismo do setor de comércio e serviços

Segundo a Acats (2018) as vendas dos supermercados catarinenses apresentaram alta de 4,64% no mês de agosto de 2014 em relação ao mesmo mês de 2013. Para o presidente da associação, Atanásio dos Santos Netto, o varejo supermercadista catarinense passa por um bom momento, apresentando resultados superiores inclusive à média nacional. Para a associação, a

explicação para o crescimento do setor pode ser elencada em alguns pontos: Crescimento populacional, economia forte, indústria competitiva, comércio varejista em expansão e grande geração de empregos.

Esses indicadores positivos vêm fazendo com que os empresários do setor de atacado e varejo venham investindo maciçamente na região da Grande Florianópolis prevendo um aumento futuro no consumo das famílias, por conta do aumento da renda, bem como do crescimento do mercado consumidor, gerado pelo aumento populacional.

Isso vem trazendo grande impacto no mercado de trabalho da região. De acordo com dados do Ministério do Trabalho (Tabela 24), o número de empregados no comércio varejista passou de 1.610, em 2000, para 9.376, em 2016, crescimento de 482,36%. Já no setor de comércio atacadista, o crescimento foi menor, passando de 424, em 2000, para 2.220, em 2016, crescimento de 423,58%. O número de estabelecimentos comerciais dos setores do atacado e varejo também deram um salto, crescimento de 276,04% para o setor varejista e 277,05% para o setor atacadista.

Tabela 24 - Empregados e estabelecimentos no setor do comércio em Palhoça

Subsetor IBGE	2000		2016		Var.%(2000-16)	
	Empr	Est	Empr	Est	Empr	Est
Comércio Varejista	1610	434	9376	1632	482,36	276,04
Comércio Atacadista	424	61	2220	230	423,58	277,05

Fonte: RAIS – MTE

Dentre as principais redes varejistas localizadas em Palhoça destacam-se o Giassi, Santos, Comper, Rosa e Imperatriz:

- Supermercados Santos: a rede de Supermercados Santos teve início com um armazém de secos e molhados na praia da Pinheira, em 1968, por iniciativa de Manoel Francisco dos Santos. Em 1978 surgiu o primeiro minimercado da Pinheira. Em 1984, com apoio de seus filhos, surgiu à primeira loja do supermercado no extremo sul de Palhoça e em 1999 surgiu mais uma loja da rede, a maior da cidade, localizada na região central de Palhoça. Hoje a rede conta com 5 lojas, sendo 2 na Pinheira, e outras espalhadas pelos bairros da Guarda do Embaú, centro de Palhoça e mais recentemente em Imbituba.

- Supermercados Rosa: a história da Rede de Supermercados Rosa tem início com um simples comércio de secos e molhados no bairro da Varginha, interior de Santo Amaro da Imperatriz. Seus fundadores são o casal Pedro José da Rosa e Herondina Lohn da Rosa. Em 25 de outubro de 1984, Sr. Pedro, junto de seus filhos Reimberto e Raulino e seus genros Lúcio e Wilson, abriram sua primeira loja de Supermercados, no centro de Santo Amaro da Imperatriz.

No início era uma loja pequena que contava com cerca de 10 funcionários, mas a ideia de expandir os negócios não parou por aí. Em 10 de julho de 1990, agora sem a figura paterna do Sr. Pedro, foi aberta a segunda loja, no município vizinho de Palhoça. A partir de 2000, a rede de supermercados teve um período de expansão acentuada com a abertura de três novas lojas: em 2000 no bairro Itacorubi, em Florianópolis, em 2001, no bairro do Estreito também em Florianópolis e em 2004 no bairro Bela Vista em São José.

- Supermercados Imperatriz: A primeira loja foi fundada em 1974, em Santo Amaro da imperatriz, pelo Sr. Vidal Procópio Lohn. Daquele primeiro estabelecimento de 100 metros quadrados formou-se uma das maiores redes varejistas do estado de Santa Catarina. A segunda loja veio pouco depois, em 1976, na Ponte do Imaruim, em Palhoça. Ao final dos anos 80, a rede já contava com nove lojas espalhadas pela Grande Florianópolis. Hoje o supermercado está presente nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Balneário Camboriú e Rio do Sul. Possui ao todo 2.300 funcionários espalhados em 16 supermercados, 8 restaurantes e um centro de distribuição.

- Supermercados Giassi: o Giassi foi fundado em 1960, por Zefiro Giassi, quando este abriu sua primeira loja de secos e molhados em Içara, sul de Santa Catarina. Com o crescimento da cidade, os negócios expandiram e a empresa foi se diversificando. A loja começou a comercializar gêneros alimentícios e substituiu os tecidos por materiais de construção. Em 1968 sua primeira filial era inaugurada na cidade de Araranguá. Em 1970 a loja de Içara passa de atendimento de balcão para o autosserviço. Essa mudança marcou o surgimento do primeiro supermercado. Daí em diante a empresa foi crescendo e se consolidando no setor. Hoje a empresa conta com 14 supermercados, onde atuam 5.500 empregados. É atualmente o 2º maior supermercado de Santa Catarina e o 5º da região sul. Em Palhoça sua primeira loja foi inaugurada em 2010, junto ao Shopping Via Catarina.

- Supermercados Comper: o Comper surgiu em Itajaí, Santa Catarina, fundado pelo Sr. Inácio Pereira e sua esposa Hiltrudes Pereira com o nome de Comercial Pereira de Alimentos. Em 1972, o Grupo Pereira foi fundado e desse grupo nasceu a Rede de Supermercados Comper. Hoje o Grupo Pereira é um dos maiores grupos varejistas do país, empregando 9.000 colaboradores diretos e indiretos. O grupo controla atualmente 36 lojas do Supermercado Comper, 18 do Fort Atacadista e 4 distribuidores Bate Forte. O grupo opera nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Além das redes de supermercados consolidadas na cidade, nos últimos anos Palhoça recebeu outros investimentos, como é o caso do Shopping ViaCatarina, o primeiro shopping da cidade, inaugurado em maio de 2010, às margens da BR-101, no loteamento Pagani. O investimento de 60 milhões, feito pelo grupo Vende Casa, ainda contempla um hotel, o Slavieiro, com 189 apartamentos e uma unidade do supermercado Giassi (José, SILVA, 2019).

Castells (2011) faz uma reflexão sobre o movimento desconcentração do centro antigo e direcionamento dos fluxos para as margens das rodovias, algo que está ocorrendo em Palhoça no setor comercial e de serviços. De acordo com ele estamos assistindo uma progressiva perda do papel comercial dos centros antigos das cidades, à medida que a cidade se expande e que a mobilidade dos cidadãos se eleva. Os *shopping-centers* ao longo das autoestradas com facilidade de estacionamento passam a ocupar a ocupar um papel preponderante neste contexto. A desconcentração geográfica promove o desaparecimento do pequeno comércio e sua substituição pelas grandes cadeias de grandes mercados.

Isso se mostra bastante evidente com o aparecimento de grandes cadeias de supermercados na região de Palhoça, principalmente às margens da BR-10, com negócios voltados às classes populares como como redes atacadistas, Shopping Center etc., ocorrendo concomitantemente a um enfraquecimento da preponderância dos comércios na região central de Palhoça.

6 CONCLUSÃO

Ao longo das décadas o espaço geográfico do município de Palhoça foi sendo transformado por uma teia de relações entre o homem e o meio que tiveram início desde a ocupação pré-colombiana, mas se acentuaram no processo de ocupação europeia ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Período onde o território de Palhoça recebeu um contingente populacional de imigrantes açorianos e alemães e italianos, que deram origem a uma pequena produção mercantil com excedentes exportáveis, fazendo com que alguns indivíduos pudessem futuramente prosperar na região da Grande Florianópolis e mudar a dinâmica econômica da região.

Esse desenvolvimento econômico da região não foi algo linear, esteve sempre atrelado a fatos da conjuntura local como a construção da Ponte Hercílio Luz e a subsequente ascensão dos transportes terrestres. Esses fatores fizeram com que os produtos fossem diretamente para a capital, fazendo com que Palhoça perdesse seu papel de entreposto comercial entre ilha e continente. Além destes dois fatores a decadência da cidade de Palhoça se insere dentro de algo maior, a própria decadência da pequena produção mercantil açoriana em escala estadual por conta da acirrada concorrência com os produtos dos Vales Atlânticos catarinenses e pela queda geral no preço da farinha de mandioca produzida no litoral catarinense.

A decadência de SC foi rompida somente nos anos 60 através de investimentos públicos em infraestrutura (rodovias, setor elétrico, portos), que deram novo impulso à economia catarinense e permitiram que romper os entraves estruturais que impediam o desenvolvimento. Essas políticas foram implementadas em um momento político de medidas desenvolvimentistas que ganharam sobrevida no período pós Vargas e tiveram espaço mesmo em meio a uma ditadura militar.

Esses condicionantes permitiram o crescimento da capital catarinense por um meio do aumento e diversificação de órgãos e serviços públicos, fazendo com que Florianópolis e região passassem apresentar um crescimento acelerado. Esse crescimento passou a se espalhar em direção a região continental ao longo da BR-101 para os municípios próximos, primeiramente para São José, depois Biguaçu e Palhoça, que passaram a receber um grande contingente de população migrante nas décadas subsequentes.

Esse processo de crescimento ganhou ainda mais impulso devido a uma lei municipal de Florianópolis que impedia a instalação de indústrias poluentes no seu território. Isso provocou um redirecionamento da produção que passou a se concentrar nas áreas industriais às

margens da BR-101 nos municípios da área conurbada de São José, Palhoça e Biguaçu. Isso fez com que esses municípios se tornassem atratores de mão de obra e com isso gerassem emprego na indústria e no comércio.

Essa economia ligada à indústria e ao comércio flutuou de acordo com a macroeconomia brasileira em períodos de crescimento e recessão. A crise econômica dos anos 80 e seu prolongamento nos anos 90, devido a medidas recessivas de controle do gasto público e arrocho salarial, levaram a uma reestruturação da indústria local a partir do crescimento de novos setores como o de tecnologia e do setor turístico, que representavam uma nova fronteira para o desenvolvimento da região.

Desse momento em diante a cidade de Florianópolis passa a ser vendida pela mídia como um lugar aprazível, com boa qualidade de vida, oportunidades e rica em belezas naturais, tornando a região ainda mais atratora de pessoas de várias classes sociais. Com isso, a região passou a ser local de grande fluxo populacional que foi ocupando regiões espacialmente distintas na região conurbada. As classes mais favorecidas passaram a ocupar a região insular e norte da ilha, sendo que a região continental passou a receber um contingente populacional de baixa renda, que foi se instalando principalmente em Palhoça.

Palhoça assumiu então dentro do contexto da região da Grande Florianópolis um papel de cidade dormitório marcada por intensa segregação socioespacial. A maior parte dos bairros foram ocupados por pessoas de baixa renda em condomínios do BNH e Minha Casa Minha Vida e por outro lado bairros de classe média como o Pedra Branca e Pagani, onde as margens da BR-101 foram se instalando empreendimentos imobiliários de alto padrão.

Essas transformações foram se acentuando a partir dos anos 2000 com um boom na indústria, especialmente com o crescimento do distrito industrial e da construção civil. A construção civil foi impulsionada por um grande número de loteamentos e pela verticalização crescente da cidade. O Distrito Industrial cresceu por conta de uma política de isenção fiscal que atraiu diversas empresas.

Esse crescimento do setor industrial e da economia como um todo tem proporcionado um aumento das receitas municipais e tem permitido um maior investimento em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Esses investimentos vêm influenciando na melhoria dos indicadores sociais e no desenvolvimento do município. Porém, a despeito disto, há uma grande carência em diversas áreas, o que reflete nos altos índices de violência.

Dito isto, pode-se concluir que as transformações ocorridas na cidade foram resultado de um processo histórico espacializado em Palhoça e foram formadas por uma complexa teia

de relações que foram se estabelecendo na cidade em diferentes escalas. O processo de desenvolvimento da cidade esteve atrelado a fatores socioespaciais internos e externos, com destaque para o papel que a cidade desempenhou dentro da dinâmica da Região Metropolitana de Florianópolis. A cidade dentro deste contexto foi levada a ocupar funções de cidade dormitório, reserva de mão de obra barata, polo industrial, dentre outros aspectos que mudaram a sua realidade urbana, trazendo tanto efeitos positivos (crescimento da economia) quanto negativos (desigualdade social, violência), etc.

Esses fatores positivos e negativos são explicados pelo fato de Palhoça se inserir dentro de um contexto maior, o desenvolvimento acelerado nos países da periferia do sistema capitalista, onde em muitas vezes o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento e traz consigo externalidades negativas. No entanto, essas externalidades podem ser mitigadas conforme o poder público for investindo em políticas sociais, por meio de um Estado de bem estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. Santos, Maurício Aurélio. Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. In: BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- BESEN, José Artulino. **São Joaquim de Garopaba; recordações da Freguesia**. Brusque: Graf. Mercúrio, 1980.
- BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana et al (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 3. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. Cap. 2. p. 26-40.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012. 71 p.
- BRAGA, J. C. S. **Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado**. IN FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999 p. 191-221.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?**(1990). Pesquisa e Planejamento Econômico 21(1), abril 1991: 115-130.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: Os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CAMPOS, Edson Telê. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. xii, [200] f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.
- CAMPOS, N. J. **Terras de Uso Comum junto aos caminhos de tropas**. Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições Est, 2004, v. , p. 299-307.
- _____. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC; [1991]. 162 p.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América latina**. São Paulo: UNESP, 2000. 582 p.
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **O Brasil meridional: Estudo econômico sobre os estados do sul - São paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Florianópolis: Instituto Ignácio Rangel/ GCN/ CFH/ UFSC, 2016. 328 p. (Livros Geográficos).

CARVALHO, Guilherme Furtado. **Sistema de veículo leve sobre trilhos para transporte de passageiros na Grande Florianópolis: estudo preliminar de viabilidade**. Florianópolis, 2014. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Engenharia Civil.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 592 p.

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania -. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de santa catarina**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997. 248 p.

CHOLLEY, A. (1964) **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. In Boletim Geográfico ano XXII, n 179 mar/abr CNG/IBGE.

COCCO, Rodrigo Giraldi. **Interações espaciais e transporte público: proposições para a Grande Florianópolis/SC**. In: Anais 14º Encontro de Geógrafos da América latina, Peru, 2013.

COLISTETE, R.P. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 41, n.15, p. 21-34, 2001.

CORRÊA, Domingos Sávio. **Geografia das Fusões e Aquisições de Empresas no Brasil**. Cadernos Geográficos (20). Florianópolis: DGC/UFSC, 2010.

CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)**. Florianópolis, 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CUNHA, Idaulo José. Indústria catarinense no século XX. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000. p.275-296.

DE JESUS, Fernando Soares. **Localização do município de Palhoça na área conurbada de Florianópolis/SC**, 2019.

DE JESUS, Giselli Ventura. **Desenvolvimento urbano da porção norte da ilha de Santa Catarina**. 2017. 424 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho; PIMENTA, Luís Fugazzola. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. 186f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça(SC): UNISUL, 2010. 306 p.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004. 291 p.

FERREIRA, Francisco Antônio Carneiro. Natureza e projeto urbano na ilha de Santa Catarina. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche et al (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005. Cap. 5. p. 103-122.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol XXXII. R.J.: IBGE, 1959, p. 265.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 26, nº 1, pp. 627-660, jun 2005.

JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992. 275p.

KEMP, Tom. **A revolução industrial na Europa no século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: UFSC: FCC, 1988. 349p.

_____. **Santa Catarina: a terra - o homem e a economia**. Florianópolis: Univ. Fed. Santa Catarina, 1968. 378p.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina, estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p.79.

LIMA, Angela B. **“Quem possui a terra, possui o homem”**: abolicionismo e democracia rural nas ideias agrárias de André Rebouças. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.43, p. 295 - 314, maio/ago. 2019.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 240 p.

LIMA, Maria Rosa Tesser Rodrigues de. **Mobilidade urbana em capitais insulares e suas áreas conurbadas**: os casos de Florianópolis-SC e Vitória-ES. In: BUENO, Ayrton P.; REIS, Almir F.; SABOYA, Renato T. de (Org.). **Sintaxe Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2017. Cap. 4. p. 87-111.

LINS, H. N. A ação governamental. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000. p.229-250.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. Cap. 3. p. 41-60.

LOPES, Ester Warken Bahia; CARUSO, Marilea Martins Leal. **Ocupação humana em áreas de manguezal: o caso do manguezal de Palhoça, SC** /. Florianópolis, 1999. xi, 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

LOPES, Jose Lupercio. **Monographia do Município de Palhoça**. Florianópolis: Liv. Cysne, 1919.

_____. **Palhoca; noticia estatístico-descritiva.** Florianópolis: IBGE, 1939.

_____. **Sao José-Palhoca: seus antigos e actuaes limites,** Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1926. Florianópolis: Typ. da Escola Artífices, [19-]. 225p.

LUZ, Waldemar. **Muitos contam sua terra: um histórico sobre o município de Palhoça.** Joinville: Graf. Manchester, 1981. 142p.

MAMIGONIAN, Armen. **Industrialização de Santa Catarina,** capítulo Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

_____. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel.** Revista Geosul, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 63-71, jan./jun. 1987.

_____. **A indústria de Santa Catarina:** dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armen et al (org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social.** 4. ed. Florianópolis: Gen/cfh/ufsc, 2011. Cap. 4. p. 73-120.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo.** 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1982. 129p.

MARCHESAN, J. . **A Questão Ambiental na Produção Agrícola:** Um Estudo Sócio-Histórico-Cultural no Município de Concórdia (SC). 1ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. 232p .

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A trajetória dos processos de regionalização em Santa Catarina: escalas geográficas e atores sociais.** 422 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001. 204p.

MARTINS, Celso. **Tabuleiro das águas: resgate histórico e cultural de Santo Amaro da Imperatriz.** 2. ed. Florianópolis: Instituto Recriar, 2001. 408p.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 894 p.

MATOS, Marcos João de. **Câmara Municipal de Palhoça: 100 anos de História.** Palhoça: Gráfica Life, 2014. 690 p.

MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010. p. 109-155.

MATTOS, Melissa Laus. **Arquitetura institucional em concreto aparente e suas repercussões no espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985.** 237 p. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2009.

MIOTO, B. T. ; LINS, H. N. ; MATTEI, L. . A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo N.. (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. 1ed. Chapecó: Argos, 2010, v. 1, p. 283-321.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Florianópolis: o direito e o avesso. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005. p. 7-34.

NASPOLINI, Vicente. **A evolução fragmentária da Grande Florianópolis**. XVI Encontro de Geógrafos de América Latina – EGAL, 2017.

OLIVEIRA, Israel Montesuma. **A região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica das áreas de pobreza: o caso da comunidade Frei Damião**. Florianópolis, 2011. 202 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica a indústria pós-moderna**. 1996. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Ed. da UFSC, 1991. 396p.

PEREIRA, Fátima Regina da Silva. **O parque residencial Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis**. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardeli, [1971].

PERES, Jackson Alexandro. **A exploração dos recursos naturais no Porto dos Patos entre os séculos XVI e XIX**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 23, p. 126, 6 jun. 2018.

PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, c1994. 372p.

_____ (Walter Fernando); HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina história da gente**. 4.ed. / rev., ampl. Florianópolis Lunardelli 1997, 167p.

POCHMANN, Márcio. **Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**. Ser Social, Brasília, v. 13, n. 28, p.12-40, jun. 2011. Semestral.

RAMOS, Paula da Silva. **Impactos ambientais da implantação dos Loteamentos Jardins I e Condomínios Terra Nova I, II e III, no bairro Belo Vista, município de Palhoça/SC**.

2012. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Geografia, Florianópolis, 2012

RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e antimilagre. (1985). In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas / Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2012. 284 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queirós et. Al. **Movimento Pendular da População Região Sul**. Relatório de atividades 4. Observatório das Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática. Mimeo, 2009.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis - delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005. p. 61-84.

ROCHA, Isa de Oliveira. Exportações industriais d Santa Catarina (1950-210). In: MAMIGONIAN, Armen et al (org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Florianópolis: Gcn/cfhufsc, 2011. p. 249-361.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 456 p.

SALLES, Colombo Machado. Interação micro e macrorregional. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000. p.61-87.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2ed. Petrópolis: Vozes,1982.

_____. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473p.

SILVA, Célia Maria e. **Ciclos de Kondratieff e pequena produção mercantil pesqueira.**, Geosul, Florianópolis,, v. 14, n. 28, p. 61-76, jul./ dez. 1999.

_____. **Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1992.

SILVA, Jesué Graciliano da. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 suas implicações sociospaciais no estado de Santa Catarina**. 2017. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, João José da. **Memória Palhocense: A trajetória de uma cidade secular traduzida em imagens**. Palhoça: Jornal Palhocense, 2019. 120 p.

SILVA, Sílvio Domingos Mendes da. **Percepção sobre o meio ambiente por parte de migrantes no manguezal do município de Palhoça-SC**. Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça - SC**. Florianópolis: Artymagem, 1999. 136p.

SIMAS, Daniel. **Dinâmica socioespacial do município de São José/SC: uma abordagem geográfica**. 2016. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOARES, Cristina. **Análise das implicações sociais, econômicas e ambientais relacionadas ao uso da piscicultura: o caso Fazenda Princesa do Sertão - Palhoça/SC**. Florianópolis, 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

SOUZA, Geraldo Aldair. **A inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis: sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho**. 196 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2015. 255 p.

THEIS, Ivo Marcos. A dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p.63-107.

VERA, Margaux Hildebrandt. **As dinâmicas de metropolização e atuação dos agentes produtores do espaço na área conurbada de Florianópolis**. 2018. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano**. 2. ed. São Paulo: Fapesp, 2001. 376 p.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WILL, Mario. **A dinâmica geoeconômica do município de Palhoça: 2000-2014**. 2015. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ZACCHI, Giancarlo Philippi . **Retratos de Palhoça**. Florianópolis, Classic, 1991. 72p.

ZEFERINO, Augusto Cesar. A expansão da rede urbana. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000, p. 41-60.

Publicações na internet

Epagri (2017) – **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. 203p, Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Cepa - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: <www.cepa.epagri.sc.gov.br>. Último acesso: 20 de maio de 2018.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados**. V.19. Unidade de Acompanhamento Econômico Industrial. Florianópolis: FIESC, 2009. Disponível em: <http://fiesc.com.br/>. Último acesso em 14 de abril de 2018.

_____. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis: 2015. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

IBGE. **Censo agropecuário**, 1960, 1970 e 1980. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 15 de abril de 2018.

IBGE. **Censo comercial**, 1960, 1970 e 1980. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 15 de abril de 2018.

IBGE. **Censo demográfico**, 1960, 70, 80, 1991 e 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 18 de abril de 2018.

IBGE. **Censo industrial**, 1960,1970,1975 e 1980. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 15 de abril de 2018.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 162, de 06 de janeiro de 1998. **Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e Estabelece Outras Providências**. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-162-1998-santa-catarina-institui-as-regioes-metropolitanas-de-florianopolis-do-vale-do-itajai-e-do-norte-nordeste-catarinense-e-estabelece-outras-providencias>. Último acesso em 15 de junho de 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanço Geral: relatório Técnico sobre a Prestação de Contas**. Vol. 1. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/>>. Último acesso em 21 de maio 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. **PDR: Plano de Desenvolvimento Regional**. São José: 2012. Disponível em: <www.aemflo-cdlsj.org.br>. Último acesso 30 de abril de 2018.

Sites

Água Santa Catarina. Disponível em: <http://www.aguasantacatarina.com.br/>. Último acesso em 18 de junho de 2020.

Associação Catarinense de Supermercados. Disponível em: <<http://www.acats.com.br/>>. Último acesso em 11 de junho de 2018.

Blog do Prisco. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/>>. Último acesso em 14 de abril de 2018.

Blog Moacir Pereira. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/>>. Último acesso em 25 de maio de 2018.

Castelli Engenharia. Disponível em: <<http://castelliengenharia.com/>>. Último acesso em 1 de junho de 2018.

CELTA – CENTRO EMPRESARIAL PARA ELABORAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS. Disponível em: <<http://www.celta.org.br/>>. Último acesso 22 de maio de 2018.

CIDADES-IBGE. Disponível em;< <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 16 de junho de 2020.

De olho na ilha. Disponível em: <<http://www.deolhonilha.com.br/>>. Último acesso em 14 de abril de 2018.

Diário Catarinense. Transporte marítimo em Florianópolis será testado a partir de março. Acesso em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/>. Último acesso em 18 maio de 2018.

Economia SC. Disponível em: <<http://economiasc.com.br/>>. Último acesso em 19 de junho de 2018.

Geração Tec. Disponível em: <<http://geracaotec.sc.gov.br/>>. Último acesso em: 21 de maio de 2018.

Guia das Indústrias de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.guiadaindustriasc.com.br/>>. Último acesso em 25 de maio de 2018.

Iniplasa. Disponível em: <<http://www.maisplastico.com.br/>>. Último acesso em 29 de maio 2018.

Jornal Capital das Nascentes. Disponível em:<<https://jornalaw.com.br/>>. Último acesso em 18 de junho de 2020.

Komeco. Disponível em: <<http://www.komeco.com.br/>>. Último acesso em 28 de maio de 2018.

Laboratório de Moluscos Marinhos. Disponível em: <<http://lmm.ufsc.br/>>. Último acesso: 18 de maio de 2018.

Olsen. Disponível em: <<http://www.olsen.odo.br/>>. Último acesso em 29 de maio 2018.

Personal Glass. Disponível em: <<http://www.personalglass.com.br/>>. Último acesso em 28 de maio de 2018.

PLAMUS. Acesso em: <<http://www.plamus.com.br/>>. Último acesso em 18 maio de 2018.

Portal Palhoça. Disponível em: <<https://portalphoca.com.br/coluna/historia-em-foco/as-primeiras-pracas-de-palhoca>>. Último acesso em 30 de maio de 2020.

Shopping Via Catarina. Disponível em: <<http://www.viacatarina.com.br/>>. Último acesso em 12 de junho de 2018.

Supermercado Comper. Disponível em: <<http://www.comperdelivery.com.br/>>. Último acesso em 12 de junho de 2018.

Supermercados Giassi. Disponível em: <<http://www.giassi.com.br/>>. Último acesso em 11 de junho de 2018.

Supermercados Imperatriz. Disponível em: <<http://supermercadosimperatriz.com.br/>>. Último acesso em 11 de junho de 2018.

Supermercados Rosa. Disponível em: <<http://www.superrosa.com.br/>>. Último acesso em 11 de junho de 2018.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL. Disponível em: <<http://50anos.unisul.br/timeline/>>. Acesso em 8 de março de 2018.

Ventisol. Disponível em: <<http://www.ventisol.com.br/>>. Último acesso em 25 de maio de 2018.